

A Revolução dos Trabalhadores



Anton Pannekoek

A Revolução dos Trabalhadores

Anton Pannekoek

Editora Barba Ruiva

<http://ruivabarba.googlepages.com/home>

ruivabarba@gmail.com

Impresso no Brasil – 2007



Outros livros desta Editora:

- *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis
- *O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco
- *O Anticristo*, Friedrich Nietzsche
- “1984”, George Orwell
- *Investigação Acerca do Entendimento Humano*, David Hume

Copyleft: todos os direitos liberados.

ÍNDICE

Apresentação	04
Prefácio: Pannekoek, Teórico dos Conselhos Operários	05
O Trabalho	11
A Lei e a Propriedade	18
A Organização no Local de Trabalho	23
A Organização Social	28
Objeções	33
Dificuldades	38
Crescimento	54
Sindicalismo	59
Ação Direta	63
Ocupação de Fábrica	69
A Revolução Russa	75
A Revolução dos Trabalhadores	82

Apresentação

O presente livro é uma parte da grande obra de Anton Pannekoek, *Os Conselhos Operários*, publicada originalmente em 1947. Trata-se do livro 01, *A Tarefa*, dividido em oito capítulos; e do livro 02, *A Luta*, dividido em seis capítulos. Optamos pelo título geral *A Revolução dos Trabalhadores* visando não confundir com a obra em sua totalidade, que contém 6 livros, subdivididos em diversos capítulos. Estes dois primeiros livros da obra de Pannekoek são os dois mais importantes e por isso são publicados agora isoladamente. Eles também já foram publicados isoladamente como livros, em Portugal, sendo que um foi intitulado *A Luta Operária* e o outro *A Tarefa dos Conselhos Operários*.

Anton Pannekoek é um intelectual holandês, astrônomo renomado mundialmente no início do século 20, que aderiu ao movimento socialista neste mesmo período. Fez parte da ala radical da social-democracia, ao lado de nomes como Herman Gorter, Rosa Luxemburgo, entre outros. Passou do radicalismo para o esquerdismo com a cisão da social-democracia e, posteriormente, passou a integrar a corrente anti-bolchevista denominada “comunismo de conselhos”. Assim, fez parte do amplo movimento revolucionário dos conselhos operários na Alemanha e das correntes críticas tanto do reformismo social-democrata quanto do bolchevismo (“comunismo de partido”) e do regime russo, caracterizado como um capitalismo de estado. Após a derrota dos movimentos revolucionários dos conselhos operários, Pannekoek passa a desenvolver atividades teóricas, longe do calor da luta. A sua obra *Os Conselhos Operários* faz parte desta fase, no qual os adeptos do comunismo de conselhos desenvolviam teses e publicações, esperando uma nova onda revolucionária, que, esporadicamente, explodiu aqui ou ali e sempre fazendo renascer os conselhos operários.

A presente conta também com um prefácio de Nildo Viana, que é, na verdade, um pequeno artigo para divulgação da obra de Pannekoek, publicado originalmente na Revista Eletrônica Espaço Acadêmico. Este artigo coloca, em linhas gerais, o desenvolvimento do pensamento de Pannekoek, o que é fundamental para entender os textos aqui publicados.

Pannekoek: Teórico dos Conselhos Operários

A história do marxismo, no período posterior a Marx e Engels, foi obscurecida, por um lado, pela historiografia oficial, e, por outro, pelo “marxismo” oficial. Este último reduz a história do marxismo à história da social-democracia e do bolchevismo. No entanto, “tanto a social-democracia quanto o bolchevismo nada tem a ver com o movimento operário” (Rosenberg, 1986). Este é motivo pelo qual vários teóricos que desenvolveram a teoria marxista foram marginalizados e esquecidos na história do marxismo, tal como é o caso de Anton Pannekoek.

Anton Pannekoek foi um dos principais representantes do comunismo conselhistas. Ele nasceu em 1873 na Holanda e morreu em 1960. Escreveu obras fundamentais para o movimento comunista revolucionário, tais como: *Os Conselhos Operários*; *Lênin, Filósofo*; *Revolução Mundial e Tática Comunista*; e uma diversidade de artigos e outras obras.

Segundo Paul Mattick, outro teórico conselhistas,

“Como outros socialistas holandeses notaram, Pannekoek saiu da classe média, e como ele próprio uma vez acentuou, o seu interesse pelo socialismo provinha de uma tendência científica bastante poderosa, para envolver a um tempo a sociedade e a natureza. Para ele, o marxismo era a ciência aplicada aos problemas sociais e a humanização da ciência era um aspecto da humanização da sociedade. Sabia conciliar o seu gosto pelas ciências sociais com a sua paixão pelas ciências da natureza; ele torna-se não só um dos teóricos dirigentes do movimento operário radical, mas também um astrônomo e um matemático de reputação mundial” (Mattick, 1976, p. 6).

Pannekoek publicou também várias obras que tratam de temas considerados das ciências naturais, tal como *História da Astronomia*; *Marxismo e Darwinismo*; e *Antropogênese – Estudo sobre a Origem do Homem (há tradução para o esperanto desta obra: Pannekoek, 1978)*, entre outras.

Pannekoek foi um militante revolucionário desde sua juventude. Segundo Mattick, “ainda jovem estudante em ciências naturais, e especializando-se em astronomia, Pannekoek entrou no Partido Operário Social-Democrata da Holanda e situou-se imediatamente na sua ala esquerda ao lado de Hermann Gorter e Frank van der Goes” (Mattick, 1976, p. 10-11). Neste partido, fundado por Domela Nieuwenhuis, de origem anarco-sindicalista, Pannekoek e Gorter fundaram um jornal que representava as posições de sua esquerda e logo a degeneração reformista fez com que eles rompessem com ele e fundassem o Partido Social Democrata. Este também seria abandonado tão logo passasse a ser seguidor da linha bolchevique. Neste período, Pannekoek assumiu uma posição antimilitarista (era a época da primeira guerra mundial), rejeitou o parlamentarismo como meio de transformação social e se opôs à expulsão dos anarquistas da II Internacional.

A explosão da primeira guerra mundial e o apoio da social-democracia serviu para unir os vários grupos oposicionistas. Na Alemanha, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht

e outros militantes, formaram a Liga Spartacus, que, futuramente – junto com os comunistas internacionalistas (Rühle e outros) – formariam o Partido Comunista Alemão; Na Holanda, os opositores à guerra imperialista se aglutinaram em torno de Pannekoek, Gorter, Roland-Host.

Ocorre, nesse período, a Revolução Russa. Rosa Luxemburgo e os comunistas holandeses demonstraram não oferecer apoio incondicional, como a maioria na época fez. Sem dúvida, os militantes de esquerda possuem uma necessidade inconsciente de se agarrar a experiências e movimentos em outros países para se sentirem “do lado do desenvolvimento histórico”, o que demonstra a insegurança psíquica de muitos revolucionários, que assim apelam para o modelo soviético, cubano ou “guevarista”, ou qualquer outro. Rosa Luxemburgo escreveu textos de crítica ao bolchevismo e à revolução russa, demonstrando receio em relação ao autoritarismo bolchevique. Todos eles (Rosa Luxemburgo, Pannekoek, etc.), ofereceram “apoio crítico”, colocando já as discordâncias em relação a um processo que ainda não estava claro para pessoas de outros países.

A experiência soviética e alemã influenciou Pannekoek. Ele era um marxista declarado. Ele concordava com os princípios básicos do marxismo, sendo que o modo de produção era considerado por ele como elemento fundamental para a explicação da sociedade. É o modo de produção da vida material que fornece a determinação fundamental do conjunto das demais relações sociais. Assim, ele observava o que passava na esfera da produção e sua relação com o movimento político geral da sociedade. A luta de classes torna-se o “motor da história”, como em Marx, e a luta operária se manifesta como o embrião do comunismo e é por isso que toda sua obra será dedicada a analisar a forma de emancipação dos trabalhadores e a experiência histórica e concreta da luta operária lhe inspirará na sua constituição de sua teoria dos conselhos operários.

A experiência russa dos soviets (conselhos operários), que também ocorreu na Alemanha, foi fundamental para Pannekoek assumir sua posição conselheira. Segundo Mattick,

“Pannekoek reconheceu neste movimento dos conselhos o princípio de um novo movimento operário revolucionário, e ao mesmo tempo o início de uma reorganização socialista da sociedade. Este movimento não podia nascer e manter-se senão opondo-se às formas tradicionais. Estes princípios atraíram a parte mais militante do proletariado em revolta, para grande desgosto de Lênin que não concebia um movimento escapando ao controle do Partido ou do Estado e que procurava castrar os soviets da Rússia. Não podia tolerar um movimento comunista internacional fora do controle absoluto do seu próprio partido. Primeiro recorrendo a intrigas, e depois em 1920 abertamente, os bolcheviques esforçaram-se por combater as tendências antiparlamentares e anti-sindicais do movimento comunista, sob o pretexto de que era preciso não perder o contato com as massas que aderiam às antigas organizações. O livro de Lênin, *O Esquerdismo, A Doença Infantil do Comunismo*, era sobretudo dirigido contra Gorter e Pannekoek, porta-vozes do movimento dos conselhos comunistas. O Congresso de Heidelberg em 1919 dividiu o partido comunista alemão numa minoria leninista e numa maioria que aderiu aos princípios do

antiparlamentarismo e do anti-sindicalismo sobre os quais o partido tinha sido fundado inicialmente. Nova controvérsia se junta à primeira: ditadura do partido ou ditadura de classe? Os comunistas não leninistas adotaram o nome de Partido Operário Comunista da Alemanha (KAPD). Uma organização similar foi mais tarde fundada na Holanda. Os comunistas de partido se opuseram posteriormente aos comunistas de conselhos e Pannekoek colocou-se ao lado dos segundos” (Mattick, 1976, p. 16-17).

Assim nasce a mais importante e desenvolvida corrente do marxismo mundial: o comunismo conselhistas. A partir deste momento, vai se firmando cada vez mais esta corrente e sua posição diante do bolchevismo vai se clarificando. Korsch já colocara, anteriormente, o princípio fundamental para a análise da história do marxismo: a aplicação do materialismo histórico ao próprio materialismo histórico (Korsch, 1977). E procedendo desta forma, ele concebeu três fases na história do marxismo, sendo que a última corresponderia à retomada do seu caráter revolucionário acompanhando a emergência das lutas revolucionárias do proletariado no início do século 20, sendo expresso por teóricos como Rosa Luxemburgo, Hermann Gorter, Anton Pannekoek, Otto Rühle, entre outros. Esta corrente deveria, necessariamente, entrar em confronto tanto com a ala reformista social-democrata quanto com a ala bolchevista, o que ocorreu embrionariamente já desde os confrontos de Rosa Luxemburgo contra a social-democracia (Bernstein e Kautsky) e Lênin, e se solidificou com os desdobramentos da Revolução Russa e das demais tentativas de revolução proletária na Europa.

O comunismo de conselhos via nos conselhos operários (Soviets, na Rússia) como a forma de auto-organização revolucionária do proletariado, tal como se pode ver embrionariamente na Comuna de Paris e posteriormente em 1905, na primeira Revolução Russa, bem como nas diversas tentativas de revolução proletária na Europa, sem falar na Revolução Russa de 1917. Os conselhos operários também seriam as instituições de autogestão social na reorganização comunista da sociedade. Neste contexto, se desenvolvia a crítica aos partidos políticos e sindicatos. Otto Rühle, por exemplo, seria o mais ferrenho crítico dos partidos políticos, não a determinados partidos, mas aos partidos em geral, tal como se vê em seu artigo *A Revolução não é Tarefa de Partido*.

Os sindicatos também sofreram várias críticas dos teóricos conselhistas. Ao invés de organizações que representariam os interesses do proletariado, os sindicatos representavam, na verdade, os interesses da classe dominante. Segundo Pannekoek, “As condições existentes nos sindicatos atuais os transformaram, mais que nunca, em órgãos de dominação do capitalismo monopolista sobre a classe operária” (Pannekoek, 1977, p. 102).

Pannekoek também era um crítico da social-democracia reformista e do parlamentarismo. Para ele, o parlamento é um freio para o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado e a democracia burguesa é uma forma de escravizar e não de libertar a classe proletária (Pannekoek, 1978).

Depois do confronto na III Internacional, os teóricos conselhistas (Pannekoek, Rühle, Wagner, Gorter, etc.) vão cada vez mais aprofundando sua crítica ao bolchevismo e ao regime ditatorial russo. A Rússia passa a ser caracterizado como um capitalismo de estado. Segundo Pannekoek,

“A consolidação do capitalismo de estado na Rússia foi a razão determinante do caráter que tomou o Partido Comunista. Enquanto que na sua propaganda no exterior, continuava falando de comunismo e de

revolução mundial, criticava o capitalismo e chamava os trabalhadores a se unirem na sua luta pela libertação, escondia o fato de que na Rússia os trabalhadores não eram mais que uma classe submetida a uma ditadura opressiva e implacável, privada de liberdade de expressão, de imprensa e associação, muito mais duramente submetida que as classes operárias dos países ocidentais” (Pannekoek, 1977, p. 129).

A posição de Pannekoek e dos comunistas de conselhos se torna antibolchevista. O bolchevismo passa a ser visto como um movimento contra-revolucionário que atua dentro do movimento operário. Tal como colocou Mattick,

“enquanto a luta de Lênin contra a ‘ultra-esquerda’ era o primeiro sintoma das tendências contra-revolucionárias do bolchevismo, o combate de Pannekoek e Gorter contra a corrupção leninista do novo movimento operário foi o começo de um antibolchevismo dum ponto de vista proletário” (Mattick, 1976, p. 18-19).

O capitalismo estatal russo transformou o marxismo em ideologia da burocracia “soviética”. Em *Lênin, Filósofo*, Pannekoek buscava analisar a filosofia leninista e demonstrou que o seu materialismo, oposto ao idealismo de Mach e Avenarius, exposto em *Materialismo e Empiriocriticismo*, revela mais um fundamento do caráter semiburguês do bolchevismo, pois ele criticava estes autores com base no materialismo burguês, aquém do materialismo histórico.

Segundo Pannekoek,

“O materialismo burguês identifica a matéria física com a realidade objetiva; portanto, deve-se considerar tudo o mais, também o espiritual, com um atributo, uma propriedade desta matéria. Logo, não é estranho que encontremos as mesmas idéias em Lênin” (Pannekoek, 1973, p. 13).

Esta concepção de matéria, contrária a posição do materialismo histórico, é uma retomada do materialismo burguês, que fornece um fundamento filosófico de caráter burguês ao bolchevismo. E é este o motivo do ataque de Lênin a Joseph Dietzgen, defendido por Pannekoek. O curioso é que Dietzgen foi considerado por Engels como um dos fundadores da dialética materialista (Engels, s/d; Engels, 1990) e, no entanto, foi criticado e abandonado pelos social-democratas e bolchevistas (de Kautsky e Plekhanov até Lênin e os leninistas), apesar de se inspirarem mais em Engels do que em Marx para criar sua ideologia do “materialismo dialético” (Viana, 1997). Mas o que se tem, neste caso, neste uso do materialismo burguês sob a máscara de materialismo histórico, é a criação de uma ideologia de uma nova classe social, a burocracia, ou, segundo Pannekoek, a *intelligentsia*:

“Esta ideologia leninista, que hoje professam os partidos comunistas e que, em princípio, se adequa à ideologia tradicional do velho partido social-democrata, já não expressa nenhum dos objetivos do proletariado. Segundo Harper [Pannekoek – NV], é muito mais a expressão natural dos objetivos de uma “nova classe”: a *intelligentsia*” (Korsch, 1973, p. 157).

A Revolução Russa era vista como uma contra-revolução burocrática que sucedia a revolução operária dos soviets. O bolchevismo, do ponto de vista de Pannekoek, utilizava métodos que “não tem nada a ver com um marxismo revolucionário, nem com a práxis da luta de classes da Europa ocidental, e que inclusive se encontrava em contradição com ambos” (Brendel, 1978, p. 9).

A segunda guerra mundial e a ascensão do nazi-fascismo marcaram a crise do movimento operário e, por conseguinte, do comunismo conselhistas. Este sobreviveria marginalmente na sociedade capitalista, tanto através de publicações e coletivos que reivindicavam o comunismo de conselhos quanto através de sua influência nas mais

variadas correntes políticas que buscavam apresentar uma alternativa à social-democracia e ao bolchevismo. A hegemonia bolchevista nas organizações burocráticas que dizem representar o movimento operário relegou o conselhismo ao esquecimento junto a militantes e operários, e somente recordado como uma “doença infantil”, chamada “esquerdismo” (Lênin, 1989). Porém, sempre que há emergência do movimento operário, ocorre o ressurgimento do comunismo de conselhos, tal como na rebelião estudantil de maio de 68, no qual a idéia de autogestão fez ressurgir o interesse pela obra dos comunistas conselhistas, inclusive em um dos participantes deste processo que retomava a teoria conselhistas do capitalismo de estado para explicar a posição do partido comunista francês (Cohn-Bendit e Cohn-Bendit, 1969).

Em 1947, Pannekoek escreveu sua grande obra *Os Conselhos Operários*, onde expressou a afirmação teórica da experiência proletária do caminho para a autogestão social. Depois disso, devido ao refluxo do movimento operário na Europa Ocidental, Pannekoek continuaria sua militância basicamente através da teoria, escrevendo e publicando textos, até seu falecimento em 1960. Dentre os teóricos revolucionários, Pannekoek foi o que mais se dedicou ao que ele denominava “novo movimento operário” fundado nos conselhos operários. Ele pode ser considerado o maior teórico dos conselhos operários e, ao contrário do que alguns críticos de esquerda do conselhismo afirmam, sua visão destas formas de auto-organização do proletariado não era fixa e acrítica. Os conselhos operários podiam ser corrompidos, tal como ocorreu na revolução bolchevique e durante a vigência do reformismo. Segundo Pannekoek, os conselhos operários

“não designa uma forma de organização fixa, elaborada de uma vez por todas, a qual só faltaria aperfeiçoar os detalhes; trata-se de um princípio, o princípio da autogestão operária das empresas e da produção. A realização deste princípio não passa, absolutamente, por uma discussão teórica referente aos seus melhores modos de execução. É uma questão de luta prática contra o aparato de dominação capitalista. Em nossos dias, por conselhos operários não se entende a associação fraternal que tem um fim em si mesma; conselhos operários quer dizer luta de classes (na qual a fraternidade tem seu lugar), ação revolucionária contra o poder do Estado” (apud. Bricianer, 1975, p. 310).

Nildo Viana

Referências Bibliográficas:

- BRENDEL, Cajo. *Introducción*. In: PANNEKOEK, Anton. *Una Nueva Forma de Marxismo*. Madrid, Zero, 1978.
- BRICIANER, Serge (org.). *Anton Pannekoek y los Consejos Obreros*. Buenos Aires, Schapire, 1975.
- COHN-BENDIT, D e COHN-BENDIT, G. *El Izquierdismo, Remedio a la Enfermedad Senil del Comunismo*. México, Americana, 1969.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Düring*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- ENGELS, Friedrich. *Luiz Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. São Paulo, Guaira, s/d.
- KORSCH, Karl. *A Filosofia de Lênin*. In: PANNEKOEK, Anton. *Lenin Filósofo*. Buenos Aires, Ediciones Pasado y Presente, 1973.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1977.
- LÊNIN, W. *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. São Paulo, Global, 1989.
- MATTICK, Paul. *Anton Pannekoek*. In: MATTICK, Paul e outros. *Comunistas de Conselhos*. Coimbra, Centelha, 1976.
- PANNEKOEK, Anton. *Antropogenez. Estudio pri la Ekesto de la Homo*. Baudé, Laroque Timbaut, 1978.
- PANNEKOEK, Anton. *Lenin Filósofo*. Buenos Aires, Ediciones Pasado y Presente, 1973.
- PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid, Zero, 1977.
- PANNEKOEK, Anton. *Una Nueva Forma de Marxismo*. Madrid, Zero, 1978.
- ROSENBERG, A. *Democracia e Socialismo*. São Paulo, Global, 1986.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2007.

O Trabalho

Atualmente e no período que se está a iniciar, no momento em que a Europa é devastada e a humanidade empobrecida pela guerra mundial, é aos trabalhadores de todo o mundo que cumpre organizar a indústria, para se libertarem da miséria e da exploração. A sua tarefa é empreender a organização da produção dos bens. Para realizarem esta obra imensa e difícil, é necessário que conheçam plenamente o caráter do trabalho. Quanto melhor for o conhecimento que possuem da sociedade e, dentro desta sociedade, do lugar que aí devem ocupar, menos dificuldades, decepções, e fracassos encontrarão no combate a travar.

Na base da sociedade encontra-se a produção de todos os bens necessários à vida. A maior parte desta produção faz-se recorrendo a técnicas muito elaboradas, em grandes fábricas, utilizando máquinas complicadas. Este desenvolvimento das técnicas, que fez passar da pequena ferramenta, manejada por um único homem, às enormes máquinas, postas a funcionar por vastas coletividades de operários, com qualificações diferentes, operou-se no decurso dos séculos precedentes. Embora ainda sejam utilizadas pequenas ferramentas, como acessórios, e embora existam ainda numerosas pequenas oficinas, já não ocupam praticamente qualquer lugar no conjunto da produção.

Cada fábrica é uma organização minuciosamente adaptada aos seus fins, uma organização de forças, tanto inertes como vivas, de instrumentos, de operários. As formas e o caráter desta organização são determinados pelos objetivos que devem servir. Quais são estes objetivos?

Nos nossos dias, a produção é dominada pelo capital. O capitalista que possui o dinheiro funda a fábrica, compra as máquinas e as matérias-primas, contrata operários e fazê-los produzir mercadorias, que podem ser vendidas. Isto significa que ele compra a força de trabalho dos operários, força essa que irá ser despendida no trabalho quotidiano, e paga-lhe o valor desta força, o salário, com o qual podem obter aquilo de que necessitam para viver e para restaurar permanentemente a sua força de trabalho. O excedente conservado pelo capitalista quando o produto é vendido, o mais-valor, constitui o lucro que, na medida em que não é consumido, é acumulado, transformando-se assim em novo capital. A força de trabalho da classe operária pode ser comparada a uma mina: pela exploração, rende mais do que o que custou. Daí a expressão: exploração do trabalho pelo capital. O próprio capital é produto do trabalho: é, na sua totalidade, mais-valor acumulado.

O capital é o senhor da produção. Possui a fábrica, as máquinas, os bens produzidos, os operários trabalham sob as suas ordens, os seus objetivos dominam o trabalho e determinam o caráter da organização. O objetivo do capital é obter lucro. O capitalista não é motivado pelo desejo de fornecer aos seus concidadãos os produtos necessários à vida; é levado pela necessidade de ganhar dinheiro. Se possui uma fábrica de sapatos, o que o move não é a piedade pelos que poderão sofrer dos pés, é simplesmente o fato de saber que a sua empresa tem de obter lucro e que abrirá falência se esses lucros forem insuficientes. A maneira normal de obter lucros é evidentemente produzir mercadorias que possam ser vendidas por bom preço, e geralmente só podem ser vendidas se forem bens de consumo necessários e práticos para quem os compra. Para obter lucros, o negociante de sapatos tem, portanto de produzir bons sapatos, melhores e menos caros que os dos concorrentes. A produção capitalista consegue assim, em período normal, atingir aquilo que deve ser o objetivo de toda a produção:

fornecer à humanidade aquilo de que necessita para viver. Mas toda a gente sabe que, para o capitalista, pode ser mais rentável produzir, para os ricos, objetos de luxo supérfluos, ou, para os pobres, mercadorias ordinárias, que pode ser mais vantajoso vender a sua fábrica a um concorrente, que a pode encerrar se tal lhe aprouver.

Estes são exemplos freqüentes, e mostram claramente que o objetivo primordial da produção atual continua a ser o lucro.

Este objetivo determina o caráter da organização do trabalho na fábrica. Começa por impor a autoridade de um senhor absoluto. Se é o próprio proprietário quem dirige, tem de ter o cuidado de não perder o seu capital, bem pelo contrário tem de o aumentar. O trabalho é dominado pelo seu interesse: os operários são a sua mão-de-obra e devem obedecer. Assim são determinados o seu papel e a sua função no trabalho. Se os operários se queixarem do número demasiado elevado de horas ou do trabalho esgotante, responde-lhes insistindo no seu próprio trabalho e nas preocupações que o obrigam a manter-se acordado pela noite dentro, quando eles já regressaram a casa e só têm que se preocupar consigo próprios. Só se esquece de dizer, e de resto ele mesmo mal o compreende, que todo este trabalho, muitas vezes tão penoso, todos estes aborrecimentos que lhe tiram o sono só servem o lucro e não a própria produção. Todo o seu trabalho consiste finalmente em procurar como vender as mercadorias, como ultrapassar os concorrentes, como conseguir que um máximo de mais-valor entre nos seus cofres. Não é um trabalho produtivo, e os esforços que despense para lutar contra os concorrentes são inúteis para a sociedade. Mas ele é o patrão, e são os seus objetivos que regem a empresa.

Se este patrão da fábrica é um diretor contratado, sabe que foi colocado nesse posto com o fim de obter lucros para os acionistas. Se não o conseguir, é despedido e substituído por outro. Naturalmente que, se quiser dirigir o trabalho de produção, tem de ser um especialista experiente, ao corrente das técnicas utilizadas no seu ramo de atividade. Mas, além disso, ou melhor, antes de mais, tem de ser um perito na arte de realizar lucros. Tem de começar por obter e dominar as técnicas de aumento de lucro líquido, por descobrir como produzir ao menor custo, como vender o melhor possível, como vencer os rivais. Qualquer diretor sabe isto. É isto que comanda a marcha dos negócios. É também isto que determina a organização na própria fábrica.

A organização da produção na fábrica segue, portanto duas vias: a da organização técnica e a da organização comercial. O rápido desenvolvimento das técnicas no século passado, que se baseou em progressos científicos notáveis, provocou melhoramentos dos métodos de trabalho nestes campos. Ter à sua disposição uma técnica superior é a melhor arma para a concorrência: permite obter um maior lucro à custa dos concorrentes que ficarem para trás. Porque o desenvolvimento técnico aumenta a produtividade do trabalho, diminui o preço dos bens úteis e de consumo, torna-os mais abundantes e mais variados; aumenta assim as possibilidades de atingir um certo bem-estar e, baixando o custo de vida, - ou seja, o valor da força de trabalho - permite elevar consideravelmente o lucro do capital. Este alto nível de desenvolvimento técnico atraiu às fábricas um número cada vez maior de especialistas: engenheiros, químicos, físicos, cientistas competentes formados nas universidades e nos laboratórios, indispensáveis para dominar as operações técnicas complexas e melhorá-las constantemente através de novas descobertas científicas. Sob a direção destes especialistas trabalham técnicos e operários qualificados. A organização técnica acarreta assim uma colaboração estreita entre diferentes camadas de trabalhadores: um pequeno número de especialistas com formação universitária, um maior número de profissionais qualificados e de operários especializados, e uma grande massa de operários não qualificados, que efetuam tarefas

manuais. São necessários os esforços combinados de todos para fazer mover as máquinas e para produzir as mercadorias.

A organização comercial deve assegurar a venda da produção. Estuda os mercados e os preços; ocupa-se da publicidade; forma agentes que irão incrementar as vendas. Utiliza o “management” dito científico para fazer baixar os custos de produção, repartindo o melhor possível os homens e o material; inventa estimulantes para iniciar os operários a esforços mais elevados e mais intensos. Transforma a publicidade numa espécie de ciência, ensinada mesmo nas universidades. Para os capitalistas, a organização comercial e as suas técnicas não são menos importantes do que as técnicas de produção; são a arma principal na luta entre capitalistas. Se nos colocarmos do ponto de vista de uma sociedade que deve assegurar a produção de bens necessários à vida, veremos que isto é um desperdício de talentos sem nenhuma utilidade. Diretores e operários vivem integrados num meio social; partilham as mentalidades das respectivas classes. Seja qual for o lugar onde se efetue, o trabalho assume o mesmo caráter capitalista. É essa a sua característica essencial, a sua natureza profunda, apesar das diferenças superficiais constituídas pelas condições, melhores ou piores, em que é exercido.

A própria natureza do trabalho, no regime capitalista, é constituir uma extorsão. Os trabalhadores têm de ser levados, ou pela força, ou pela arte melíflua da persuasão a dar o máximo das suas forças. O próprio capital está sujeito a um constrangimento semelhante. Se não for competitivo, se os lucros forem insuficientes o negócio desmoronar-se-á. Os trabalhadores defendem-se instintivamente desta opressão por meio de uma resistência contínua. Se não o fizessem, se, voluntariamente, se deixassem arrastar, veriam que lhes seria extorquido muito mais que a sua força de trabalho quotidiana: a sua própria capacidade física de trabalhar seria consumida, a sua força vital ver-se-ia precocemente esgotada (é já o que acontece hoje em dia pelo menos até certo ponto). Seria, para eles e para a sua descendência, a degenerescência, a destruição da saúde e das forças. Por isso têm de resistir. Mesmo fora dos períodos de conflitos agudos, de greves ou de diminuição de salários, cada oficina, cada empresa é palco de uma guerra silenciosa e permanente, de uma luta perpétua feita de pressões e de contra-ofensivas. Nos altos e baixos desta luta estabelecem-se determinadas normas de salários, de tempo de trabalho, de cadências, que se situam no ponto limite entre o tolerável e o intolerável (se estas normas forem intoleráveis, toda a produção será afetada). As duas classes, trabalhadores e capitalistas, embora obrigadas a labutar juntas no quotidiano, nem por isso deixam de ser, profundamente e devido aos seus interesses contraditórios, inimigas implacáveis que, quando não se defrontam, vivem numa espécie de paz armada.

O trabalho, em si mesmo não é repugnante. É uma necessidade imposta ao homem pela natureza, para obter a satisfação das suas necessidades. O homem, como todos os outros seres vivos, tem de utilizar as suas forças para obter alimento. A natureza dotou todos os seres de órgãos corporais e de faculdades mentais, músculos, nervos e um cérebro, para se poderem adaptar a esta necessidade. As necessidades e os meios de satisfazê-las estão, nos seres vivos, harmoniosamente adaptados uns aos outros, pelo menos no decurso normal da sua vida. O trabalho, ou seja, esta utilização normal dos membros e das capacidades mentais, é um impulso normal tanto do homem como do animal. Sem dúvida que há um componente de obrigação na necessidade de procurar alimentos e um abrigo. A utilização livre e espontânea dos músculos e dos nervos, ao sabor dos caprichos do trabalho e do recreio, situa-se na própria essência da natureza humana. O constrangimento imposto ao homem pela satisfação das suas necessidades obriga-o a um trabalho regular, ao recalçamento do impulso do momento,

a utilização das suas forças, a um controle poderoso e assíduo. Mas deste autodomínio, por necessário que seja para a sua própria preservação, para a da família e da comunidade, o homem extrai a satisfação de ver vencidos os obstáculos existentes em si mesmo ou no mundo que o cerca, e adquire o sentimento orgulhoso de ser capaz de atingir os fins que se propôs. O hábito do trabalho regular fixou-se assim pelo seu caráter social, pelos usos e costumes da família, da tribo ou da aldeia; transformou-se numa segunda natureza, num modo de vida natural, numa unidade harmoniosa de forças e de necessidades, de tendências naturais e de deveres. O camponês, por exemplo, durante uma vida de trabalho, muito dura ou tranqüila, transforma a natureza que o rodeia num lugar onde se sente seguro. Do mesmo modo para todos os povos, cada um com os seus traços específicos, o modo de produção artesanal permitiu ao artesão utilizar alegremente as suas capacidades e a sua imaginação para fabricar coisas úteis e simultaneamente belas e boas.

Tudo isto foi destruído quando o capital se transformou no senhor do trabalho. Com a produção para o mercado, para a venda, os bens transformam-se em mercadorias que, além da utilidade que assumem para o comprador, possuem um valor de troca que de algum modo corresponde ao trabalho realizado para produzi-las. Este valor de troca determina o dinheiro que rende a venda. Outrora um operário que trabalhasse um tempo razoável - salvo nos casos excepcionais em que se podia exigir dele um esforço violento - podia produzir o suficiente para viver. Mas o lucro capitalista é constituído precisamente por aquilo que o operário produz para além do que necessita para viver. Quanto maior for o valor daquilo que produz e quanto menor for o valor daquilo que consome, mais importante será o mais-valor capturado pelo capital. Daí que as necessidades vitais do operário sejam reduzidas, que o seu nível de vida seja baixado o mais possível, que o tempo de trabalho seja aumentado, que as cadências sejam aceleradas. O trabalho perde totalmente o antigo caráter de utilização agradável do corpo e dos membros. Transforma-se numa calamidade e numa degradação. É este o seu verdadeiro caráter, sejam quais forem as disposições introduzidas pelas leis sociais e pela ação sindical, ambas decorrentes da resistência desesperada dos trabalhadores face a uma degradação insuportável. Mas tudo quanto podem esperar desse lado é conseguir fazer passar o capitalismo do estágio do absurdo poder total ao da exploração normal. Mesmo neste último caso, o trabalho, sob um regime capitalista, conservará sempre o seu caráter intrínseco de servidão penosa e desumana. Para não morrerem de fome, os trabalhadores são obrigados a pôr as suas forças à disposição de uma direção que lhes é estranha, para lucros que lhes são estranhos, num fabricar desinteressante de coisas desinteressantes ou de má qualidade. Forçados a dar o máximo que o corpo esgotado pode dar, os trabalhadores gastam-se antes do tempo. Economistas ignorantes, que não conhecem a verdadeira natureza do capitalismo, só enxergam a profunda aversão dos operários pelo seu trabalho, e concluem daí que o trabalho produtivo, pela sua própria natureza, é repugnante para o homem e deve, portanto ser imposto, a bem ou a mal, à humanidade, através dos mais severos constrangimentos.

Evidentemente, este caráter do trabalho nem sempre é conscientemente percebido pelos trabalhadores. Por vezes, reaparece igualmente o caráter primitivo do trabalho, esse impulso instintivo para a ação geradora de satisfação. Em particular, jovens trabalhadores, ignorantes da natureza do capitalismo, ambicionando mostrar as suas capacidades, impacientes por se verem reconhecidos como operários plenamente qualificados, sentem em si uma espécie de força de trabalho inesgotável. O capitalismo tem métodos judiciosos para explorar esta disposição. Só mais tarde quando surgem, cada vez maiores, as preocupações e as obrigações familiares, é que o operário se vai sentir apanhado entre os constrangimentos e os limites das suas forças, acorrentado por

inexoráveis obstáculos de que não consegue libertar-se. Por fim, sente as forças fugirem-lhe numa idade em que o homem da burguesia está no apogeu da sua força e da sua maturidade. Tem então de suportar a exploração com uma resignação silenciosa temendo ser posto de parte, como uma ferramenta usada.

Por muito mau e condenável que possa ser o trabalho em regime capitalista, a falta de trabalho é ainda muito pior. Como qualquer mercadoria, a força de trabalho às vezes não encontra comprador. A liberdade problemática, deixada ao trabalhador, de escolher o seu patrão, vai de par com a liberdade que o capitalista tem de contratar ou despedir os seus operários. O desenvolvimento contínuo do capitalismo, a criação de novas empresas, o declínio e a falência das mais antigas dispersam permanentemente os trabalhadores: aqui, reúnem-se grandes massas de trabalhadores, acolá se despedem. No fundo, devem considerar-se muito felizes quando são autorizados a deixarem-se explorar. Dão-se então conta de que estão à mercê do capitalismo. Só com o consentimento dos patrões têm acesso às máquinas, essas máquinas que esperam por eles para poderem funcionar.

O desemprego é o pior flagelo da classe operária. É inerente ao capitalismo. É uma calamidade que ressurgue sempre. Acompanha as crises e as depressões periódicas que, durante todo o domínio do capitalismo, destroçaram a sociedade a intervalos regulares, e que são uma conseqüência da anarquia da produção capitalista. Cada capitalista, enquanto senhor independente da sua empresa, é livre para dirigi-la como muito bem entende, para produzir o que lhe parece lucrativo, ou para fechar a fábrica quando os lucros diminuem. Em oposição à organização minuciosa que reina no interior da fábrica, há uma falta absoluta de organização da produção social global. O rápido crescimento do capital, resultado da acumulação dos lucros, a necessidade de encontrar lucros também para este novo capital conduzem a um aumento rápido da produção. Esta inunda assim o mercado com produtos invendáveis. Depois vem a queda, que não só reduz os lucros e destrói o capital supérfluo, como ainda expulsa das fábricas exércitos de trabalhadores, abandonando-os unicamente aos seus recursos, ou a uma caridade irrisória. Nessa altura os salários diminuem, as greves são ineficazes, a massa de desempregados pesa muito nas condições de trabalho. O que se ganhou com duras batalhas num momento de prosperidade é muitas vezes perdido na crise. O desemprego sempre foi o principal obstáculo ao aumento contínuo do nível de vida da classe operária.

Alguns economistas afirmaram que o desenvolvimento moderno da grande indústria faria desaparecer esta alternância perniciosa de crise e prosperidade. Esperavam que os trustes e os cartéis, monopolizando, como fazem vastos setores da indústria, trouxessem um pouco de ordem e de organização à anarquia da produção e reduzissem as irregularidades desta. Não tomavam em conta o fato de a corrida aos lucros continuar, conduzindo os grupos organizados a uma competição ainda mais renhida. A incapacidade do capitalismo moderno para vencer a sua própria anarquia manifestou-se claramente na altura da crise mundial de 1930. Durante longos anos, pareceu que a produção se havia definitivamente desmantelado. Em todo o mundo, milhões de operários, de camponeses, e mesmo de intelectuais viram-se reduzidos a viver de socorros que os governos eram obrigados a prestar-lhes: a crise da atual guerra decorre diretamente desta crise da produção.

Esta crise orientou os holofotes da história para o verdadeiro caráter do capitalismo e para a impossibilidade de fazê-lo durar. Para milhões de pessoas era já impossível obter o estritamente necessário. Havia milhões de operários em plena posse das suas forças que só procuravam trabalho; havia milhões de máquinas, em milhares de fábricas, à espera de serem postas a funcionar para produzirem mercadorias em

abundância. Mas isso não era permitido. O direito de propriedade capitalista sobre os meios de produção erguia-se entre os operários e as máquinas. Este direito de propriedade, defendido se necessário pelas forças da polícia e do Estado, impedia os operários de tocarem nas máquinas e de produzirem aquilo de que a sociedade e eles próprios necessitavam para viver. As máquinas enferrujar-se-iam paradas, os trabalhadores passariam a vaguear desocupados e a agüentar a sua miséria. Por quê? Porque o capitalismo é incapaz de pôr em marcha as enormes capacidades técnicas e produtivas da humanidade para o seu verdadeiro objetivo: a satisfação das necessidades da sociedade.

Não há dúvida que o capitalismo tenta atualmente iniciar uma espécie de organização e de planificação da produção. A sua insaciável sede de lucros não pode ser satisfeita dentro dos seus limites tradicionais. É levado a estender-se a todo o mundo, a apropriar-se de todas as riquezas, a abrir mercados e a subjugar as populações dos outros continentes. Os grupos capitalistas têm de, à custa de uma competição sem piedade, procurar conquistar ou conservar as partes mais ricas do mundo. A classe capitalista de Inglaterra, de França, da Holanda obtinha lucros fáceis explorando ricas colônias, conquistadas durante guerras passadas. Na mesma altura, o capitalismo alemão podia apenas contar com a sua própria energia, com as suas capacidades e, a despeito do seu desenvolvimento rápido, só lutando pelo domínio do mundo, só preparando-se para a guerra mundial, poderia obter a sua parte, já que chegara demasiado tarde à partilha do mundo colonial. Tinha de ser ele o agressor, e os outros os «agredidos». Foi assim o primeiro a pôr em ação e a organizar todas as forças da sociedade com vista a atingir este objetivo, e os outros tiveram que seguir o seu exemplo.

Nesta luta pela vida entre grandes potências capitalistas, a ineficácia do capitalismo privado não podia ser tolerada por muito mais tempo. O desemprego surgia como um desperdício, não só estúpido como criminoso de forças produtivas cuja necessidade era absolutamente vital. Era necessária uma organização estrita e minuciosa para assumir o pleno emprego de todas as forças de trabalho e do potencial de luta da nação. O caráter insustentável do capitalismo revelava-se a partir desse momento sob um aspeto muito diferente, mas igualmente ameaçador. O desemprego transformava-se no seu contrário, o trabalho obrigatório. Trabalho forçado, o desses combates nas fronteiras em que milhões de homens jovens e fortes, dotados dos meios de destruição mais aperfeiçoados, se mutilam, se matam uns aos outros, se exterminam, se suprimem mutuamente para o domínio mundial dos seus patões capitalistas. Trabalho forçado, o que é executado nas fábricas por todo o resto da população, incluindo mulheres e crianças, que tem de produzir ininterruptamente cada vez mais instrumentos de morte, ao passo que a produção do necessário vital se limita estritamente ao mínimo. A rarefação de tudo o que é necessário à vida, a penúria, o regresso à barbárie mais miserável e mais atroz, eis a conseqüência do extremo desenvolvimento da ciência e da técnica, eis o fruto glorioso do pensamento e do trabalho de tantas gerações! E por quê? Porque, apesar de todos os discursos enganadores sobre a comunidade e a fraternidade, o capitalismo organizado também é completamente incapaz de fazer funcionar as ricas forças produtivas da humanidade para aquilo que é o seu verdadeiro objetivo, não faz senão utilizá-las como meios de destruição.

A classe operária vê-se assim face à necessidade de tomar ela própria em mãos a produção. O domínio sobre as máquinas, sobre os meios de produção, tem de ser retirado das mãos indignas dos que dele fazem tal uso. É a causa comum de todos os produtores, de todos os que asseguram o trabalho produtivo na sociedade: os operários, os técnicos, os camponeses. Mas são as principais e eternas vítimas do sistema

capitalista – que, além disso, constitui a maioria da população –, os operários, que cabe a tarefa de se libertarem a si próprios e ao mesmo tempo a humanidade em geral, deste flagelo. Têm que se apropriar dos meios de produção. Tem de se transformar em donos das fábricas, em donos do seu próprio trabalho e de conduzi-lo segundo a sua própria vontade. Nesse momento as máquinas reassumirão o seu verdadeiro destino: a produção em abundância dos bens destinados a satisfazer as necessidades da vida de todos.

É esta a tarefa dos trabalhadores no período que se inicia. É esta a única via para a liberdade; é a revolução para que se encaminhe a sociedade, revolução que irá subverter totalmente o caráter da produção; na base desta irão estar novos princípios. E, desde logo, porque a exploração terá cessado. O produto do trabalho comum pertencerá aos que tiverem participado na obra comum. Já não haverá mais-valor para o capital, nem apropriação de uma parte do produto social por parasitas capitalistas.

Mais importante que o fim da apropriação de uma parte do produto social será o fim do domínio do capital sobre a produção. A partir do momento em que os operários sejam donos das fábricas, os patrões perderão a possibilidade de deixar paradas as máquinas, essas riquezas da humanidade, esses produtos preciosos dos esforços intelectuais e manuais de tantas gerações de trabalhadores e de investigadores. Com os capitalistas, desaparecerá o poder de impor a produção de objetos supérfluos, de produtos de luxo ou de mercadorias ordinárias. Quando os operários tiverem o controle das máquinas, servir-se-ão delas para produzir tudo o que é necessário a vida da sociedade.

Isto só será possível reagrupando todas as fábricas, membros separados de um mesmo corpo, num sistema de produção bem organizado. Os contatos que, no capitalismo, são resultado fortuito do mercado e de uma competição cega, dependente da oferta e da procura, passarão então a ser objeto de uma planificação consciente. Em vez das tentativas de organização imperfeitas e parciais do capitalismo moderno, cujo resultado é tornar mais ferozes as lutas e as destruições, ir-se-á desenvolver uma organização perfeita da produção, que se alargará num sistema de colaboração à escala mundial, porque as classes dos produtores não poderão entrar em competição, mas tão somente colaborar.

Estas três características da nova produção definem um mundo novo. O fim do lucro capitalista, o fim do subemprego dos homens e das máquinas, a regulação consciente e adequada da produção e o aumento desta produção graças a uma organização eficiente darão a cada trabalhador uma maior quantidade de bens em troca de um trabalho menor. Uma nova via se abre agora para um desenvolvimento muito mais vasto da produtividade. Pela aplicação de todos os progressos técnicos, a produção aumentará de tal modo que a abundância para todos se fará acompanhar do desaparecimento de todo o trabalho penoso.

A Lei e a Propriedade

Tal transformação do sistema de trabalho implica uma transformação do Direito. Não se trata, evidentemente, de fazer votar novas leis no parlamento e pelo Congresso. Estas transformações atingem as próprias bases da sociedade, todos os seus costumes e as suas práticas, muito além das modificações provisórias que resultam dos atos parlamentares. Esta transformação reporta-se às leis básicas de toda a sociedade e não apenas de um determinado país, porque se fundamentam nas convicções dos homens sobre o Direito e a Justiça.

As leis não são imutáveis. As classes dominantes sempre tentaram preservar o Direito existente, proclamando que se baseia na natureza, que se fundamenta nos direitos eternos do homem, ou que é consagrado pela religião. Tudo isto tem como objetivo único consolidar os seus privilégios e votar as classes exploradas a uma escravidão perpétua. Na história, pelo contrário, é bem evidente que as leis se modificam incessantemente, segundo as concepções do bem e do mal que, também elas se vão modificando.

O sentido do bem e do mal, a consciência da justiça, não são coisas acidentais no homem. Tudo isto se desenvolve, irresistivelmente e naturalmente, a partir da sua experiência, a partir das condições fundamentais da sua vida. A sociedade tem de viver, e por isso as relações entre os homens devem ser reguladas de maneira tal que a produção do necessário vital se possa processar sem entraves (e é este o papel da lei). É justo antes de tudo, o que é bom e necessário para viver; não só útil no momento presente, mas necessário em geral tanto para a vida de um único indivíduo como para a de todos, considerados no seu conjunto, isto é, como comunidade, não tomando unicamente em consideração os interesses pessoais ou temporários, mas igualmente a felicidade duradoura de todos. Quando mudam as condições de vida, quando o sistema de produção se desenvolve e assume novas formas, as relações entre os homens modificam-se, e simultaneamente o sentido que os homens têm do bem e do mal. A lei tem então de ser modificada.

Isto transparece claramente nas leis que regem o direito de propriedade. No estado original, selvagem e bárbaro, a terra era considerada como pertencendo a uma tribo que nela vivia, caçava ou apascentava gado. Para empregar a linguagem de hoje, pode dizer-se que o território era propriedade comum da tribo, que o utilizava para viver e o defendia contra as outras tribos. As armas, os utensílios, que o indivíduo podia fabricar com as suas próprias mãos, eram de certo modo pessoais, eram a sua propriedade privada, mas não no sentido exclusivo, consciente, que este termo assume para nós, e isto devido aos laços mútuos e poderosos que uniam os membros da tribo. Não eram leis e sim usos e costumes que regulamentavam as relações mútuas. Esses povos primitivos e mesmo, em épocas mais próximas de nós, determinadas populações agrícolas (como, por exemplo, os camponeses russos de antes de 1860) não podiam conceber a idéia de propriedade privada de uma parcela de terreno, tal como nós não podemos conceber a idéia de propriedade privada de uma determinada quantidade de ar.

Estas regulamentações tiveram de se modificar quando as tribos se estenderam e se fixaram, desbastaram as florestas, se dispersaram em individualidades distintas (ou seja, em famílias), trabalhando cada parcela distinta. Modificaram-se ainda mais quando o artesanato se separou da agricultura, quando o trabalho ocasional de todos passou a ser o trabalho permanente de alguns, quando os produtos se transformaram em

mercadorias destinadas à venda, quando se estabeleceu um comércio regular, quando os produtos passaram a ser consumidos por outros que não os produtores. Era, contudo, natural que o camponês, que havia trabalhado uma parcela de terra, que a havia melhorado, que tinha labutado ele próprio, sem recorrer a outras pessoas, dispusesse livremente da terra e dos utensílios, que o produto da terra lhe pertencesse, que a terra e a produção que dela extraía continuassem a ser propriedade sua. Todavia, na Idade Média, foram feitas restrições a estas regulamentações: assumiram a forma de obrigações feudais, tornadas necessárias para assegurar a defesa das terras. Por outro lado, era natural que o artesão, único a manejar os seus utensílios, deles dispusesse em exclusivo, tal como dos objetos que fabricava: continuava a ser o único proprietário deles.

A propriedade privada passou deste modo a ser a lei fundamental de uma sociedade baseada em unidades de trabalho de pequena dimensão. Sem que tenha sido expressamente formulado, isto foi sentido como um direito necessário: quem utilizasse exclusivamente os utensílios, a terra, um produto, devia ser dono deles, e dispor deles livremente. A propriedade privada dos meios de produção é própria do pequeno comércio, é o seu complemento jurídico necessário.

Nada deste ponto de vista se modificou quando o capitalismo se transformou em senhor da indústria. Quando muito, estes princípios foram expressos, com uma clareza ainda maior, pela Revolução Francesa que, em pleno conhecimento de causa, proclamou a liberdade, a igualdade e a propriedade como direitos fundamentais do cidadão. E era nem mais nem menos que a propriedade privada dos meios de produção que vemos manifestar-se quando, em vez de alguns aprendizes, o mestre de ofício recrutava servos, em número cada vez maior, para o auxiliarem no seu trabalho, a quem fornecia utensílios que continuavam a ser propriedade sua, e que fabricavam, para ele, produtos destinados à venda. Por intermédio da exploração da força de trabalho dos operários, as fábricas e as máquinas, propriedade privada do capitalista, transformaram-se em fonte de uma acumulação, imensa e sempre crescente de capital. A propriedade privada desempenha assim uma nova função na sociedade. Enquanto propriedade capitalista, gerou o poder e uma riqueza cada vez maior a uma nova classe dirigente: os capitalistas; permite-lhes desenvolver poderosamente a produtividade do trabalho e estender o seu domínio sobre a terra inteira. Esta instituição jurídica, apesar da degradação e da miséria dos trabalhadores explorados, surgiu assim como uma instituição benéfica e mesmo necessária, veiculando a promessa de um progresso ilimitado da sociedade.

Pouco a pouco, este desenvolvimento provocou transformações no caráter interno do sistema social. A função da propriedade privada modificou-se de novo. Com as sociedades por ações, cindiu-se o duplo caráter do proprietário capitalista (dirigir a produção e meter ao bolso o mais-valor). Outrora intimamente ligados, o trabalho e a propriedade estão presentemente separados. Os proprietários são, hoje, acionistas que vivem fora do processo de produção, que preguiçam nas suas longínquas casas de campo e que, por vezes, jogam na bolsa. Um acionista não tem ligações diretas com o trabalho. A sua propriedade nada tem a ver com as ferramentas de que se serviria para trabalhar. A sua propriedade consiste simplesmente em bocados de papel, em partes nas empresas, que ele nem sequer sabe onde funcionam. A sua função na sociedade é de parasita. A sua propriedade não significa que ele comande e dirija as máquinas (é tarefa unicamente do diretor), simplesmente, ele pode reclamar uma determinada quantia de dinheiro sem ter que trabalhar para obtê-lo. A propriedade daquilo que tem em mãos, as suas ações, são certificados que indicam os seus direitos – garantidos pela lei, pelo governo, pela justiça, pela política – de participar nos lucros. Títulos de co-participação nesta grande Sociedade para a Exploração do Mundo, eis o que é hoje o capitalismo.

O trabalho nas fábricas é completamente distinto das atividades acionistas. O diretor e os quadros todo o dia têm de dirigir, correr por todo lado, pensar em tudo; os operários trabalham e pensam de manhã à noite, pressionados, maltratados. Cada um tem de se esforçar por dar o máximo, por produzir o mais possível. Mas o produto do trabalho comum não é para os que o forneceram. Outrora, os burgueses eram despojados pelos salteadores de estradas. Hoje, pessoas inteiramente estranhas à produção vêm, fazendo valer os seus papéis – como detentores de ações devidamente registradas – apoderar-se da maior parte do produto. Nem sequer têm de fazer o uso da violência, não têm que mexer uma palha: a parte que lhes cabe é automaticamente depositada na sua conta bancária. Quanto àqueles que, em conjunto, forneceram o trabalho, só lhes é deixado um soldo de miséria ou um salário modesto. Tudo o resto se transforma em dividendo levado pelos acionistas. Será loucura? É a nova função da propriedade privada dos meios de produção. É simplesmente o que dá, na prática, a herança da velha lei, aplicada às novas formas de trabalho a que já não está de modo nenhum adaptada.

Pode assim ver-se como, devido à modificação gradual das formas de produção, a função social instituição jurídica se transforma no oposto daquilo que era inicialmente. A propriedade privada que, originalmente, era um meio de dar a cada um a possibilidade de desempenhar um trabalho produtivo, transformou-se num meio de privar os trabalhadores da livre utilização dos instrumentos de produção. Enquanto que, originalmente, esta propriedade garantia ao produtor a possibilidade de dispor do fruto do seu trabalho, transformou-se no meio pelo qual os trabalhadores são despossuídos deste fruto por uma classe de parasitas inúteis.

Como é possível que leis tão obsoletas continuem a dominar a sociedade? Para começar, são numerosos os que ainda a elas se agarram, porque pensam que elas garantem a pequena propriedade e a vida das classes médias e de todos os “pequenos” camponeses, artesãos independentes; mas não vêm que, na realidade, são freqüentemente vítimas da usura e do capital bancário, que os tem na mão por intermédio dos títulos de propriedade, devidamente hipotecados. Quando dizem: “sou dono de mim mesmo”, querem dizer: “não tenho que obedecer a um estranho”. São totalmente incapazes de imaginar uma comunidade no trabalho, ou seja, um grupo onde iguais colaborariam numa mesma tarefa. Mas, e muito mais que isso, se tais leis subsistem é, sobretudo, porque o poder do Estado, com a sua força policial e militar, as impõem, no interesse da classe dominante: os capitalistas.

Na classe operária, a consciência desta contradição começa a manifestar-se, sob a forma de noções novas de Direito e de Justiça. A transformação do pequeno comércio em grandes empresas faz com que o direito antigo se tenha tornado nefasto e que tenha sentido como tal. Ele ergue-se contra a regra evidente que os que fornecem o trabalho e utilizam os instrumentos de trabalho devem dispor deles para executar e ordenar o trabalho da melhor maneira possível. A pequena ferramenta e o pedaço de terra podiam ser utilizados e trabalhados por uma única pessoa e a família. Os que deles dispunham deste modo eram os seus proprietários. As grandes máquinas, as fábricas, as grandes empresas só podem ser utilizadas por um corpo organizado de trabalhadores, por uma comunidade de forças em colaboração. Por isso este corpo, esta comunidade, terá de dispor delas para organizar o trabalho segundo a vontade comum dos seus componentes. Esta propriedade comum não significa propriedade no sentido antigo da palavra, quer dizer, o direito de usá-la ou desperdiçar segundo a sua própria vontade. Cada empresa não é mais que uma parte do aparelho produtivo total da sociedade; por isso, o direito de qualquer organismo, ou qualquer coletividade de produtores deverá estar limitado pelo

direito superior da sociedade, e tem de ser considerado e posto em prática através de ligações regulares com todos os outros.

A propriedade comum não deve ser confundida com propriedade pública. Na propriedade pública, muitas vezes defendida por eminentes reformadores sociais, o Estado ou outro órgão político é o dono da produção. Os operários não são donos do seu trabalho, são dirigidos por funcionários do Estado que organizam e dirigem a produção. Independentemente, das condições de trabalho ou do fato dos operários serem ou não tratados de maneira humana e com muita consideração, o fato fundamental continua a ser este: não são os operários, que são os produtores, mas sim os quadros do Estado, que dispõem dos meios de produção, dispõem do produto, dirigem todo o processo de produção e decidem qual a parte da produção que irá ser reservada para as inovações, para a substituição do material, para os melhoramentos e para as despesas sociais; são, portanto eles que decidem que parte do produto social deve caber aos trabalhadores e que parte irá guardar para si. Os operários recebem, portanto, um salário, uma parte do produto, determinado pelos dirigentes. Sob o regime de propriedade pública dos meios de produção, os trabalhadores são ainda dominados e explorados por uma classe dominante. A propriedade pública é o programa burguês de uma forma moderna e disfarçada de capitalismo. A propriedade comum dos produtores deverá ser o único objetivo da classe operária.

Uma revolução no sistema de produção está, portanto, estreitamente ligada a uma revolução no domínio do Direito. Baseia-se numa mutação das concepções mais profundas do Direito e da Justiça. Cada sistema de produção é a aplicação de uma determinada técnica combinada com um determinado Direito que rege as relações entre os homens no seu trabalho, que fixa os direitos e deveres destes.

O nível técnico da pequena ferramenta, associado à propriedade privada, implica uma sociedade de pequenos produtores livres fazendo-se livremente concorrência. O nível técnico das máquinas complexas, associado ao regime da propriedade privada, corresponde ao capitalismo. A técnica das máquinas complexas, associada à propriedade comum, implica uma colaboração livre entre todos os homens. O capitalismo não passa de um sistema intermédio, de uma forma de transição, resultante da aplicação do Direito antigo a técnicas novas. O desenvolvimento das técnicas aumentou enormemente o poder do homem; a lei que vinha do passado e que regulamentava a utilização destas forças técnicas manteve-se quase inalterada. Não espanta por isso que ela se tenha mostrado tão inadequada e a sociedade tenha caído numa tal desordem. É este o sentido profundo da atual crise mundial: a humanidade descuroou pura e simplesmente a adaptação a tempo das suas velhas leis ao novo poder das técnicas. E é por isso que tem presentemente de sofrer tantas ruínas e destruições.

A técnica é um dado da época. O seu desenvolvimento rápido é com toda a evidência obra do homem, o culminar normal da reflexão sobre o trabalho, da experiência e da experimentação, de esforços e de competição. Mas uma vez adquirida, a aplicação de uma técnica é automática, independente da nossa livre escolha, imposta como uma força inata da natureza. Não podemos voltar a atrás, como desejaram os poetas, e voltar a utilizar os pequenos utensílios dos nossos antepassados. Além disso, o Direito deve ser fixado pelo homem em plena consciência.

Tal como está estabelecido, o Direito determina, em relação aos homens e ao equipamento técnico, a liberdade ou a sujeição desses homens.

Quando a lei existente se transforma num meio de exploração e de opressão, na seqüência do desenvolvimento silencioso da técnica, passa a ser objeto de conflito entre as classes sociais, os exploradores e os explorados. Enquanto a classe explorada admitir respeitosamente que a lei atual é o Direito e a Justiça personificados, a sua exploração

continuará a ser legal e incontestada. Mas as massas tomam progressivamente consciência da sua exploração; surgem então novas concepções do Direito. À medida que se desenvolve o sentimento de que a lei existente é contrária à justiça, amplia-se a vontade de transformar e de fazer das novas concepções de Direito e de Justiça a lei da sociedade. Isto significa que o sentimento de laborar no erro não é suficiente. Só quando este sentimento se transformar numa convicção clara e profunda para grandes massas de trabalhadores, quando tiver penetrado todo o seu ser, comunicando-lhes uma firme determinação e um entusiasmo ardente é que poderão jorrar as forças necessárias para a transformação radical das estruturas sociais. Mas isto não passará ainda de uma condição preliminar. Será necessária uma luta longa e penosa para vencer a resistência da classe capitalista, que defenderá o seu poder até ao último extremo e com todos os recursos da sua força; uma tal luta impõe-se para estabelecer uma ordem social nova.

A Organização no Local de Trabalho

A idéia de propriedade comum dos meios de produção ameaça a instalar-se no espírito dos trabalhadores. Logo que tomarem consciência de que a ordem nova, de que o seu próprio domínio sobre o trabalho é uma questão de necessidade e de justiça, todos os seus pensamentos e atos se dirigirão no sentido da sua realização. Eles sabem que isso não se consegue num dia. Será inevitável um longo período de luta. Para vencer a resistência obstinada das classes dirigentes, os trabalhadores terão que desenvolver todos os seus esforços, até aos mais extremos recursos. Terão que utilizar todas as suas faculdades, tanto as que relevam da inteligência como as que relevam da força de caráter, todas as suas capacidades de organização, todos os seus conhecimentos. Terão que mostrar-se capazes de reunir tudo quanto puderem mobilizar. Mas, antes de mais, terão que determinar claramente o objetivo visado e o que representa a ordem nova a estabelecer.

Quando um homem tem um trabalho a fazer, deve começar por concebê-lo na sua mente, sob a forma de um plano ou de um projeto mais ou menos consciente. Eis o que distingue as ações dos homens dos atos puramente instintivos dos animais. Isto também é válido em princípio, nas lutas comuns, nas ações revolucionárias das classes sociais. Não inteiramente, é evidente, porque há uma grande parte de ações espontâneas e não premeditadas nas explosões de uma revolta apaixonada. Os trabalhadores em luta não são um exército conduzido por um estado-maior de chefes competentes, agindo segundo um plano minuciosamente preparado. Formam uma massa que, a pouco e pouco, emerge da submissão e da ignorância, que, a pouco e pouco, toma consciência da exploração, que se vê obrigada a lutar implacavelmente por melhores condições de vida e que, assim, vê a sua força desenvolver-se gradualmente. Jorram novos sentimentos, elevam-se novos pensamentos: dizem respeito ao que poderia ser, ao que deveria ser o mundo. Agora, têm em mente novos desejos, novos ideais, novos objetivos que determinam a sua vontade e guiam os seus atos. Pouco a pouco, as perspectivas esboçam-se mais claramente. Aquilo que inicialmente, não era mais que uma simples luta por melhores condições de trabalho, dá origem a idéias de reorganização fundamental da sociedade. O ideal de um mundo sem exploração nem opressão assediou durante gerações a mente dos trabalhadores. A concepção dos trabalhadores como donos dos meios de produção, devendo dirigir, eles próprios, o trabalho, impõe-se cada vez mais claramente a todos.

Devemos aplicar todos os recursos da nossa inteligência para procurar saber e explicar, tanto para nós como para os outros, qual será esta nova organização do trabalho. Não podemos extraí-la unicamente da nossa imaginação; deduzimo-la das condições reais e das necessidades do trabalho e dos trabalhadores no momento atual.

Não pode, bem entendido, ser exposta detalhadamente: nada conhecemos das condições futuras que irão determinar as suas formas precisas. Estas formas definir-se-ão no espírito dos trabalhadores quando eles afrontarem essa tarefa. De momento, devemos contentar-nos com traçar unicamente as linhas gerais, as idéias diretrizes que irão orientar as ações da classe operária. Estas idéias serão como que uma estrela, como o objetivo supremo para o qual os trabalhadores lançarão permanentemente o olhar quando, durante a luta, conhecerem as alternâncias de vitórias e de derrotas, as seqüências de sucessos e de fracassos na sua auto-organização. Estas idéias diretrizes

devem ser tornadas mais claras, não por minuciosas descrições de detalhe, mas essencialmente pela comparação entre os princípios deste mundo novo e as formas de organização existentes que já conhecemos.

Quando os operários se apoderarem das fabricas para organizarem o trabalho verão levantar-se inúmeros problemas, novos e espinhosos. Mas disporão também de novas forças igualmente numerosas. Um novo sistema de produção nunca é uma estrutura artificial edificada unicamente pela vontade dos homens. Brota como um processo irresistível da natureza, como uma convulsão que abala a sociedade no mais profundo de si mesma, libertando as mais poderosas forças e paixões do homem. É o resultado de uma luta de classe longa e obstinada.

Só através deste combate podem nascer e desenvolver-se as forças necessárias para a construção de um mundo novo.

Quais serão as bases deste mundo? Serão as forças sociais: a fraternidade e a solidariedade, a disciplina e o entusiasmo; serão as forças morais: a abnegação e a dedicação à comunidade; serão as forças espirituais: o saber, a coragem, a perseverança; será a sólida organização que congrega e encaminha para um objetivo último estas forças que, todas, são a concretização da luta de classe. Não se pode criá-las antecipadamente por uma ação voluntarista. Os primeiros sintomas dessas forças surgirão nos trabalhadores espontaneamente, a partir da sua exploração comum; desenvolver-se-ão incessantemente através das necessidades da luta, sob a influência da experiência, do estímulo mútuo, da educação recíproca. Nascerão necessariamente, porque a sua expansão trará a vitória, ao passo que a sua ausência é sinônimo de derrota. Enquanto estas forças sociais continuarem insuficientemente desenvolvidas, enquanto os novos princípios não ocuparem completamente o coração e a mente dos trabalhadores, fracassarão as tentativas para construir um mundo novo, mesmo se as lutas obtiverem um certo sucesso. Porque os homens têm de viver, a produção tem de continuar e, na sua ausência, outras forças, de coação, de repressão e de regressão tomarão em mãos a produção. Deverá então retomar-se o combate, até que as forças sociais da classe operária atinjam um poder tal que possam conduzir ao autogoverno, ao domínio total da sociedade.

A tarefa maior é, para os trabalhadores, a organização da produção em novas bases. Deverá começar pela organização no interior da fábrica. Também o capitalismo possui uma organização minuciosamente planificada; mas os princípios da nova organização serão totalmente diferentes. Em ambos os casos, as bases técnicas serão as mesmas: é a disciplina do trabalho, imposta pelo ritmo regular das máquinas. Mas as bases sociais, as relações mútuas entre os homens serão o oposto do que foram. A colaboração entre camaradas, iguais entre si, substituirá o comando dos patrões e a obediência dos que os serviam. O medo da fome e do risco permanente de perder o trabalho será substituído pelo sentido do dever, pela dedicação à comunidade, pelos louvores ou censuras feitos pelos camaradas aos esforços e às realizações de cada um e que agirão como estimulantes. Em vez de serem os instrumentos passivos e as vítimas do capital, os trabalhadores serão os donos e os organizadores da produção, seguros de si, exaltados pelo orgulho de cooperarem ativamente no aparecimento de uma nova humanidade.

O órgão de gestão, nesta organização da fábrica, será constituído pela coletividade dos trabalhadores que nela colaborarem. Reunir-se-ão para discutir todos os problemas e tomarão as decisões em assembléia. Assim, todos os que tomarem parte no trabalho participarão na organização do trabalho comum. Este método impõe-se naturalmente como evidente e normal; parece ser idêntico ao que é adotado em regime capitalista pelos grupos e sindicatos de trabalhadores quando decidem, pelo voto, assuntos

comuns. Mas existem diferenças essenciais. Nos sindicatos, encontramos habitualmente uma divisão do trabalho entre os delegados e os membros: os delegados preparam e enunciam as propostas e os filiados votam. A fadiga dos corpos e a lassidão dos espíritos obrigam os trabalhadores a delegar para outros a tarefa de conceber os projetos. Só muito parcialmente e aparentemente é que se ocupam dos seus próprios assuntos. Na organização em comum da fábrica deverão fazer eles próprios tudo ter as idéias, elaborar os projetos, bem como tomar as decisões. A dedicação e a emulação não se limitarão a desempenhar um papel no trabalho de cada um, mas serão ainda mais importantes na tarefa comum de organizar toda a produção. Para começar, porque se trata de uma obra comum, logo da maior importância, que não podem deixar para outros fazerem. Seguidamente, porque está em relação direta com o sistema das relações mútuas no seio do seu próprio trabalho, que a todos diz respeito e em que todos são competentes. É por isso que esta tarefa deve absorver toda a sua atenção e que os problemas postos se devem resolver através de discussões profundas. Não é unicamente com o esforço físico, mas mais ainda com o esforço intelectual que cada um deverá contribuir para a organização geral da produção e estes esforços serão objeto da emulação e da apreciação recíprocas. A discussão deverá, além disso, apresentar um carácter diferente daquele que existe nas associações e nos sindicatos sob o regime capitalista, onde se verifica sempre divergências devidas á existência de interesses pessoais, onde cada um, no mais profundo da sua consciência, se preocupa antes de mais com a sua sorte pessoal e onde as discussões têm por função ajustar e aplanar as diferenças com vista a uma ação comum. Na nova comunidade do trabalho, pelo contrário, todos os interesses serão essencialmente os mesmos e todos os pensamentos serão orientados para o objetivo comum da organização, numa cooperação efetiva.

Nas grandes fábricas, o número de operários é demasiado elevado para que possam reunir numa assembléia única e para que possam levar a cabo uma discussão real e profunda. As decisões só poderão ser tomadas há dois tempos: pela ação combinada de assembléias nas diferentes oficinas da fábrica com as assembléias de comités centrais de delegados. As funções e o andamento prático destes comités não podem ser determinados antecipadamente; constitui algo inteiramente novo, um órgão essencial da nova estrutura econômica. É quando se encontrarem a braços com as necessidades práticas que os operários constituirão as estruturas adequadas. As linhas gerais de algumas das características dessas estruturas podem, contudo ser deduzidas por comparação com as organizações e os grupos que conhecemos.

No mundo capitalista, o comitê central de delegados é uma instituição bem conhecida. Encontramo-la no parlamento, em toda a espécie de organizações políticas e nos bureaux de diversas associações e sindicatos. São investidos de uma autoridade sobre os que os designaram, ou mesmo, por vezes, reinam sobre estes como verdadeiros patrões. Esta é a forma assumida por estes organismos, e que corresponde a um sistema social em que uma grande massa de trabalhadores é explorada e comandada por uma minoria: a classe dominante. A tarefa essencial, no mundo novo, consistirá em encontrar uma forma de organização constituída por uma coletividade de produtores, livres e associados, que controlem, tanto nos atos como na concepção destes, a atividade produtiva comum, regulamentando-a segundo a sua própria vontade, mas com poderes idênticos para cada um; será um sistema social totalmente diferente do antigo. No sistema antigo, também existem conselhos sindicais que administram os assuntos correntes, entre duas reuniões dos filiados, a intervalos mais ou menos próximos, em que se fixam as grandes linhas da política geral. Aquilo de que estes conselhos se ocupam então são apenas os imprevistos do quotidiano e não as questões fundamentais. No mundo novo, e a própria base da vida, a sua essência, que estão em causa: é o

trabalho produtivo que ocupa e ocupará permanentemente o espírito de cada um, que será o objeto primordial do seu pensamento.

As novas condições de trabalho farão destes comitês de fábrica algo muito diferente do que conhecemos no mundo capitalista. Serão organismos centrais, mas não organismos dirigentes, não conselhos governamentais. Os delegados que os compuserem terão sido mandatados pelas assembléias de seção com instruções específicas; virão de novo a estas assembléias para prestar contas da discussão e do resultado obtido e, após deliberações mais amplas, os mesmos delegados, ou outros, munidos de novas instruções, voltarão a reunir-se no comitê de fábrica.

Deste modo, atuarão como agentes de ligação entre os membros das diferentes seções. Estes comitês de fábrica também não serão grupos de especialistas encarregados de fornecer diretivas à massa dos trabalhadores não qualificados. Naturalmente que serão necessários especialistas, isolados ou em equipas, para se ocuparem dos problemas científicos ou técnicos específicos. Os comitês de fábrica tratarão dos problemas quotidianos, das relações mútuas, da regulamentação do trabalho, tudo coisas em que cada um é ao mesmo tempo competente e parte interessada. E, entre outras coisas, terão de estudar a aplicação prática do que os especialistas tiverem sugerido. Os comitês de fábrica não serão responsáveis pelo bom funcionamento do conjunto, porque isto teria como consequência deixar que cada membro se isentasse das suas responsabilidades, confiando numa coletividade impessoal. Pelo contrario, e embora este funcionamento incumba a toda a comunidade, poderão confiar-se a certas pessoas, e só a elas, tarefas específicas que desempenharão devido às suas capacidades particulares, sob a sua inteira responsabilidade, recebendo todas as honras se forem bem sucedidas.

Todos os membros do pessoal, homens e mulheres, novos e velhos, terão uma parte igual no trabalho, uma parte igual nesta organização da fábrica, tanto na execução quotidiana como na regulamentação geral. Sem dúvida que haverá grandes diferenças na natureza dos trabalhos; mais ou menos árduos segundo a força e as capacidades de cada um, serão repartidos em função dos gostos e das aptidões. E, bem entendido, as disparidades em matéria de cultura geral permitirão que os mais conhecedores ou mais inteligentes façam prevalecer a sua opinião. Devido à herança do capitalismo, continuarão inicialmente a existir grandes diferenças de educação e de qualificação e, por conseguinte, as massas sentirão a ausência de bons conhecimentos técnicos e gerais como uma inferioridade grave. Dado o seu pequeno número, os técnicos altamente qualificados e os quadros científicos deverão, portanto atuar na qualidade de dirigentes técnicos, sem por tal se poderem arrogar funções de comando ou privilégios sociais além da estima dos camaradas e da autoridade moral que sempre se liga às capacidades e ao saber.

A organização da empresa não é senão a ordenação e ligação consciente das diversas etapas do trabalho, de maneira que estas formem um todo. É possível expor todas estas interconexões entre estas operações articuladas umas com as outras, por meio de um esquema geral, de uma representação mental do processo real. Esta imagem presidiria à elaboração do primeiro “planning”, correspondendo outras aos melhoramentos e desenvolvimentos ulteriores. Este esquema deverá estar presente no espírito de todos os trabalhadores; é necessário que todos tenham um perfeito conhecimento do que diz respeito a todos. Um mapa, ou um gráfico, fixa e mostra, por uma imagem simples e acessível a todos, as relações de um conjunto complexo; do mesmo modo, a situação da empresa no seu conjunto deverá ser mostrada a todo o momento, em todos os seus desenvolvimentos, por representações adequadas. Sob a forma de números, é o que realiza a contabilidade. Esta registra tudo o que se passa no

processo de produção: as matérias primas que entram na fábrica, as máquinas de que esta dispõe, o que ela produz, a quantidade de horas de trabalho que foram necessárias para obter um dado produto e que cada operário fornece, finalmente quais são os produtos terminados e entregues. Ela segue e descreve os trajetos dos diversos materiais no processo de produção. Permite assim comparar, com o auxílio de balanços sistemáticos, os resultados efetivos com as previsões do plano. A produção da empresa transforma-se deste modo num processo submetido a um controle mental.

A gestão capitalista da empresa baseia-se igualmente no controle mental da produção. Neste caso, como no outro, as operações são representadas sob forma de contabilidade. Mas, ao contrário do precedente, o método de cálculo capitalista está a todos os níveis adaptado ao ponto de vista da produção de lucro. Os seus dados fundamentais são os preços e os custos; o trabalho e os salários entram unicamente na qualidade de fatores no balance da empresa, quando este é efetuado para calcular o montante anual do lucro. Pelo contrário, no novo sistema de produção, o dado fundamental é o número de horas de trabalho, quer seja expresso em unidades monetárias, nos primeiros tempos, ou sob forma real. No seio da produção capitalista, o cálculo e a contabilidade continuam a ser segredos reservados unicamente à direção. Não dizem respeito aos operários. Estes não passam de objetos submetidos à exploração, que surgem apenas como fatores entre muitos outros no cálculo dos custos e dos rendimentos, como vulgares acessórios das máquinas. Com a apropriação coletiva da produção, a contabilidade passa a ser um assunto público; toda a gente pode ter acesso aos livros. Os trabalhadores têm a todo o momento uma visão completa do processo de conjunto. Só assim poderão estar aptos a discutir problemas que se põem nas assembléias da unidade de produção e nos comitês de empresa, a decidir quais as medidas a tomar e a executar. Os resultados numéricos são tornados visíveis sob a forma de quadros estatísticos, de gráficos e de mapas que permitam abarcar facilmente a situação. Estas informações não são reservadas ao pessoal da fábrica: são públicas, acessíveis a todos, empregados ou não. Não passando toda e qualquer empresa de um elemento da produção social, a relação entre as suas atividades e o conjunto do trabalho social efetua-se por meio da contabilidade. Assim, o conhecimento exato da produção em cada empresa constitui um simples fragmento de um conhecimento comum ao conjunto dos produtores.

A Organização Social

O trabalho é um processo social. Cada empresa representa uma fração do corpo produtivo da sociedade. As conexões e a cooperação entre estas diversas partes constituem outros tantos elementos da produção social global. Tal como as células de que se compõe um organismo vivo, estas partes não podem subsistir isoladamente, independentemente do corpo produtivo. Organizar o trabalho nas empresas representa, portanto apenas metade da tarefa. Resta outra parte, infinitamente mais importante: estabelecer um sistema de ligações entre as diferentes empresas e reuni-las no seio de uma mesma organização social.

Estando a empresa já organizada em regime capitalista, é suficiente substituí-la por um tipo de organização com novas bases. Pelo contrário a organização social do conjunto das empresas é – ou era, até aos últimos anos – um problema absolutamente novo, sem precedentes, como testemunha o fato de todo o século 19 ter considerado que a classe operária tinha por missão construir uma organização deste gênero, – a que se chamava o «socialismo». O capitalismo compunha-se de uma massa não organizada de empresas independentes – «o campo de pejeja dos empresários privados», como dizia o programa do partido trabalhista – ligadas entre si unicamente pelos acasos do mercado e da concorrência, tendo como resultado a falência, a sobreprodução, a crise, o desemprego e um enorme desperdício de materiais e de força de trabalho. Para abolir este sistema, a classe operária teria de conquistar o poder político e servir-se dele para organizar a indústria e a produção. Pensava-se, nesse tempo, que o socialismo de Estado marcaria o início de uma evolução nova.

Nestes últimos anos, a situação modificou-se na medida em que o capitalismo começou a utilizar a organização pelo Estado. Não foi levado a isso apenas pelo desejo de aumentar a produtividade e os lucros através de uma planificação racional da produção. Na Rússia, por exemplo, era necessário compensar o atraso do desenvolvimento econômico por meio de organização rápida da indústria. Foi o que fez o governo bolchevique. Na Alemanha, foi a luta pelo poder mundial que conduziu ao controle da produção pelo Estado e à organização estatal da indústria. Esta luta era uma tarefa de tal modo pesada que a classe capitalista da Alemanha só tinha a hipótese de levá-la a cabo concentrando o poder sobre todas as forças produtivas nas mãos do Estado. Na organização nacional-socialista, a propriedade e o lucro – embora fortemente atingidos pela tributação do Estado – continuam nas mãos dos capitalistas privados, mas a direção e a administração dos meios de produção são assumidas pelos funcionários do Estado. O capital e o Estado asseguram para si a totalidade da produção do lucro por meio de uma organização eficiente. Esta organização de toda a produção baseia-se nos mesmos princípios que a organização no seio da empresa, ou seja, na autoridade pessoal do diretor geral da sociedade, do Führer, do chefe de Estado. Em todos os casos em que o governo detém em suas mãos a alavanca de comando da indústria, a antiga liberdade dos produtores capitalistas cede o lugar aos métodos autoritários, à coação. Os funcionários do Estado vêm o seu poder político consideravelmente reforçado pelo poder econômico que lhes é conferido, pela sua hegemonia sobre os meios de produção, base da vida social.

Os princípios da classe operária situam-se, a todos os níveis, no campo oposto. A organização da produção pelos trabalhadores, com efeito, baseia-se na livre cooperação: nem patrões nem servos. O mesmo princípio preside ao reagrupamento de todas as

empresas numa organização social unificada. É aos operários que cabe instaurar o mecanismo social correspondente.

Dada a impossibilidade de reunir os operários de todas as fábricas numa mesma assembléia, só podem expressar a sua vontade por intermédio de delegados. De algum tempo a esta parte que estes corpos de delegados vêm sendo denominados conselhos operários. Cada grupo de trabalhadores que cooperam designa os membros que irão expressar as suas opiniões e desejos nas reuniões dos conselhos. Se tiverem, através de uma participação ativa nas deliberações do seu grupo, evidenciado como defensores hábeis dos pontos de vista adotados pela maioria, será delegado a eles a função de porta-vozes do grupo, que irão confrontar os pontos de vista deste com os dos outros grupos, para chegarem a uma decisão coletiva. Embora as suas capacidades pessoais contem muito para persuadir os companheiros e para clarificar os problemas, a importância que assumem não provém da sua força pessoal, e sim da comunidade que os escolheu como delegados. Não são meras opiniões que prevalecem, mas muito mais a vontade e o desejo do grupo de agir em comum. Indivíduos diferentes desempenharão as funções de delegados, consoante as questões postas e os problemas delas decorrentes.

O problema fundamental, a base de tudo o resto, é a própria produção. A organização desta comporta dois aspetos: o estabelecimento das regras gerais e das normas, e o trabalho propriamente dito. É necessário elaborar regras e normas que fixem as relações mútuas no trabalho, os direitos e os deveres de cada um. Em regime capitalista, a norma era o poder do patrão, do diretor. No capitalismo de Estado, é o poder ainda maior do Chefe supremo, do governo central. Na sociedade nova, pelo contrário, todos os produtores são livres e iguais. O campo económico, o campo do trabalho assiste a uma metamorfose comparável àquela que a ascensão da burguesia provocou no campo político, nestes últimos séculos. Quando o reinado do monarca absoluto foi substituído pelo poder dos cidadãos, isso de modo nenhum significou uma substituição do arbitrário do autocrata pelo arbitrário de qualquer outro indivíduo. Significava que as leis, conformes com a vontade geral, passavam a fixar os direitos e os deveres. Do mesmo modo, no campo do trabalho, a autoridade do patrão desaparece em proveito de regras elaboradas em comum, que visam fixar os direitos e os deveres sociais, tanto em matéria de produção como de consumo. E os conselhos operários terão como primeira missão formulá-los. Não é uma tarefa árdua, nem uma questão que exija estudos intermináveis, ou que origine divergências graves. Estas regras germinarão naturalmente na consciência de cada trabalhador, uma vez que constituem a base natural da sociedade nova: cada um tem o dever de participar na produção segundo as suas forças e as suas capacidades, cada um tem direito a uma parte proporcional do produto coletivo.

Como avaliar a quantidade de trabalho efetuada e a quantidade de produtos que cabe a cada um? Numa sociedade em que a produção vai diretamente para o consumo, não existe nem mercado para trocar os produtos, nem valor, enquanto expressão do trabalho cristalizado nesses produtos, que se estabelece automaticamente, pelo processo da compra e da venda. O trabalho despendido na produção tem por isso de ser avaliado de uma maneira direta, pelo número de horas de trabalho. Os serviços de gestão calculam a quantidade de horas de trabalho cristalizadas em cada elemento ou quantidade unitária de um produto, bem como a quantidade de horas de trabalho fornecidas por cada trabalhador. Fazem-se depois as médias, tanto em relação ao conjunto de operários de uma determinada fábrica como ao conjunto das fábricas da mesma categoria; desaparecem assim as variações devidas a fatores individuais e podem comparar-se os diversos resultados.

No início do período de transição, quando é necessário reconstruir uma economia arruinada, o problema essencial consiste em pôr a funcionar o aparelho de produção, para assegurar a existência imediata da população. É muito possível que, nestas condições, se continue a repartir uniformemente os gêneros alimentares, como sempre se faz em tempo de guerra ou de fomes. Mas é mais provável que, nesta fase de reconstrução, em que todas as forças disponíveis se devem empenhar a fundo e, mais do que isso, em que os novos princípios morais do trabalho comum vão tomando forma de uma maneira gradual, o direito ao consumo esteja ligado ao desempenho de qualquer trabalho. O velho ditado popular «quem não trabalha não come» exprime um sentido instintivo da justiça. Isto significa sem dúvida ver no trabalho aquilo que ele é na realidade: o fundamento da existência humana. Mas isto também significa que, a partir desse momento, a exploração capitalista desapareceu, que acabou a apropriação dos frutos do trabalho de outrem por uma classe ociosa, em virtude dos seus títulos de propriedade.

Evidentemente que isto não significa que a totalidade da produção passará a ser repartida pelos produtores proporcionalmente ao número de horas de trabalho fornecido por cada um deles ou, por outras palavras, que todos os operários irão receber sob a forma de produtos o equivalente exato das horas de trabalho que forneceram. Com efeito, uma parte muito grande do trabalho tem de ser consagrada à propriedade comum, tem de servir para aperfeiçoar e para aumentar o aparelho de produção. No regime capitalista, uma certa quantidade de mais-valor era utilizada para este fim. O capitalista tinha de empregar uma parte do seu lucro, acumulado sob a forma de capital adicional, a inovar, a aumentar e a modernizar o equipamento técnico; ao fazê-lo, era movido pela necessidade de fazer frente à concorrência. Deste modo, o progresso técnico era inseparável das formas de exploração. Na nova forma de produção, este progresso passa a ser um assunto que diz respeito à coletividade dos trabalhadores. Se por um lado, antes de tudo o mais, tem de assegurar a sua existência imediata, por outro a parte mais exaltante da atividade consiste em edificar as bases da produção futura. Têm de fixar qual a proporção do trabalho global que será aplicada na preparação de máquinas e de instrumentos aperfeiçoados, na investigação e na experimentação com o fim de facilitar o trabalho e no melhoramento da produção.

Além disso, será necessário dedicar uma parte do tempo de trabalho global a atividades não produtivas, mas socialmente necessárias: a administração geral, o ensino, os serviços de saúde. As crianças e as pessoas idosas terão direito a uma parte da produção, sem participarem nela. O mesmo sucederá a pessoas incapazes de trabalhar entre as quais, nos primeiros tempos, se contarão grande número de farrapos humanos herdados do capitalismo. É provável que, regra geral, sejam os elementos mais jovens da população adulta quem tem seu cargo efetuar o trabalho produtivo; ou, por outras palavras, este deverá ser efetuado por todos, neste período da vida em que os desejos e capacidade de ação se encontram no nível mais alto. Com o rápido progresso da produção do trabalho, a parte da existência dedicada a produzir os artigos necessários à vida irá diminuindo permanentemente, enquanto uma parte cada vez maior da existência poderá vir a ser dedicada a outros fins e a outras atividades.

A organização social da produção baseia-se numa boa gestão, através de estatísticas e de dados contabilizáveis. Estatísticas relativas ao consumo dos diferentes bens, estatísticas sobre a capacidade das empresas industriais, das máquinas, da terra, das minas, dos meios de transporte, estatísticas sobre a população e os recursos das cidades, das regiões, dos países, – tudo isto representa, em colunas bem ordenadas de dados numéricos, a base do processo econômico. No regime capitalista, já se conheciam estatísticas relativas a certas atividades econômicas, mas continuavam a ser imperfeitas,

devido à falta de coesão entre os homens do negócio privado e às suas visões limitadas. A aplicação dessas estatísticas era limitada. Mas, agora, são o ponto de partida da organização da produção. Para produzir a quantidade de bens adequada, é necessário conhecer as quantidades utilizadas ou necessárias. Simultaneamente, estas estatísticas, resultado numérico condensado do inventário do processo de produção, resumo global da contabilidade, expressam a marcha do desenvolvimento.

A contabilidade geral, que diz respeito e engloba as administrações das diferentes empresas, reúne-as a todas num quadro de evolução econômica da sociedade. A diferentes níveis, registra o processo total da transformação da matéria, acompanhando esta desde a extração das matérias-primas, seguindo-a nas diversas fábricas onde é trabalhada até se transformar em produtos terminados, prontos a serem consumidos. Reunindo num todo os resultados das empresas do mesmo tipo que cooperam, compara a eficácia destas, estabelece a média das horas de trabalho necessárias e dirige a atenção para as possibilidades de progresso. Uma vez organizada a produção, a administração passa a ser tarefa, relativamente simples, de uma rede de escritórios de contabilidade, ligados uns aos outros. Cada empresa, cada grupo de empresas ligadas, cada ramo da produção, cada cidade ou região terá o seu centro administrativo para reunir, analisar e discutir os números da produção e do consumo, e para lhes dar uma forma clara e de fácil exame. Graças ao trabalho combinado desses centros, a base material da vida transforma-se num processo dominado pelo intelecto. O processo de produção é patenteado à vista de todos, sob a forma de uma imagem numérica simples e inteligível. É nesse momento que a humanidade contempla e controla a sua própria vida. Aquilo que os operários e os seus conselhos decidem e planificam numa colaboração organizada surge com clareza, traduzido nos números da contabilidade. Porque estes resultados estão permanentemente diante dos olhos de cada operário, a direção da produção social pelos próprios produtores pode finalmente ser realizada.

Esta organização da vida econômica é inteiramente diferente das formas de organização existentes em regime capitalista; é mais perfeita e mais simples. As complicações e dificuldades da organização do capitalismo, a que tiveram de se consagrar tantos grandes homens de negócios de gênio tão elogiado, estão ligadas às lutas mútuas, a essa guerra capitalista que exige tanta arte e tantos sacrifícios para dominar ou aniquilar os concorrentes. Tudo isso irá desaparecer. A simplicidade do objetivo a atingir, que é satisfazer as necessidades vitais da humanidade, faz com que toda a estrutura seja simples e direta. Em princípio, administrar grandes quantidades não é mais difícil ou mais complicado do que administrar pequenas quantidades; basta acrescentar alguns zeros aos números. A diversidade rica e multifacetada das necessidades e dos desejos, que pouco menor é em pequenos grupos de pessoas do que em grandes massas, pode ser satisfeita mais fácil e completamente, devido precisamente à natureza massiva destas necessidades.

A função e a importância de que se revestem os serviços de estatística e de contabilidade pública no seio de uma dada sociedade dependem do caráter desta sociedade. Desde sempre que a gestão financeira do Estado constituiu necessariamente uma atribuição do governo central e os funcionários deste, que eram incumbidos desta missão, estavam estreitamente submetidos aos reis e aos outros poderosos da terra. Na era do capitalismo moderno, em que a produção está sujeita a uma organização social onipotente, os que detêm em mãos a administração central passam de fato a ser os senhores principais da economia e transformam-se gradualmente em burocracia dirigente. Na Rússia, por exemplo, a revolução de 1917 provocou uma expansão industrial acelerada. Os operários afluíram em massa às fábricas novas, mas, ainda imbuídos de uma ignorância crassa, própria da vida rural, foram incapazes de obstar aos

progressos da burocracia que, nesse momento, se constituía em nova classe dominante. Na Alemanha de 1933, quando um partido submetido a uma disciplina de ferro conquistou o poder de Estado e dele fez um órgão de administração central a ele devotado, assumiu simultaneamente a organização de todas as forças do capitalismo.

A situação modifica-se radicalmente quando os operários organizam a produção na qualidade de donos do seu trabalho e de produtores livres. Determinadas pessoas têm a seu cargo a contabilidade pública, tal como outras são metalúrgicos ou padeiros. Os trabalhadores do serviço de estatística nem são senhores nem servos. De modo nenhum são funcionários ao serviço dos conselhos operários e coagidos a obedecer às ordens destes. Com efeito, estes grupos de trabalhadores gerem seu próprio trabalho, dispõem do seu material, desempenham a sua tarefa como qualquer outro grupo, nunca perdendo de vista as necessidades do conjunto social. São os peritos encarregados de fornecer os dados de base necessários às discussões e às decisões das assembléias de trabalhadores e dos conselhos. Têm a seu cargo a recolha destes dados, que devem apresentar sob uma forma facilmente acessível (quadros, gráficos, planos...) de modo que cada trabalhador possa ter sempre uma perspectiva clara do curso das coisas. Os conhecimentos que possuem não são uma propriedade privada passível de lhes conferir um poder; os técnicos de estatística e de contabilidade não formam um corpo especializado que, único a deter as informações necessárias à gestão, se veria assim preparado para exercer, de uma forma ou de outra, uma influência decisiva. O produto do trabalho deles, o conhecimento estatístico indispensável ao bom andamento da sociedade, está à disposição de todos. É com base nestes conhecimentos gerais que os operários e as assembléias dos seus delegados discutem e tomam as decisões, através das quais se constrói a organização do trabalho.

Pela primeira vez na história, os homens terão diante de si, como um livro aberto, o conjunto e os pormenores da vida econômica. Em regime capitalista, as bases da sociedade eram dissimuladas aos olhares, enorme massa perdida no meio de trevas espessas que, de tempos a tempos, eram penetradas por algumas estatísticas sobre o comércio e sobre a produção; a partir de agora, nem um só pormenor escapa ao olhar, todo o edifício surge claramente. A partir desse momento, passa a haver uma ciência da sociedade, que assenta numa ordenação adequada dos fatos e que permite descobrir sem dificuldade as grandes relações causais. Essa ciência constitui a base da organização social do trabalho, tal como o conhecimento dos fatos da natureza, também eles concebidos sob a forma de relações causais, serve de base à organização técnica do trabalho. Todos podem assim adquirir um conhecimento perfeito da vida quotidiana, nos seus mais ínfimos pormenores, podem estudar e compreender tanto as exigências do conjunto social como a parte que, dentro desse conjunto, lhes respeita. Esta ciência da sociedade constitui o instrumento por meio do qual os produtores ficam aptos a gerir a produção e a dominar o seu universo.

Objecções

Os princípios da nova estrutura da sociedade revelam-se tão naturais e evidentes que, em princípio, não pareceria possível que se levantassem quaisquer dúvidas ou objeções. As dúvidas originam-se nas velhas tradições, que continuarão a encher o espírito de teias de aranha até ao momento em que o vento salubre das tempestades sociais as vier varrer. Mas são, sobretudo, as outras classes – aquelas que, ainda hoje, estão à frente da sociedade – que levantam objeções. É por isso que temos de examinar os argumentos da burguesia da classe dominante, dos capitalistas.

Poderia pensar-se não ter interesse determo-nos na consideração das objeções dos que formam esta classe capitalista. Não se põe o problema de convencê-los, e de resto não é necessário. As suas idéias e convicções são idéias de classe, determinadas, tal como as nossas, por condições de classe. Diferem das nossas porque são diferentes as condições de vida e as funções sociais. Não temos de convencer essas pessoas pelo raciocínio, temos é que as vencer pela força.

Não devemos, contudo esquecer que, em grande medida, o poder do capital é um poder espiritual, um poder sobre o espírito, sobre o cérebro dos trabalhadores. As idéias da classe dominante reinam na sociedade e impregnam o espírito das classes exploradas. Fundamentalmente, essas idéias são implantadas pela força e pelas necessidades internas do sistema de produção; na prática, são implantadas pela educação, pela propaganda emitida pela escola, pela igreja, pela imprensa, pela literatura, pelo rádio, pelo cinema. Enquanto assim for, a classe operária, não tendo consciência da sua posição de classe e aceitando a exploração como uma condição normal da vida, não pensará em revoltar-se e será incapaz de lutar. Espíritos doutrinados e submetidos a quem os domina não podem esperar encontrar a liberdade. Têm de começar por vencer o domínio espiritual que o capitalismo exerce sobre o seu próprio pensamento antes de poderem realmente sacudir o jugo. O capitalismo tem de ser vencido teoricamente antes de o ser materialmente. Só nesse momento é que a absoluta certeza da verdade das suas idéias, bem como a razão que preside ao seu objetivo, poderá dar aos trabalhadores a confiança de que necessitam para vencer. Porque só nesse momento é que a hesitação e a dúvida irão paralisar as forças do inimigo. Só nesse momento é que as classes médias, sempre hesitantes, em vez de se baterem pelo capitalismo, poderão compreender, ate certo ponto, a necessidade de uma transformação social e as vantagens que poderão obter com a criação de um mundo novo.

Somos, portanto obrigados a considerar as objeções que a classe capitalista levanta, objeções que decorrem diretamente da sua concepção do mundo. Para a burguesia, o capitalismo e o único sistema social possível e natural (trata-se do capitalismo na sua forma final, a mais elaborada, já que foi precedida por outras formas mais primitivas). É por isso que, segundo a burguesia, as características do sistema capitalista não são temporárias e sim fenômenos naturais, expressão da eterna natureza humana. A classe capitalista vê bem a profunda aversão que os operários experimentam face ao seu trabalho quotidiano. Constata que eles só se resignam a trabalhar sob a coação de uma necessidade implacável. Conclui daí que é da própria natureza da maior parte dos homens sentir uma repulsa espontânea por todo e qualquer trabalho regular. Daí deduz que o ser humano está condenado a permanecer pobre, excetuando, todavia essa minoria de homens dinâmicos, obstinados, capazes, essa minoria que gosta do trabalho e que fornece naturalmente os chefes, os quadros superiores, os capitalistas.

Por conseguinte, se os trabalhadores passassem coletivamente a ser os donos da produção, sem serem estimulados e lançados em competição uns contra os outros, por meio de recompensas pessoais que pagam os esforços de cada um, ver-se-ia uma maioria de preguiçosos fazer o menos possível e viver à custa duma minoria, a dos mais laboriosos, que faria todo o trabalho. Dai resultaria inevitavelmente uma pobreza universal. Todos os progressos maravilhosos, toda esta abundância trazida pelo capitalismo durante este século se perderiam, e isso por se haver suprimido esse estimulante, que é o interesse pessoal. A humanidade regressaria ao estado de barbárie.

Pata refutar tais objeções, é suficiente fazer notar que elas constituem o ponto de vista normal dos que estão do lado de lá da barreira, do lado da classe dos exploradores. Durante toda a história, nunca os que dominavam foram capazes de compreender aquilo de que uma nova classe era capaz; estavam convencidos de que essa classe fracassaria inevitavelmente quando tentasse dirigir os assuntos públicos, sociais e políticos. A nova classe, embora consciente da sua força, só podia mostrar aquilo de que era capaz conquistando o poder, e na prática só depois de tê-lo conquistado. O mesmo se aplica aos trabalhadores. Pouco a pouco, tomam consciência da forma da sua própria classe, adquirem esse conhecimento superior da estrutura social e do caráter do trabalho produtivo que lhes mostra a futilidade dos argumentos dos capitalistas. Sem dúvida que terão de demonstrar as suas capacidades. Mas não se trata de vencer as provas de um teste prévio. Serão na realidade a sua luta e a sua vitória que constituirão as provas a vencer.

Não temos que discutir com a classe capitalista. Temos sim que fornecer argumentos aos nossos camaradas trabalhadores. As idéias pequeno-burguesas impregnam ainda grande parte deles: fazem subsistir neles a dúvida e a falta de confiança na sua própria força. Enquanto uma classe não acredita nela própria, não pode esperar que outros grupos sociais acreditem. A falta de confiança em si própria, principal ponto fraco da classe operária dos nossos dias, não pode desaparecer totalmente no seio deste regime, o capitalismo, que segrega fatores de degradação e de esgotamento. Mas em caso de urgência, a crise mundial e a ruína iminente coagem a classe operária à revolta e ao combate, e coagi-la-ão igualmente, logo que obtiver a vitória, a tomar em mãos o controle da produção. Nesse momento os imperativos de uma inexorável necessidade varrerão todo o temor, toda a falta de confiança em si própria, e as tarefas que daí resultarem revelarão energias insuspeitadas. Há outra coisa de que os trabalhadores têm a certeza, por muitas dúvidas e hesitações que tenham: é que, melhor que os ociosos detentores do direito de propriedade, eles sabem o que é o trabalho; sabem que são capazes de trabalhar, sabem que terão de trabalhar. As vãs objeções da classe capitalista desmoronar-se-ão com esta classe.

Objeções mais sérias provêm de outro lado. São levantadas pelos que se consideram amigos, aliados e mesmo porta-vozes da classe operária. Nas formas mais recentes de capitalismo encontramos, entre os intelectuais e os reformadores sociais, entre os dirigentes sindicais e os social-democratas, a seguinte opinião, largamente espalhada: a produção capitalista com vista ao lucro é má, deve desaparecer e ser substituída por um sistema de produção socialista. Segundo estas pessoas, a organização da produção deve servir para produzir em abundância para todos. A anarquia capitalista da produção deve ser abolida e substituída por uma organização idêntica à que existe dentro da fábrica. Tal como, numa empresa bem gerida, a marcha perfeita do conjunto, até ao mais ínfimo pormenor, e a sua eficácia são asseguradas graças à autoridade centralizadora do diretor e do seu estado-maior, também, numa estrutura social ainda mais complexa, as ligações e a interação entre todas as partes do conjunto só podem ser corretamente asseguradas por um poder dirigente central.

São estes mesmos que pretendem que a ausência de tal poder centralizador e regulador é a objeção fundamental que se pode levantar ao sistema de organização em conselhos operários. O principal argumento afirma que, nos nossos dias, a produção já não consiste no manejar de utensílios simples que cada um podia facilmente dominar, como nos tempos idos dos nossos antepassados, mas sim na aplicação das ciências mais abstratas, acessíveis unicamente a cérebros capazes e bem instruídos. Pretendem que uma concepção, uma compreensão clara e precisa de estruturas complexas e a respectiva organização eficiente exigem qualidades que só se encontram numa minoria de pessoas, particularmente dotadas. Pretendem que o sistema dos conselhos se recusa a ver que as pessoas, na sua maioria, são dominadas por um egoísmo mesquinho e que não têm nem as aptidões, nem sequer o interesse, necessários para assumirem tão grandes responsabilidades. E se os trabalhadores, por presunção estúpida, rejeitassem esta direção pelos mais capazes e tentassem dirigir eles próprios a produção e a sociedade, contando unicamente com o seu número, o fracasso seria inevitável, por maior que fosse o seu zelo e a sua dedicação. Cada fábrica conheceria em breve o caos e a produção começaria a declinar. Os trabalhadores falhariam porque não teriam sabido utilizar um poder dirigente, dotado de uma autoridade suficiente para impor a obediência e assegurar o andamento sem sobressaltos desta organização complexa.

Mas onde encontrar esse poder central? Segundo eles, já existe: é simplesmente o governo, o Estado. Até agora, este limitava as suas atribuições aos assuntos políticos, seria suficiente estendê-las aos assuntos econômicos – como é já o caso em certos campos de importância limitada – ou seja, confiar-lhe a organização geral da produção e da distribuição. Não será a guerra contra a fome e a miséria tão importante, e mesmo mais importante, que a guerra contra o inimigo externo?

E se o Estado dirige as atividades econômicas atua, de fato, como organismo central da coletividade. Os produtores são os donos da produção, não em pequenos grupos separados, mas todos em conjunto, enquanto classe, enquanto população. Para a maior parte destes «socialistas», propriedade pública dos meios de produção significa propriedade do Estado, sendo o conjunto da população segundo as concepções deles, representado pelo Estado. Estado democrático, evidentemente, no qual o povo escolhe os dirigentes. E uma organização social e política na qual as massas escolhem os seus chefes a todos os níveis, tanto na fábrica como nos sindicatos e na chefia do Estado, eis o que é uma democracia universal! Evidentemente que, uma vez eleitos, estes chefes devem ser obedecidos sem hesitação e sem um murmúrio. Porque só através da obediência às ordens de dirigentes competentes, que reinam sobre o aparelho de produção, é que a organização poderá funcionar sem choques e de forma satisfatória.

É este o ponto de vista dos defensores do socialismo de Estado. É evidente que este projeto de organização social é totalmente diferente do de uma organização na qual os produtores exerçam, eles próprios, o domínio real da produção. No socialismo de Estado, os trabalhadores são senhores do trabalho apenas de uma maneira formal, dessa mesma maneira formal que assegura o domínio da população sobre o Estado. Nestas pretensas «democracias» (assim denominadas porque as assembleias parlamentares são eleitas por sufrágio universal), os governos não são de modo nenhum compostos por delegados designados pela população para executarem, as vontades desta. É sabido que, em todos os países, o governo está nas mãos de pequenos grupos de aristocratas, de políticos e de altos funcionários, em número limitado e com funções muitas vezes hereditárias, e que os parlamentares formam o corpo social que os apóia, mas não são eleitos pelos mandantes para executar a sua vontade. A quem vota só resta, praticamente, a escolha entre duas equipas de políticos selecionados, apresentados e lançados pelos dois principais partidos políticos cujos chefes, segundo os resultados, ou

formam o gabinete ministerial ou então esperam a sua vez praticando uma «oposição leal». Os funcionários do Estado que dirigem os assuntos públicos também não são escolhidos pelo povo: são nomeados de cima, pelo governo. Mesmo que uma propaganda hábil os apresente como servidores do povo, são na realidade os dirigentes deste, os seus senhores. No socialismo de Estado, esta burocracia de funcionários, consideravelmente mais numerosa dirige a produção. Dispõe dos meios de produção e, portanto exerce o comando supremo sobre o trabalho. Tem que velar por que tudo funcione bem, tem de dirigir o processo de produção e fixar a repartição dos produtos. Assim, os trabalhadores têm novos patrões que lhes distribuem um salário e que conservam para si o resto da produção. Por outras palavras, os trabalhadores continuam a ser explorados. O socialismo de Estado pode também ser apelidado de capitalismo de Estado. Tudo depende do aspeto sobre o qual se põe a tónica e da importância que a influência dos trabalhadores assume no sistema.

O socialismo de Estado é um projeto de reconstrução da sociedade que tem na sua base uma classe operária tal como a classe média a vê e a conhece no sistema capitalista. Naquilo a que chamam sistema socialista de produção, a estrutura fundamental do capitalismo é mantida: os operários põem as máquinas a funcionar sob as ordens de chefes. Mas este fato brutal é acompanhado por novas promessas vãs. Os capitalistas, sedentos de lucros, foram substituídos por uma classe dirigente de reformadores que, arvorados em verdadeiros benfeitores da humanidade, consagram as suas capacidades ao seu ideal: libertar as massas laboriosas da miséria e da indigência.

É facilmente compreensível que, no século 19, quando os trabalhadores estavam a começar a resistir e a lutar, mas não estavam ainda aptos para tomar o poder na sociedade, este ideal socialista tenha encontrado numerosos adeptos. E isto não só entre a pequena burguesia socializante que simpatizava com as massas oprimidas, mas também entre os próprios trabalhadores. Estes viam a libertação da sua servidão concretizar-se pela simples expressão da sua opinião no voto, pela utilização do poder político representado pelas eleições, meio para pôr no governo os seus salvadores em vez dos seus opressores. E é evidente que, se se tratasse unicamente de uma discussão calma e de livre escolha entre capitalismo e socialismo, este último teria então boas probabilidades de se realizar.

Mas a realidade é totalmente diferente. O capital detém o poder e defende-o. Quem poderá ter a ilusão de que a classe capitalista irá abandonar o seu império o seu domínio, os seus lucros, que são as próprias bases do seu poder, o que significa renunciar finalmente à sua própria existência, perante o simples resultado de um voto? Ou mesmo, quem pode crer que a classe capitalista irá passar os poderes depois de uma campanha de persuasão da opinião pública através de meetings e de manifestações de rua? É bem evidente que esta classe se irá bater, convencida dos seus direitos. Sabemos já que é necessário batermo-nos, mesmo por reformas, e que a menor reformazinha, em sistema capitalista, é sempre resultado de uma luta; é evidente que não é uma luta até as últimas conseqüências, até a guerra civil ou à efusão de sangue, ou pelo menos o é muito raramente. E isto muito simplesmente porque a opinião pública, ou seja, a da burguesia no seu conjunto, alertada pela resistência decidida dos trabalhadores, se deu conta de que estas reivindicações operárias não põem em causa a própria essência do capitalismo, que o lucro, enquanto tal, não é ameaçado. Pelo contrário. Todos sentem que o capitalismo sairá reforçado, uma vez que as reformas apaziguam os trabalhadores e os ligam mais estreitamente ao sistema existente.

Se e a própria existência da classe capitalista enquanto classe dominante e exploradora que está em jogo, toda a classe burguesa alinhará atrás dela. Se o seu poder, a sua exploração, os seus lucros forem ameaçados, não por uma revolução ilusória

formal, mas por uma revolução real que atinja as próprias bases da sociedade, podemos ter a certeza de que a classe burguesa irá resistir com todas as suas forças. Onde está o poder capaz de vencê-la? Os argumentos irrefutáveis e as boas intenções dos reformadores generosos não podem travar, e muito menos destruir, uma força tão solidamente estabelecida. Um único poder no mundo é capaz de vencer o capital, é a classe operária. A classe operária não pode ser libertada por outros; só pode ser libertada por ela própria.

Mas a luta será longa e difícil, porque o poder da classe capitalista é enorme. Firmemente entrincheirada no aparelho de Estado e no governo, ela tem à sua disposição todas as instituições e todos os recursos daqueles, toda a sua autoridade moral e todos os meios físicos de repressão. Dispõe de todos os tesouros da terra e pode despender somas ilimitadas para recrutar, pagar, organizar exércitos de defensores, para orientar a opinião pública. As suas idéias, as suas concepções, impregnam toda a sociedade, enchem livros e jornais, subjagam a própria consciência dos trabalhadores. É esta a principal fraqueza das massas. É verdade que a classe operária lhe pode opor o número. Nos países capitalistas, constitui já a maior parte da população. Ela tem uma função econômica capital; tem o controle direto sobre as máquinas, a capacidade de pô-las a funcionar ou de pará-las. Mas estes recursos não têm qualquer utilidade enquanto os espíritos se encontrarem sob a dependência dos senhores da sociedade, se alimentarem das idéias destes, enquanto os trabalhadores continuarem a ser indivíduos isolados, egoístas, limitados, rivalizando entre si. O seu número e importância econômica, considerados isoladamente, são como as forças de um gigante adormecido. A luta prática deve começar por os acordar, pondo-os em plena ação. O conhecimento e a unidade devem transformá-los em poderes ativos. A luta pela existência, contra a miséria, contra a exploração, contra o poder da classe capitalista e do Estado, o combate pelo domínio dos meios de produção devem permitir que os trabalhadores atinjam a consciência da sua posição social, a independência das suas idéias, o conhecimento da sociedade, a solidariedade e a dedicação à comunidade, a firme unidade de classe que lhes permitirá vencer o poder do capital.

Não podemos prever quais as tempestades da política mundial que irão acordar essas forças. Mas de uma coisa podemos estar certos, é de que isto não será produto de alguns anos, nem de um breve combate revolucionário. É um processo histórico que abrangerá todo um período, com avanços e recuos, com batalhas e calmarias, mas seguindo sempre uma progressão constante. Será uma transformação da sociedade na sua própria essência, não só porque as relações de força entre as classes terão sido invertidas, não só porque as relações de propriedade terão sido mudadas, não só, ainda, porque a população terá sido reorganizada sobre novas bases, mas essencialmente (e é o elemento capital em todo este processo) porque a classe operária se terá transformado, no mais profundo de si mesma. Os trabalhadores transformar-se-ão, de indivíduos submetidos, em donos do seu destino, confiantes em si próprios e na sua liberdade, capazes de construir e de organizar um mundo novo.

Foi o grande humanista socialista Robert Owen quem nos ensinou que para edificar uma autêntica sociedade socialista seria necessária uma modificação de caráter no homem, e que esse caráter pode ser transformado pelo meio e pela educação. Completando as teorias do seu predecessor, o grande teórico comunista Karl Marx ensina-nos que é a própria humanidade que tem de modificar o seu meio, de se educar combatendo, através da luta de classe, a exploração e a opressão. A doutrina do socialismo de Estado, ou seja, a concepção dum socialismo atingido através de reformas, é uma teoria oca e mecanicista; julga ela que para fazer a revolução social basta mudar as instituições políticas e as condições exteriores da vida, sem necessidade

duma transformação do próprio homem que faça do escravo submisso um combatente orgulhoso e audacioso. O socialismo de Estado, programa da social-democracia, é na realidade utópico, já que pretende estabelecer um novo sistema de produção pela simples conversão das pessoas às novas idéias políticas através da propaganda. A social-democracia era incapaz – e de resto não o pretendia a preço nenhum – de conduzir a classe operária pelo caminho duma luta revolucionária autêntica. O seu declínio começou quando o desenvolvimento moderno do grande capitalismo fez do socialismo eleitoral uma ilusão anacrônica.

Contudo, as idéias socialistas conservam ainda hoje a sua importância, se bem que duma maneira diferente. Disseminaram-se por todas as camadas sociais, tanto entre aqueles burgueses sensíveis aos problemas sociais, como no seio da grande massa dos trabalhadores. Expressam a aspiração a um mundo sem exploração, aspiração essa combinada, nos operários, com uma falta de confiança nas suas próprias forças. Um tal estado de espírito não desaparecerá imediatamente, mesmo após as primeiras vitórias, pois é nessa altura que os trabalhadores se irão aperceber da imensidão da sua tarefa, da força formidável do capital, e da forma como as tradições e as instituições do velho mundo criarão obstáculos à sua marcha. Nesses momentos de hesitação, o «socialismo» parecer-lhes-á a via mais fácil de seguir, aquela que não inclui dificuldades intransponíveis a vencer, que não exige sacrifícios incessantes. É que aos trabalhadores, exatamente devido aos seus sucessos, virá juntar-se um grande número de reformistas, cheios de preocupações sociais, que se apresentarão como amigos, como aliados de peso que irão pôr as suas capacidades ao serviço da classe ascendente, mas que exigirão, podemos estar certos, lugares importantes, a fim de poderem agir e, finalmente, conduzir o movimento segundo as suas idéias. Se os trabalhadores os levarem ao poder, se instalarem ou apoiarem um governo socialista, então a poderosa máquina do Estado passará a estar disponível para atingir este objetivo novo; poderá como pretenderão as reformistas, ser utilizada para abolir a exploração capitalista e instaurar o reino da liberdade, unicamente através da votação de leis apropriadas. Não será este modo de atuação mais atraente que essa luta de classe? Certamente que sim. O único inconveniente é que deste modo acabar-se-á por conhecer o mesmo destino que o movimento revolucionário do século 19: as massas, que haviam derrubado os antigos regimes através das suas lutas na rua, foram em seguida convidadas a regressar ao trabalho e a confiar nos governos provisórios que se auto-designaram e que, de há muito, estavam preparados para tomar as coisas em mãos.

A propaganda levada a cabo a volta desta doutrina socialista, tem tendência a lançar a dúvida nos espíritos dos trabalhadores, a despertar ou reformar a sua falta de confiança nas suas próprias forças, a obscurecer a consciência que possam ter das suas tarefas e capacidades. É esta a função social do socialismo, hoje como amanhã, na altura de cada vitória operária nas lutas futuras. Faz cintilar aos olhos dos trabalhadores, como que ofuscados pela apreensão dos duros combates pela liberdade que os esperam, a luz morna duma nova, mas agradável, servidão. E mais, quando o capitalismo vier a receber os rudes golpes que os esperam, todos aqueles que não têm confiança na liberdade completa das massas, os que a temem, os que desejam preservar a distinção entre senhores e servos, entre inferiores e superiores, se reunirão sob esta bandeira. Rapidamente se assistirá ao aparecimento de palavras de ordem apropriadas: a «ordem» e a «autoridade» opostas ao «caos», o «socialismo» e a «organização» contra a «anarquia». Porque um sistema económico no qual os trabalhadores dominem o seu trabalho e possam orientá-lo só pode ser sinónimo de anarquia e de caos para os espíritos pequeno-burgueses. Assim, o único papel que o socialismo poderá vir a

desempenhar, no futuro será o de obstáculo no caminho do combate dos trabalhadores pela sua emancipação.

Em resumo, o esquema socialista de reconstrução tal como é proposto pelos reformistas, está votado ao fracasso. Em primeiro lugar, por eles não deterem a possibilidade de criarem as forças capazes de vencerem o capital, em segundo lugar, porque só os próprios trabalhadores podem consegui-lo. Somente as suas próprias lutas permitirão o desenvolvimento dessas forças irresistíveis, indispensáveis ao cumprimento duma tal tarefa. São estas lutas que o socialismo tem de evitar. Uma vez derrubado o poder capitalista pelos trabalhadores e conquistada a liberdade, por que razão a abandonariam para se submeterem a novos patrões?

Existe uma teoria que tenta explicar esta inevitabilidade, e por que razão as coisas se passariam assim: é a teoria da desigualdade entre os homens, essa teoria que acentua o fato da natureza os ter feito diferentes. Uma minoria de homens capazes, dotados, dinâmicos, erguer-se-ia acima da massa inapta, imbecil e apática. A despeito de todos os decretos e de todas as teorias que instituem a igualdade formal e legal, a minoria inteligente e enérgica assumiria a direção e a maioria incapaz segui-la-ia e obedecer-lhe-ia.

Não é a primeira vez que uma classe dirigente tenta explicar e, portanto perpetuar o seu domínio apresentando-o como a consequência duma diferença inata entre duas espécies de pessoas: umas destinadas pela natureza a funções de comando, as outras a serem comandadas. A aristocracia fundiária do passado fazia já a defesa da sua posição de privilégio vangloriando-se de descender duma raça nobre de conquistadores, que teria subjugado a raça inferior das pessoas vulgares. Os grandes capitalistas explicam a sua posição de domínio afirmando serem inteligentes enquanto que os outros não o são. Hoje em dia podemos ouvir a mesma cantiga na boca dos intelectuais. Consideram-se como os legítimos dirigentes de amanhã e proclamam a sua superioridade espiritual. Integram a classe ascendente de funcionários e de membros de profissões liberais que receberam uma formação universitária, que se especializaram no trabalho intelectual, no estudo dos livros, das ciências; acham-se as pessoas mais dotadas no campo das atividades espirituais. Essa a razão por que estariam destinados a tornarem-se os dirigentes da produção, ficando para as massas inaptas as tarefas manuais que não exigem reflexão. Não fazem a defesa do capitalismo; sustentam que é a inteligência e não o capital que terá que dirigir o trabalho, sobretudo nos nossos dias em que a sociedade assumiu uma estrutura de tal modo complexa, assentando em ciências abstratas e difíceis, que só uma elevada capacidade intelectual pode abarcar, compreender e aplicar. Se a classe operária, por falta de lucidez, não compreendesse a necessidade duma tal direção intelectual, se tentasse estupidamente dirigir-se a si própria, o caos e a ruína seriam as consequências inevitáveis.

É bom que realcemos aqui que o termo intelectual não designa o indivíduo detentor duma inteligência. Intelectual é uma palavra que caracteriza uma classe com funções definidas na vida econômica e social, para cujo cumprimento aquilo que se revela mais necessário é uma formação universitária. A inteligência, a faculdade de compreender, existe em todas as classes, tanto entre os capitalistas e os artesãos, como entre os camponeses e os operários. Os «intelectuais» não são dotados de uma inteligência superior, possuem simplesmente uma capacidade especial de manejar abstrações e fórmulas científicas, muitas vezes, em verdade, de decorá-las, capacidade essa que se alia frequentemente a um conhecimento limitado das outras coisas da vida. A sua presunção origina um intelectualismo limitado, que ignora a maior parte das restantes qualidades que desempenham um papel importante nas atividades humanas. No homem podem encontrar-se uma quantidade de disposições ricas e variadas que

diferem tanto pela sua natureza como pelo seu grau de desenvolvimento: num determinando indivíduo, poder de abstração ou habilidade manual; num outro, inteligência viva ou imaginação rica; noutros ainda, compreensão rápida ou imaginação profunda; ou ainda grande perseverança ou espontaneidade impaciente; ou ainda uma coragem indomável na ação e na luta; ou então uma ética amplamente aberta para a compreensão dos homens. Todas estas qualidades são necessárias na vida social; segundo as circunstâncias e de acordo com as exigências da vida e do trabalho, poderá ser uma ou outra a assumir um plano de destaque. É ridículo querer separá-las em superiores e inferiores. São justamente as diferenças existentes entre elas que permitem que as predileções e disposições de cada um encontrem o seu campo de aplicação nas diversas formas de atividade. Uma destas aptidões, a aptidão para os estudos abstratos e científicos (que freqüentemente assumem em regime capitalista a forma abastardada de especializações forçadas) encontra o seu verdadeiro lugar no processo técnico de produção, quer para vigiar, quer para dirigir. Não passa duma aptidão entre muitas outras. Não há na realidade qualquer razão para que os intelectuais dominem do alto da sua superioridade as massas de não intelectuais. Não é certo que, referindo-se ao século XVIII, o historiador Trevelyan falava da «riqueza de imaginação, da profundidade emocional, do vigor e variedade da inteligência entre os pobres... uma vez despertos os seus espíritos»?

É evidente que alguns se encontram mais bem munidos de certas qualidades do que outros; os homens e mulheres de talento, sobressaem no meio dos seus contemporâneos. Mas em regime capitalista eles são com toda a certeza em muito maior numero do que o que pode parecer, pois uma das características deste regime é o desprezo, a má utilização, a exploração das qualidades humanas. No seio duma humanidade liberta, estes diferentes talentos serão muito melhor aproveitados; a consciência de estarmos a contribuir para a causa comum, pondo em jogo o melhor de nós próprios, trará uma satisfação muito mais completa do que um qualquer privilégio material fornecido pelo mundo da exploração.

Que significa esta pretensão da classe dos intelectuais, esta afirmação duma superioridade do trabalho intelectual sobre o trabalho manual, logo do domínio do primeiro sobre o segundo? Não é o espírito que deve comandar o corpo, as atividades físicas? Sem dúvida que sim. O espírito humano constitui, aliás, o ponto mais alto do desenvolvimento da natureza. Pelas suas capacidades intelectuais, o homem eleva-se acima do animal. O espírito é o que o homem tem de mais precioso. Foi graças a ele que pôde tornar-se senhor do mundo. Aquilo que distingue o trabalho do homem da atividade do animal é justamente a base do pensamento: primeiro conceber, refletir e elaborar um projeto antes de passar a sua execução. Este predomínio da teoria, do pensamento sobre o trabalho prático não para de se reforçar, à medida que o processo de produção se vai desenvolvendo, se vai complicando cada vez mais, tornando-se progressivamente dependente da ciência.

Isto não permite concluir que os trabalhadores intelectuais estejam autorizados a dominar os trabalhadores manuais. A oposição manual-intelectual não existe na natureza: é um produto da sociedade; constitui uma distinção de classe artificial. Qualquer trabalho, mesmo o mais simples, tem tanto de intelectual como de manual.

Todo o trabalho, até se tornar mecânico à força de repetição, exige a intervenção do espírito. É justamente esta combinação pensamento/ação que faz o encanto da atividade humana. Este atrativo subsiste na divisão natural do trabalho, na que assenta em diferenças de gostos e de aptidões. Mas o capitalismo perverteu estas disposições naturais. Com o fim de aumentar o lucro, levou ao extremo a divisão do trabalho, introduziu uma especialização de sentido único. Há já três séculos que, desde o seu

aparecimento pela primeira vez com o sistema da manufatura, a repetição incessante das mesmas manipulações em número limitado fez do trabalho uma retina monótona, em que a utilização abusiva de certos membros ou de certas faculdades mentais, em detrimento das outras, origina uma mutilação perpetua do espírito e do corpo. Hoje o capitalismo, à semelhança disto, para aumentar a produtividade e os lucros, operou a separação do trabalho manual e intelectual, fez de cada um dela o objeto duma educação especializada, em detrimento das restantes capacidades. Criou assim duas especialidades, onde o trabalho natural não via senão uma, originou tarefas distintas, profissões distintas, realizadas por classes sociais distintas. Os trabalhadores manuais, embrutecidos por longas horas passadas em trabalhos sem vida e vazios de qualquer iniciativa, em lugares insalubres, estão impedidos de desenvolverem as suas faculdades intelectuais. Por outro lado, os trabalhadores intelectuais, mantidos, pela sua própria formação teórica, afastados do trabalho físico e da exercitação natural do corpo vêem-se obrigados a recorrer a substitutos artificiais. Num caso como noutro, assistimos a uma verdadeira mutilação da natureza humana. E, ostentando esta degenerescência, imposta pelo sistema capitalista, como um dos traços inerentes a esta natureza humana, uma das classes sociais pretende afirmar a sua superioridade e o seu domínio sobre a outra.

Uma série de outros argumentos vem reforçar esta pretensão da classe intelectual ao domínio espiritual e à condução social dele decorrente. Eminentemente teóricos não se cansam de acentuar que todo o progresso humano se fica a dever a um número limitado de gênios. Segundo eles, teria sido um pequeno número de investigadores, de inventores, de pensadores a edificar a ciência, a aperfeiçoar a técnica, a conceber idéias novas, a abrir novos caminhos, enquanto a massa dos seus concidadãos se teria limitado a segui-los e a imitá-los. Toda a civilização assentaria neste punhado de cérebros eminentes. O futuro da humanidade e o progresso da civilização dependeriam, pois, da educação e seleção de tais elites, e estas se veriam ameaçadas por um nivelamento geral.

Admitamos por um instante que esta asserção é verdadeira. Poder-se-ia responder, não sem ironia, que o resultado conseguido por estes espíritos superiores, esse mundo deplorável que é o nosso, resulta diretamente desta concepção mesquinha, e que não há muito motivo para orgulho. Se todos esses grandes precursores pudessem ver o que foi feito das suas descobertas, não teriam por certo grandes motivos para satisfação. Se nos damos por incapazes de fazer melhor, então bem que podemos desesperar da humanidade.

Ora esta asserção é falsa. Mesmo o mais simples estudo atento duma descoberta científica, técnica, ou outra qualquer, surpreende pela quantidade de nomes que a ela se encontra associada. Mas nas obras populares, nos manuais de textos históricos, fontes de tantas idéias falsas, apenas alguns grandes nomes são conservados e glorificados, como se essa fosse a única realidade válida. Deste modo foram fabricados, de acordo com as necessidades em questão, alguns gênios excepcionais. Na realidade, qualquer progresso importante e engendrado por todo um ambiente social donde brotam, de todos os lados, novas idéias, sugestões, compressões súbitas. Nenhum destes grandes homens, levados aos píncaros pela história oficial, por terem dado um passo decisivo, teriam podido fazê-lo sem o trabalho dum grande número de precursores, no qual as suas descobertas se baseiam. Além disso, este punhado de homens de talento, louvados séculos mais tarde como iniciadores do progresso mundial, não foram os guias espirituais do seu tempo. Foram freqüentemente ignorados pelos seus contemporâneos, trabalharam tranquilamente, isolados do mundo; pertenciam na sua maior parte à classe explorada, tendo sido por vezes mesmo perseguidos pelos dirigentes. Os seus homólogos contemporâneos não são esses irrequietos pretendentes a direção intelectual, mas sim trabalhadores silenciosos, praticamente desconhecidos, quem Sabe mesmo,

ridicularizados e perseguidos. Só uma sociedade de produtores livres, capazes de apreciarem a importância das realizações espirituais, e desejosos de as pôr em prática para o bem-estar comum, poderá reconhecer e apreciar o gênio criador na sua real medida.

Como é que se pode então admitir que o trabalho de todos estes homens de gênio do passado não tenha conduzido a nada de melhor do que o capitalismo atual? Tudo aquilo de que eles se revelaram capazes foi de estabelecer as bases científicas e técnicas da alta produtividade do trabalho. Por razões que os ultrapassavam, esta produtividade tomou-se a fonte do poderio e das enormes riquezas dessa minoria dirigente que conseguiu monopolizar os resultados de tais progressos. Uma sociedade de abundância e de liberdade para todos não poderá nascer da boa vontade de alguns indivíduos superiores, ainda que distintos. Ela não pode resultar da atividade cerebral de alguns, mas antes da afirmação da personalidade de todos. As ciências e as técnicas, na medida em que têm um papel a desempenhar na criação da abundância, são já suficientes. O que falta são as forças sociais capazes de congregarem as massas operárias, de transformá-las numa sólida organização numa unidade. A base da nova sociedade não é a quantidade de saber que ela possa adquirir, nem as técnicas que possa ir buscar a outras, mas sim esses sentimentos comunitários, essa atividade organizada que os trabalhadores são capazes de desenvolver. Este caráter novo não pode vir do exterior; tão pouco pode ser adquirido por obediência a um qualquer patoá. Apenas poderá brotar da ação autônoma, da luta pela liberdade, da revolta contra os patrões. De nada servirá todo o gênio dos indivíduos superiores.

O passo decisivo para o progresso da humanidade, para a transformação da sociedade, de que se apercebem já os primeiros indícios, consistirá essencialmente numa transformação das próprias massas laboriosas. Só poderá concretizar-se pela ação, pela revolta, pelo esforço das próprias massas; a sua natureza essencial é a auto-emancipação da humanidade. Nesta perspectiva, torna-se evidente que a direção, por uma elite intelectual, é perfeitamente supérflua. Toda e qualquer tentativa para impô-la só poderia revelar-se prejudicial, retardando os progressos necessários, agindo, portanto como uma força reacionária. As objeções levantadas pelos intelectuais, assentando nas insuficiências presentes da classe operária, encontrarão a sua refutação prática quando as condições mundiais obrigarem as massas a travar o combate pela revolução mundial.

Dificuldades

Mas existem outras dificuldades mais importantes. Surgirão na altura da construção da sociedade nova e provirão das diferenças de desenvolvimento e de dimensões entre as diversas empresas, diferenças essas que envolvem divergências de concepções.

Tecnicamente e economicamente, a sociedade é dominada pelas grandes empresas, pelo grande capital. Os grandes capitalistas, em si, representam, contudo apenas uma minoria da classe possuidora. Sem qualquer dúvida que têm por detrás deles a totalidade das classes de senhorios e de acionistas. Mas estes não passam de simples parasitas, não podendo ser-lhes de grande utilidade na luta de classes. O grande capital ver-se-ia numa posição delicada se não estivesse apoiado pela pequena burguesia, pela totalidade da classe dos proprietários de pequenas explorações. Para consolidar o seu domínio sobre a sociedade, ele serve-se das idéias e das concepções reinantes tanto no espírito dos patrões como no dos trabalhadores do pequeno comércio e da pequena indústria. A classe operária deve ter isto em consideração. As suas tarefas, os seus objetivos, são concebidas na base do desenvolvimento social operado pelo grande capital, mas nos meios pequeno-burgueses são pensados e compreendidos em função das condições específicas do pequeno comércio.

Regra geral, nas pequenas empresas capitalistas, o patrão e simultaneamente o proprietário, muitas vezes o único proprietário; se não é o único, os acionistas são amigos ou parentes seus. É patrão de si próprio e muitas vezes é também o mais qualificado tecnicamente na empresa. As duas funções de diretor técnico e de capitalista ávido de lucro não existem separadas uma da outra; dificilmente as poderemos distinguir. Os seus lucros parecem ser adquiridos não do seu capital, mas do seu trabalho. Não do trabalho de exploração dos seus operários, mas das suas capacidades técnicas de patrão. Os operários que tem ao seu serviço, quer como pessoal qualificado quer como serventes, apercebem-se perfeitamente de que o seu patrão possui uma maior experiência geral, uma maior qualificação do que eles próprios. Nas grandes empresas, a direção técnica está confiada a assalariados. Trata-se duma medida ditada pelas necessidades de eficácia prática e que exclui da direção técnica os que são unicamente detentores de títulos de propriedade. Na pequena empresa, uma tal prática traduzir-se-ia numa regressão: repugnaria aos técnicos melhores e levaria a um abandono do trabalho técnico as mãos de indivíduos menos qualificados, até mesmo incompetentes.

É necessário compreender que não se está, por esse fato, perante uma dificuldade real, que obstará à organização técnica da indústria. É difícil de conceber que os operários das pequenas empresas possam desejar expulsar o técnico mais qualificado (ainda que se trate do antigo patrão) se este mostrar desejo de colaborar sinceramente no trabalho comum, com todo o seu saber, e num pé de igualdade. Mas não haverá nisto uma contradição com os fundamentos e a doutrina da nova sociedade que implicam a exclusão dos capitalistas? Não, pois a classe operária, ao reorganizar a sociedade em bases novas, não está obrigada a aplicar à letra uma doutrina rígida; simplesmente, para orientar as suas opções, terá que se apoiar num grande princípio norteador. Este princípio, que para qualquer espírito lúcido constitui a verdadeira pedra de toque da edificação da nova sociedade, afirma que aqueles que executam o trabalho devem controlá-lo e que todos aqueles que colaboram efetivamente na produção devem dispor dos meios de produção, estando evidentemente postos de lado toda e qualquer

propriedade ou interesse capitalistas. É com base neste princípio que os trabalhadores terão que fazer face a todos os problemas, a todas as dificuldades com que venham a deparar na organização da produção, e que terão que encontrar as respectivas soluções.

Os ramos tecnicamente atrasados da produção, como os que se encontram nas pequenas empresas, revelarão com toda a certeza um certo número de dificuldades específicas, mas não fundamentais. O problema da sua organização, da instalação nelas de coletividade autogestionárias, como o de assegurar a sua ligação com as estruturas principais da organização social, e um problema que deverá ser resolvido fundamentalmente pelos trabalhadores desses ramos, muito embora, evidentemente, possam ser auxiliados por trabalhadores doutros setores. A partir do momento em que o poder político e social da classe operária esteja consolidado, em que as idéias sobre a construção dum mundo novo se tiverem imposto a todos os espíritos, é evidente que todos aqueles que desejarem cooperar na comunidade de trabalho serão bem-vindos e encontrarão o lugar e o trabalho adequados às suas capacidades. Para, além disso, o desenvolvimento do espírito comunitário e o desejo de eficácia no trabalho trarão como conseqüência que as unidades de produção não irão permanecer por muito tempo nesta situação de pequenas fábricas isoladas herdadas da época precedente.

As dificuldades maiores residem, aliás, no estado de espírito, na maneira de pensar ligados ao exercício do pequeno comércio e que afetam todos os que nele participam, patrões, artesãos, operários. É isto que os impede de compreender que o verdadeiro problema, o único, é o do grande capital e das grandes empresas. É, todavia facilmente compreensível que as condições de existência das pequenas empresas, que determinam as idéias que nelas reinam, não podem constituir o ponto de partida para uma transformação dum sociedade cuja origem e força é justamente o grande capital. Mas não é menos evidente que a disparidade geral de condições pode constituir uma fonte de discórdias, de querelas, de mal-entendidos e de dificuldades. Dificuldades na luta, dificuldades no trabalho construtivo. Nas pequenas empresas, as qualidades sociais e morais desenvolvem-se dum forma diferente daquilo que se passa nas grandes empresas: a idéia de organização não domina tanto os espíritos. Numa pequena empresa o operário pode mostrar-se recalcitrante, mais independente, mas em compensação menos propenso a solidariedade, à fraternidade. A propaganda deverá, portanto assumir, nestes meios, um papel mais importante; não no sentido de impor uma doutrina teórica, mas simplesmente de expor uma visão mais ampla da sociedade em geral, a fim de que as idéias dos operários deixem de ser determinadas pela experiência restrita das suas próprias condições de vida, para passarem a sê-lo pelas condições, fundamentais e mais gerais, do trabalho em regime capitalista no seu conjunto.

Isto se torna ainda mais verdadeiro para a agricultura, a qual agrupa um grande número de pequenas empresas cujo peso econômico é considerável. Para além disso, a agricultura revela uma diferença material suplementar: a superfície do solo e limitada, o que condicionou a existência dum parasitismo específico. Porque o solo é absolutamente indispensável para viver e para a produção dos alimentos, o proprietário de terras viu-se beneficiado com a possibilidade de lançar uma tributação sobre todos aqueles que queiram utilizá-las; é o que se chama, em economia política, renda fundiária. Remontando a tempos antigos, estamos aqui perante uma propriedade que não é baseada no trabalho e que é protegida pelo poder estatal e pela lei; uma propriedade que consiste em certificados, em títulos que garantem direitos sobre uma parte, por vezes importante, da produção social. Quer o camponês que paga uma renda ao proprietário de terras ou um juro a um banco de crédito agrícola, quer o cidadão, patrão ou operário, que paga, a título de aluguer, grandes importâncias em dinheiro por um pedaço de terra nua (onde poderá habitar ou construir a sua oficina) são explorados

pela propriedade fundiária. Há um século atrás, na época do pequeno capitalismo, a diferença entre as duas formas de rendimentos, – os do proprietário de terras, que vive ociosamente por um lado, os do homem de ofício, do comerciante, do operário ou do artesão, penosamente alcançados, por outro lado – era tão flagrante, e a propriedade fundiária considerada como um roubo de tal modo manifesto, que por diversas ocasiões foram apresentados projetos para aboli-la, através da nacionalização dos solos, por exemplo. Mais tarde, quando a própria propriedade capitalista foi assumindo cada vez mais a forma de certificados, de ações traduzindo-se em rendimentos para os seus detentores sem que estes tivessem de trabalhar, deixou de se falar em reforma da propriedade fundiária. O conflito entre capitalistas e proprietários de terras, entre lucro do trabalho e renda fundiária desapareceu; hoje, a propriedade fundiária não passa duma das numerosas formas de propriedade capitalista.

O camponês que cultiva a sua própria terra combina as características de três classes sociais. Os seus rendimentos são compostos por três elementos indissociáveis: um salário correspondente ao seu próprio trabalho, um lucro proveniente da gestão da sua propriedade e da exploração dos seus trabalhadores agrícolas, uma renda fundiária proveniente da propriedade do seu terreno. Originariamente, em condições como estas, que subsistem em parte hoje, mas, sobretudo sob a forma de tradições herdadas dum passado idealizado, o camponês produzia tudo ou quase tudo o que lhe era necessário para viver, a ele e à família, na sua própria terra ou numa terra que alugava. Nos nossos dias, os agricultores têm igualmente que abastecer a população industrial que, cada vez mais, vai constituindo a maioria dos habitantes dos países capitalistas. Em troca, as classes rurais recebem os produtos industriais de que vão carecendo para as suas atividades progressivamente mais diversificadas. Mas o problema agrícola não permaneceu como um assunto interno de cada país. A maior parte das necessidades mundiais em cereais é satisfeitas por grandes empresas agrícolas que exploram terras virgens de novos continentes, segundo métodos capitalistas. Se por um lado elas esgotam a fertilidade intata destas vastas planícies, por outro, ao introduzirem na Europa os seus produtos a baixos preços, fazem baixar a renda fundiária neste continente, provocando assim crises agrícolas frequentes. Mas não é tudo: na velha Europa, a produção agrícola transformou-se numa produção para o mercado. Os camponeses vendem a maior parte da sua produção e compram aquilo de que necessitam para viver. Vêm-se assim sujeitos às vicissitudes da concorrência capitalista. Tão depressa se vêm com a corda ao pescoço pela descida dos preços, crivados de hipotecas, até mesmo arruinados, como tiram proveito de circunstâncias favoráveis. E como o aumento da renda fundiária se traduz por um aumento do preço da terra em geral, o antigo proprietário pode transformar-se em senhorio ao passo que o novo proprietário que logo à partida está sobrecarregado de dívidas, é facilmente conduzido à ruína por muito pouco que os preços desçam. Daqui que a posição da classe camponesa no seu conjunto se mostre enfraquecida. No total, as suas condições e posição na sociedade moderna são bastante semelhantes às dos pequenos patrões ou dos trabalhadores independentes da indústria.

Existem, contudo diferenças que resultam do fato da superfície do solo ser sempre limitada. Enquanto na indústria ou no comércio qualquer pessoa que detenha um pequeno capital pode sempre arriscar na montagem: dum negócio e pôr-se a batalhar contra os concorrentes, na agricultura, pelo contrario o camponês não pode entrar em liça se são outros que detêm a terra de que ele necessita. Para produzir, precisa de terra. Em sociedade capitalista é necessário ser-se proprietário para se poder dispor livremente do seu terreno. Se um camponês não é proprietário, poderá evidentemente trabalhar e servir-se da sua habilidade e das suas capacidades, mas na condição de explorado pelo

possuidor do solo. Assim, trabalho e propriedade encontram-se intimamente ligados: no seu espírito. Esta a origem desse fanatismo da propriedade tantas vezes criticado. Tornar-se proprietário é ver assegurada a possibilidade de ganhar a sua vida durante anos e anos de intensa labuta; mais tarde, alugando ou vendendo essa mesma terra, poderá esperar viver das suas rendas, sem trabalhar, e subsistir assim durante a velhice, como deveria poder fazer qualquer trabalhador após uma vida de esforços. A perpétua luta contra as caprichosas forças da natureza e do clima – luta que só agora começa a utilizar as técnicas originadas no moderno conhecimento científico, e que, portanto, permanece ainda, em grande parte, dependente dos métodos tradicionais e da capacidade pessoal – vê-se ainda agravada pelas pressões exercidas pelas condições de vida capitalistas. Esta luta engendrou um individualismo fortemente enraizado que faz dos camponeses uma classe especial, com uma mentalidade e pontos de vista específicos, estranha às idéias e objetivos da classe operária.

Todavia, também aqui o desenvolvimento moderno operou modificações consideráveis. O poder tirânico das grandes empresas capitalistas, dos bancos fundiários e dos magnatas dos caminhos de ferro, de quem os camponeses dependem para empréstimos e transporte das suas mercadorias, oprimiu-os, arruinou-os a ponto de lançá-los por vezes a beira da revolta. Por outro lado, a necessidade em que se viram as pequenas empresas de alcançar certas vantagens das grandes, contribuiu em muito para reforçar a cooperação: compra de adubos e máquinas agrícolas, abastecimento de produtos necessários à alimentação das imensas concentrações urbanas. A procura de produtos estandardizados, na produção de leite, por exemplo, exige uma regulamentação e um controle severos aos quais as propriedades individuais tiveram que se submeter. Os camponeses viram-se deste modo imbuídos dum certo espírito comunitário: o seu individualismo foi obrigado a muitas concessões. Mas a integração do seu trabalho na totalidade social assume a forma capitalista de sujeição a um poder estranho o que, de novo, se vai chocar com o espírito de independência.

São todas estas condições que determinam a posição do campesinato face à reorganização da sociedade pelos operários. Os camponeses, se bem que por um lado dirigentes independentes das suas empresas, e nisso comparáveis aos capitalistas industriais, participam geralmente, eles próprios, num trabalho produtivo que depende ao mais alto grau da sua habilidade e dos seus conhecimentos profissionais. Se é fato que embolsam a renda fundiária, quando são proprietários, a sua existência nem por isso depende menos da sua atividade produtiva, penosa de resto. O direito de gestão e de controle sobre o solo que lhes é conferido pela sua qualidade de produtores, de trabalhadores, e que eles partilham com os restantes trabalhadores, é absolutamente conforme aos princípios da nova ordem. Pelo contrário, a sua apropriação da terra, resultante da sua qualidade de proprietários, está em perfeita contradição com estes princípios. Mas os camponeses nunca aprenderam a distinguir estes dois aspetos completamente diferentes da sua posição. Além disso, a livre disposição do solo enquanto produtor constitui, segundo os princípios novos, uma função social, um mandato da sociedade, um serviço encarregado de fornecer aos outros habitantes víveres e matérias-primas. A tradição e o egoísmo capitalistas levam pelo contrário a considerá-la como um direito estritamente pessoal.

Tais diferenças de estatuto podem originar numerosas divergências e dificuldades entre as classes produtivas da indústria e da agricultura. Os trabalhadores terão que ter em conta, de forma rigorosa, o princípio da exclusão de todo e qualquer interesse ligado a propriedade, sinónimo de exploração. Admitirão somente os interesses baseados no trabalho produtivo. De resto, um corte dos víveres pelo campo significaria, para os operários fabris como para a maioria da população, morrer à fome. Uma tal coisa será

intolerável. Claro que nos países altamente industrializados da Europa, as trocas transoceânicas com os países produtora de víveres desempenham um papel importante, mas tal não invalida a necessidade absoluta de se encontrar uma forma de pôr de pé uma organização comum da produção agrícola e industrial em cada país.

Na realidade, entre operários e camponeses, entre a cidade e o campo, existem diferenças consideráveis de perspectiva e de idéias, mas não autênticas divergências ou conflitos de interesses. Existirão, portanto numerosas dificuldades, numerosos mal-entendidos, fontes de divergências e de conflitos, mas não uma luta de morte como entre o capital e a classe operária. Mesmo se ainda hoje os camponeses, aderindo a palavras de ordem políticas e sociais tradicionais e limitadas se colocam do lado do capitalismo contra os operários – e isso poderá continuar a acontecer no futuro – a lógica dos seus verdadeiros interesses acabará por voltá-los contra O capital. Mas isto não será suficiente. Tal como os pequenos comerciantes e industriais, eles poderiam considerar-se satisfeitos por se verem libertos da opressão e da exploração com uma vitória operária, tenham eles ou não participado na batalha. Mas, segundo as suas concepções, a revolução deveria transformá-los em proprietários privados, livres e sem contestação possível, da terra – no fundo uma revolução semelhante às revoluções burguesas do passado. A esta tendência, deverão os trabalhadores opor, através duma propaganda intensiva, os novos princípios: a produção é uma função social, os produtores donos do seu trabalho constituem uma comunidade. Terão igualmente que afirmar a sua vontade firme de criar esta comunidade da produção agrícola e industrial. Enquanto que os produtores rurais, tornados senhores de si mesmos, realizarão e organizarão o seu próprio trabalho sob a sua própria responsabilidade, a ligação deste com a parte industrial da produção terá de ser tarefa comum de todos os trabalhadores e dos seus conselhos centrais. São estas relações mútuas, permanentes, que irão fornecer a agricultura todos os meios científicos e técnicos, todos os métodos de organização necessários ao aumento da eficácia e da produtividade do trabalho.

Os problemas levantados pela organização da produção agrícola são em parte da mesma ordem que os encontrados na indústria. Nas grandes empresas, como nas grandes propriedades produtoras de trigo de milho ou de outras coisas, nas quais se faz uso de máquinas aperfeiçoadas, a regulação do trabalho será feita pela comunidade dos trabalhadores e pelos seus conselhos. Nos casos em que pequenas unidades de produção se tornem necessárias, para a realização de trabalhos preciosos e minuciosos, por exemplo, a indispensável cooperação entre unidades desempenhará um papel importante. O número e a diversidade de pequenas propriedades acarretarão problemas semelhantes aos da pequena indústria; a sua gestão será tarefa das suas associações autônomas. Provavelmente impor-se-á a criação de comunidades locais reunindo herdades semelhantes, mas, entretanto diferenciadas, para evitar que a organização social no seu conjunto tenha que encarar separadamente cada pequena unidade, que efetuar para cada uma todos os cálculos correspondentes. Mas todas estas formas de organização não podem ser imaginadas antecipadamente; serão concebidas e realizadas pelos produtores quando estes a tal se virem impelidos pelas necessidades práticas.

A Organização dos Conselhos

O sistema social aqui tratado poderia ser designado por comunismo não fosse o caso de esta palavra ser utilizada na propaganda mundial do «Partido comunista» para denominar o seu sistema de socialismo de Estado, sob uma ditadura do partido. Mas que importa um nome? Sempre se abusou dos nomes para enganar as massas; os sons familiares impedem-nas de pensar numa forma crítica e de apreciar a realidade com clareza. Portanto, em vez de procurarmos o nome que mais convém, será sim de maior utilidade examinar mais de perto a característica principal do sistema: a organização dos conselhos.

Os conselhos operários constituem a forma de autogoverno que substituirá, no futuro, as formas de governo do velho mundo. Não para sempre, bem entendido; nenhuma destas formas é eterna. Quando a vida e o trabalho em comunidade constituem uma maneira normal de existir, quando a humanidade controla inteiramente a sua própria vida, a necessidade cede o lugar à liberdade e as regras estritas de justiça estabelecidas anteriormente convertem-se num comportamento espontâneo. Os conselhos operários constituem a forma de organização desse período de transição durante o qual a classe operária luta pelo poder, destrói o capitalismo e organiza a produção social. Para conhecermos o seu verdadeiro caráter, será útil compará-los às formas existentes de organização e de governo, que o hábito apresenta ao juízo público como coisas evidentes.

As comunidades, demasiado amplas para se reunirem numa assembleia única, resolvem sempre os seus problemas através de representantes, de delegados. Assim, os cidadãos das cidades livres da Idade Média governavam-se através de conselhos de cidade e as burguesias de todos os países modernos possuem o seu parlamento, a exemplo da Inglaterra. Quando falamos de administração das coisas públicas por delegados eleitos, é sempre nos parlamentos que estamos a pensar; é portanto sobretudo com os parlamentos que teremos de comparar os conselhos operários se quisermos descobrir os seus aspetos essenciais. É evidente que dadas as grandes diferenças existentes tanto entre as classes como entre os objetivos, os corpos representativos correspondentes terão que ser, eles também, essencialmente diferentes.

Esta diferença salta desde logo à vista: os conselhos operários ocupam-se do trabalho e têm que regular a produção, ao passo que os parlamentos são corpos políticos que discutem e decidem as leis e os assuntos do Estado. A política e a economia não são, contudo campos inteiramente separados. Em regime capitalista, o Estado e o parlamento tomam as medidas e promulgam as leis necessárias ao bom andamento da produção; garantem a segurança dos negócios, a proteção do comércio, da indústria, das trocas e das deslocações tanto no interior como no estrangeiro; garantem ainda a administração da justiça, a emissão de moeda e a uniformidade dos pesos e medidas. E as suas tarefas políticas que, à primeira vista, não parecem ligadas a atividade econômica, estão relacionadas com as condições gerais da sociedade, com as relações entre as diversas classes, que constituem a base do sistema de produção. Assim, a política, a atividade dos parlamentos, pode, num sentido lato, ser considerada como um auxiliar da produção.

Onde reside, pois, em regime capitalista, a distinção entre política e economia? As relações entre elas são as mesmas que existem entre a regulamentação geral e a prática concreta. O papel da política consiste em criar as condições sociais e legais nas quais o

trabalho produtivo possa realizar-se regularmente, sendo este mesmo trabalho uma tarefa dos cidadãos. Deste modo, existe uma divisão do trabalho. A regulamentação geral, embora constitua uma base necessária, não é mais do que uma parcela ínfima da atividade social, um acessório do trabalho propriamente dito, e pode ser deixada a cargo duma minoria de políticos dirigentes. O próprio trabalho produtivo, base e conteúdo da vida social, é composto pelas atividades separadas de numerosos produtores e absorve inteiramente as suas vidas. A parte essencial da atividade social é a tarefa pessoal. Se cada um se ocupar do seu trabalho pessoal e cumprir a sua tarefa, a sociedade no seu conjunto funcionará bem. De tempos a tempos, a intervalos regulares, na altura das eleições legislativas, os cidadãos terão que voltar a sua atenção para as regulamentações gerais. Somente em épocas de crise social, de decisões importantes e de controvérsia severa, de guerra civil e de revolução, é que a massa dos cidadãos terá que consagrar todo o seu tempo e forças a estas regulamentações gerais. Uma vez resolvidas as questões fundamentais, os cidadãos poderão regressar às suas ocupações específicas, e abandonar uma vez mais essas tarefas gerais a um número reduzido de especialistas, aos juristas e aos políticos, ao parlamento e ao governo.

Completamente diferente é a organização da produção comum pelos conselhos operários. A produção social não se encontra dividida numa série de empresas separadas, cada uma das quais é obra limitada duma pessoa ou dum grupo; constitui antes uma totalidade coerente, objeto de atenção para todos os trabalhadores, ocupando os espíritos destes enquanto tarefa comum a toda a gente. A regulamentação geral deixa de ser uma questão acessória, a cargo dum pequeno grupo de especialistas; passa a constituir o problema principal, exigindo a atenção conjugada de todos. Deixa de haver separação entre política e economia, outrora atividades quotidianas, por um lado, dum corpo de especialistas, por outro, da massa dos trabalhadores. Para a comunidade indivisa dos produtores, política e economia fundiram-se; existe uma unidade entre a regulamentação geral e o trabalho prático de produção. Esta totalidade constitui o objetivo essencial de toda a gente.

Esta característica vai refletir-se em toda a prática. Os conselhos não governam, transmitem as opiniões, as intenções, a vontade dos grupos de trabalho. Não, evidentemente, como garotos de recados indiferentes que entregam passivamente cartas e mensagens cujo conteúdo desconhecem. Eles tomaram parte nas discussões, distinguiram-se como ardentes porta-vozes das opiniões que prevaleceram; de tal modo que, como delegados dum grupo, não são capazes de defender as suas idéias na reunião do conselho, como são ainda suficientemente imparciais para se abrirem a outros argumentos, e para apresentarem ao seu grupo opiniões passíveis duma mais ampla audiência. Os conselhos constituem, portanto os órgãos da discussão e comunicação sociais.

A prática parlamentar situa-se exatamente no oposto. Os delegados terão que tomar decisões sem consultar os seus eleitores, sem estarem amarrados a um mandato. O deputado, para conservar a fidelidade dos seus mandantes pode dignar-se falhar-lhes e expor-lhes a sua linha de conduta, mas fá-lo enquanto senhor dos seus próprios atos. Ele vota tal como a sua consciência e a sua honra lhes impõem, de acordo com as suas próprias opiniões. É perfeitamente natural: é ele o especialista em matéria política, em matéria legislativa, e não pode deixar-se guiar por diretivas de pessoas ignorantes. A função destas últimas é a produção, as diversas ocupações específicas; a dele, é a política, as regulamentações gerais. Ele terá que se guiar por grandes princípios políticos, e não deixar-se influenciar pelo egoísmo mesquinho dos interesses privados dos seus mandantes. É assim que, no capitalismo democrático, se torna possível para

políticos eleitos por uma maioria de trabalhadores servirem os interesses da classe capitalista.

Os princípios do parlamentarismo criaram também as suas raízes no movimento operário. Nas organizações sindicais de massas ou em organizações políticas gigantes como o partido social-democrata alemão, os dirigentes agiam como uma espécie de governo com poderes sobre os membros, e os seus congressos anuais assumiam as características de parlamentos. Os seus dirigentes, para realçarem a sua importância, designavam-nos com orgulho parlamentos do trabalho; os observadores críticos, por seu lado, chamavam a atenção para o fato da luta de facções, a demagogia dos dirigentes, as intrigas de corredor, serem os sinais dessa degenerescência surgida já nos verdadeiros parlamentos. E na verdade, dado o seu aspeto fundamental, era de parlamentos que se tratava. Não no início, quando os sindicatos eram pequenos e os seus devotados membros faziam, eles próprios, todo o trabalho, quase sempre gratuitamente; mas com o aumento dos efetivos acabou por se verificar a mesma divisão de trabalho existente na sociedade em geral. As massas trabalhadoras deviam voltar toda a sua atenção para os seus interesses pessoais específicos, para a forma de encontrar e conservar um emprego. Esta a ocupação principal das suas vidas e dos seus espíritos; só duma forma muito geral e que elas tinham, para, além disso, de decidir, através do voto, dos seus interesses comuns de classe e de grupo. O pormenor da prática era deixado aos especialistas, aos funcionários dos sindicatos e aos dirigentes dos partidos, que sabiam como lidar com os patrões capitalistas e com os ministros. E, além disso, apenas uma minoria de dirigentes locais se encontrava suficientemente familiarizada com estes interesses gerais para poder ser enviada na qualidade de delegação aos congressos onde, a despeito dos mandatos muitas vezes imperativos, cada um votava na realidade segundo o seu próprio critério.

Na organização dos conselhos, o domínio dos delegados sobre os seus mandantes desaparece, uma vez que desapareceu também a própria base deste domínio, a divisão de tarefas. Nessa altura, a organização social do trabalho obriga cada operário a dedicar toda a sua atenção à causa comum, à totalidade da produção. Tal como anteriormente, a produção daquilo que é necessário à vida como base da própria vida, ocupa inteiramente o espírito. Mas não se trata já da preocupação de cada um com sua própria empresa, com o seu próprio emprego, em concorrência com os outros, porque a vida e a produção só podem ser asseguradas na colaboração entre companheiros através do trabalho coletivo. Este trabalho coletivo domina assim o pensamento de cada um. A consciência da comunidade constitui o fundo e a base de todo e qualquer sentimento, de todo e qualquer pensamento.

Trata-se duma revolução total na vida espiritual do homem. Ele aprende a olhar para a sociedade, sabe o que é a comunidade na sua essência. Antes, em regime capitalista, a sua visão limitava-se àquilo que dizia respeito aos seus negócios, ao seu trabalho, a sua família e a si próprio. Não podia ser doutra forma, já que disso dependia a sua existência. Para ele a sociedade não passava dum plano de fundo obscuro e desconhecido, por detrás do seu pequeno mundo visível. E, evidentemente, sofria o efeito dessas forças poderosas que determinavam o êxito ou o fracasso do seu trabalho. Mas, guiado pela religião, era levado a ver nessas forças a obra de poderes supremos sobrenaturais. No mundo dos conselhos operários, pelo contraio, a sociedade surge à luz do dia, transparente e conhecível; a estrutura do processo social do trabalho não mais se encontra dissimulada aos olhos do homem, cujo olhar abarca a produção na sua totalidade; é isso que se torna necessário à sua vida, à sua existência. A produção social transforma-se então em finalidade duma organização consciente. A sociedade passa a estar nas mãos do homem; ele age sobre ela, e por isso compreende a sua natureza

essencial. É assim que o mundo dos conselhos operários opera a transformação do espírito.

Em regime parlamentar, que é o sistema político correspondente às empresas independentes, o povo é formado por uma multidão de pessoas separadas; na melhor das hipóteses, segundo a teoria democrática, cada um proclama-se investido dos mesmos direitos naturais. Para a eleição dos delegados, as pessoas são agrupadas segundo a sua residência, em circunscrições. Nos primeiros tempos do capitalismo, era possível a existência de uma certa comunidade de interesses entre vizinhos duma mesma cidade ou duma mesma aldeia, coisa que se foi tornando cada vez mais, à medida que o capitalismo se desenvolvia, em ficção desprovida de sentido. Os artesãos, os comerciantes, os capitalistas, os operários que habitam o mesmo bairro têm interesses diferentes e opostos; votam em geral em partidos diferentes, e é uma maioria de acaso que vem a sair vencedora. Se bem que a teoria parlamentar considere o eleito como o representante duma circunscrição, é evidente que estes eleitores não constituem um grupo que o delegou para representar os seus desejos.

A este nível, a organização dos conselhos é absolutamente o oposto do parlamentarismo. São os grupos naturais, os operários que trabalham juntos, o pessoal duma empresa, que agem na qualidade de unidades e designam os seus delegados. Estes grupos podem encontrar no seu próprio seio representantes efetivos e porta-vozes, uma vez que possuem interesses comuns e que fazem parte dum todo na prática da vida quotidiana. A democracia completa realiza-se na igualdade de direitos de todos aqueles que participam no trabalho. Evidentemente que aqueles que se situam à margem do trabalho não têm a palavra no tocante à organização deste mesmo trabalho. Não se pode considerar como uma falha de democracia que, neste mundo em que os grupos no seio dos quais todos colaboram se governam a si próprios, aqueles que não se interessam pelo trabalho – e o capitalismo legará muitos, exploradores, parasitas, senhorios – não participem nas decisões.

Há setenta anos atrás, Marx assinalava que entre o reinado do capitalismo e a organização final duma humanidade livre, haveria um período de transição durante o qual a classe operária seria senhora da sociedade, mas sem que a burguesia tivesse ainda desaparecido. Ele designava este estado de coisas por ditadura do proletariado. Na sua época, esta palavra não possuía ainda a ressonância sinistra que lhe conferiram os sistemas modernos de despotismo, e era impossível usá-la abusivamente para significar a ditadura de um partido no poder, como aconteceu mais tarde na Rússia. Significava unicamente a transferência do domínio da sociedade da classe capitalista para a classe operária. Mais tarde, pessoas inteiramente conquistadas pelas idéias do parlamentarismo tentaram materializar esta concepção retirando às classes possuidoras a liberdade de constituírem agrupamentos políticos. É evidente que esta violação do sentimento instintivo da igualdade de direitos era contrária à democracia. Vemos hoje que a organização dos conselhos realiza na prática aquilo que Marx antecipara em teoria, mas cuja forma concreta era impossível de conceber nessa época. Quando a produção se encontra organizada pelos próprios produtores, a classe exploradora de outrora se vê automaticamente excluída da participação nas decisões, sem quaisquer outras formalidades. A concepção de Marx da ditadura do proletariado surge como idêntica a democracia operária da organização dos conselhos.

Esta democracia operária não tem nada de comum com a democracia política do sistema social precedente. Aquilo a que se chamou democracia política do capitalismo era um simulacro de democracia, um sistema hábil concebido para ocultar o domínio real exercido sobre o povo por uma minoria dirigente. A organização dos conselhos é uma democracia real, a democracia dos trabalhadores, na qual os operários são senhores

do seu trabalho. Na organização dos conselhos, a democracia política desaparece porque desaparece a própria política, cedendo o lugar a economia socializada. A vida e o trabalho dos conselhos, formados e animados pelos operários, órgãos da sua cooperação, consistem na gestão prática da sociedade, orientada pelo conhecimento, pelo estudo permanente e por uma atenção firme.

Todas as medidas são tomadas num processo de trocas constantes, por deliberação no seio dos conselhos e discussão nos grupos e locais de trabalho através de ações nesses mesmos locais de trabalho e de decisões tomadas nos conselhos. Aquilo que é atingido em tais condições jamais poderia sê-lo por encomenda vinda de cima, ou por uma ordem exprimindo a vontade de um governo. A fonte de tais medidas é a vontade comum de todos aqueles em causa, porque a ação é baseada na experiência e no conhecimento do trabalho de todos, e vai influenciar profundamente a vida de Cada um. As decisões só poderão ser executadas se as massas as considerarem como uma emanção da sua própria vontade; não haverá nenhum constrangimento exterior a fazer com que sejam respeitadas, pela simples razão de que uma tal força não existe. Os conselhos não são um governo; mesmo os conselhos mais centralizados não possuem um caráter governamental, pois não detém qualquer instrumento capaz de impor a sua vontade às massas; não possuem órgãos de poder. Todo o poder social pertence aos próprios trabalhadores. Onde quer que o exercício do poder se venha a impor – contra perturbações ou ataques a ordem existente – emanará das coletividades operárias nas próprias oficinas e permanecerá sob o seu controle.

No decurso de toda a era civilizada e até aos nossos dias, os governos revelaram-se necessários como instrumentos que permitem à classe dirigente conservar as massas exploradas sob a sua alçada. Foram assumindo igualmente funções administrativas cada vez mais importantes; mas o seu caráter principal, de forma orgânica do poder, era determinado pela necessidade de manter um domínio de classe. Ao desaparecer esta necessidade, desaparece igualmente o seu instrumento. O que se conserva é a administração, que é uma espécie de trabalho como tantas outras, tarefa dum tipo específico de trabalhadores; aquilo que substitui o governo é o espírito de vida da organização, a discussão constante entre os operários, que pensam em comum na sua causa comum. O que impõe o cumprimento das decisões dos conselhos é a autoridade moral destes. E numa sociedade deste tipo a autoridade moral possui uma força bem mais rigorosa que as ordens ou a coação dum governo.

Na época dos governos acima do povo, quando o poder político teve de ser concedido aos povos e aos seus parlamentos, existia uma separação do poder legislativo e do poder executivo do governo; às vezes, mesmo, o poder judicial constituía ainda um terceiro poder independente. A função dos parlamentos era legislar, mas a aplicação, a execução das leis, a administração quotidiana estavam reservadas a um pequeno grupo privilegiado de dirigentes.

Na comunidade de trabalho da nova sociedade, esta distinção desaparece. Decisão e execução estão intimamente ligadas; aqueles que executam o trabalho decidem, e aquilo que decidem em comum, põe-no em prática em comum. Quando se trata de grandes massas, serão os conselhos os seus órgãos de decisão. No primeiro caso, quando a função executiva estava confiada a organismos centrais, era a estes que era conferida a capacidade de comando, deviam constituir-se em governos; no segundo caso quando a tarefa executiva cabe às próprias massas, deixará de existir esta necessidade e os conselhos não terão este caráter de governos. Além disso, de acordo com os problemas que se põem e com as questões que irão constituir objeto de decisão, serão pessoas diferentes a serem delegadas para dela se ocuparem. No campo da própria produção, cada empresa deverá não só organizar cuidadosamente o seu setor de

atividade, como terá também que criar ligações horizontais com as empresas similares, verticais com as que lhe fornecem as matérias-primas e com as que utilizam os seus produtos. Nesta dependência mútua e nesta ligação entre empresas, no seu elo com outros ramos da produção, os conselhos, que são os órgãos de discussão e de decisão, abrangerão setores cada vez mais extensos, até a organização central da totalidade da produção. Por outro lado, a organização e o consumo, a distribuição de todos os bens necessários, exigirão os seus próprios conselhos de delegados de todos os interessados e assumirá um caráter predominantemente local ou regional.

Junto com esta organização da vida material da comunidade humana, nos deparamos com o vasto campo das atividades culturais e das que não são diretamente produtivas, que constituem para a sociedade uma necessidade primordial, como por exemplo, a educação das crianças e o cuidado com a saúde de todos. Também aqui reina um mesmo princípio: o da auto-organização destes setores de trabalho por aqueles que executam esse trabalho. Parece absolutamente natural que sejam aqueles que participam ativamente quer nos cuidados com a saúde da comunidade, quer na organização da educação, isto é, o pessoal sanitário e os professores, a regular e a organizar o conjunto destes serviços, através das suas associações. Em regime capitalista quando se viam obrigados a viver das doenças que afligem os homens ou da educação das crianças, a sua ligação á sociedade em geral assumia a forma, quer duma profissão competitiva, quer duma aplicação das ordens dum governo. Na nova sociedade, devido aos laços muito mais estreitos que unem a saúde e a educação com o trabalho, regularão as suas funções de modo a que os seus conselhos permaneçam em contato estreito e colaborem constantemente entre si e com os outros conselhos operários.

Há que realçar aqui que, vida cultural, campo das artes e das ciências, se encontra, pela sua própria natureza, tão intimamente ligada a inclinação e ao esforço individuais, que só a livre iniciativa de pessoas não esmagadas pelo peso de um incessante trabalho pode assegurar o respectivo florescimento. Esta verdade não poderá ser refutada pelo fato de, no decorrer dos séculos de sociedade de classes, os princípios e os governos terem protegido as artes e a ciência, a fim, evidentemente, delas se servirem para a sua glória e para a manutenção do seu domínio. Duma maneira geral, existe, tanto no tocante as atividades culturais como a qualquer outra atividade não produtiva ou produtiva, uma disparidade fundamental entre uma organização imposta de cima por um corpo dirigente, e uma organização obtida na livre colaboração de colegas e de camaradas. Uma organização dirigida centralmente implica uma regulamentação o mais possível uniforme: sem isso, não poderia ser concebida e dirigida por um organismo central. Na regulamentação autônoma elaborada por todos os interessados, a iniciativa dum grande número de especialistas atentamente debruçados sobre o seu trabalho, o aperfeiçoamento através de estímulos e de relações constantes, a iniciação e as permutas de pontos de vista deverão ter por resultado uma grande diversidade de meios e de possibilidades. A vida espiritual, se depende da autoridade central dum governo, cai forçosamente numa insipidez monótona; se for inspirada ela livre espontaneidade do impulso humano das massas, desenvolver-se-á dentro duma diversidade notável. O princípio dos conselhos permite encontrar formas apropriadas de organização. A organização dos conselhos tece assim, no seio da sociedade, uma rede de corpos diversificados, trabalhando em colaboração e regulando a sua vida e o seu progresso de acordo com a sua livre iniciativa. E tudo o que é discutido e decidido nos conselhos extrai a sua autêntica força da compreensão, da vontade, da ação da humanidade laboriosa.

Crescimento

No momento em que na difícil luta contra o capital, durante a qual crescem e se desenvolvem os conselhos operários, a classe operária atinge a vitória, inicia a sua tarefa: a organização da produção.

Naturalmente que temos consciência de que a vitória não será um acontecimento único que encerra a luta e inaugura o período seguinte de reconstrução. Sabemos que a luta social e a construção econômica não irão estar separadas, mas antes associadas como uma série de sucessos na luta e na preparação da nova organização, interrompidas talvez por períodos de estagnação ou de reação social. Os conselhos operários que se desenvolverão como órgãos de combate, serão ao mesmo tempo órgãos de reconstrução. No entanto, para uma maior clareza, distinguiremos estas duas tarefas como se de coisas separadas se tratasse, sobrevivendo uma a seguir à outra. A fim de apreendermos a verdadeira natureza da transformação da sociedade, teremos que a encarar de forma esquemática, como um processo uniforme contínuo iniciado «no dia seguinte ao da vitória».

Assim que os trabalhadores se tornam senhores das fábricas e da sociedade, começam a pôr as máquinas em funcionamento. Eles sabem que se trata duma tarefa urgente; a primeira das necessidades é sobreviver, e a própria vida deles – a vida da sociedade – depende do seu trabalho. Originada no caos do capitalismo em ruína, a primeira ordem operária tem que ser criada através dos conselhos. Inúmeras dificuldades se porão; resistências de toda a ordem terão que ser ultrapassadas, nascidas da hostilidade, da incompreensão, da ignorância. Mas novas forças insuspeitadas acabarão por surgir: as do entusiasmo, do devotamento, da clarividência. A hostilidade terá de ser derrotada por meio duma ação resoluta. A incompreensão terá que ser dissipada por uma persuasão paciente, a ignorância, ultrapassada por uma propaganda e trabalho de ensino constantes. Através de relações cada vez mais estreitas entre as oficinas, por inclusão de setores de produção cada vez mais vastos, através de estimativas e de contas cada vez mais precisas na planificação, o processo de produção irá sendo dia a dia melhor controlado. É assim, passo a passo, que a economia social se irá transformando numa organização conscientemente controlada, capaz de assegurar a todos o necessário a vida.

O papel dos conselhos operários não se reduz à realização deste programa. Pelo contrário, isso não passa duma introdução ao seu trabalho real, mais importante e mais vasto. É então que se inicia um período de desenvolvimento rápido. Assim que os operários se sintam senhores do seu trabalho, livres para revelarem as suas capacidades, manifestarão a vontade decidida de acabar com toda a miséria e indignidade, de pôr fim às insuficiências e aos abusos, de destruir toda a pobreza e a barbárie que, herdadas do capitalismo, humilham a Terra. Haverá que recuperar dum enorme atraso; aquilo que as massas obtinham era muito pouco relativamente ao que poderiam e deveriam ter conseguido nas condições existentes. Quando elas tiverem possibilidade de satisfazer as suas necessidades, estas se elevarão a um nível superior; o nível de cultura dum povo avalia-se pela extensão e quantidade das suas exigências perante a vida. Utilizando simplesmente os meios e métodos de trabalho existentes, a quantidade e qualidade das habitações, da alimentação, do vestuário, postos à disposição de todos, podem ser elevados a um nível que corresponda à produtividade existente do trabalho. Toda a força produtiva que, na sociedade precedente, era desperdiçada ou utilizada para o luxo dos

dirigentes, poderá então servir para satisfazer as necessidades aumentadas das massas. Deste modo, e será a primeira inovação desta sociedade, assistiremos ao aparecimento duma prosperidade geral.

Contudo, os trabalhadores terão igualmente, desde o início, que dirigir a sua atenção para o atraso dos métodos de produção. Não aceitarão verem-se esmagados pela fadiga por utilizarem ferramentas primitivas e métodos de trabalho ultrapassados. Se se melhorarem os métodos e as máquinas pela aplicação sistemática de todas as invenções e descobertas conhecidas no campo da técnica e da ciência, a produtividade do trabalho poderá ser consideravelmente aumentada. Estas técnicas mais aperfeiçoadas tornar-se-ão acessíveis a toda a gente; integrando no trabalho produtivo todos aqueles que até aí não faziam mais do que desperdiçar as suas forças no lamaçal do pequeno comércio, ou como empregados domésticos em casa dos ricos, porque o capitalismo não tinha emprego para eles, poder-se-á determinar o número de horas de trabalho necessárias para cada um. Será, pois um período de intensa atividade criadora. Esta provirá da iniciativa dos produtores competentes no seio das empresas; mas só se tornará efetiva através duma deliberação constante, da colaboração, da inspiração mútua e da emulação. Deste modo, os órgãos de colaboração – os conselhos – estarão constantemente em ação. Nesta construção e organização novas dum aparelho de produção sempre melhor, os conselhos operários, fibras nervosas da sociedade, terão a possibilidade de desenvolver plenamente os seus recursos. Enquanto que a abundância, a prosperidade universal, representam o lado passivo da nova vida, o seu lado ativo – a renovação do próprio trabalho – faz da vida uma mais perfeita experiência criadora.

O aspeto da vida social modifica-se totalmente. Também a aparência mais exterior sofre modificação: o meio que nos cerca e os objetos testemunham pela sua harmonia e beleza do caráter nobre do trabalho que os moldou. Aquilo que afirmava William Morris acerca das profissões do passado, com as suas ferramentas simples – que a beleza dos produtos provinha do fato do trabalho ser uma alegria para o homem – esta a razão porque desapareceu com a fealdade do capitalismo – voltará a verificar-se, mas tratar-se-á então dum maior grau de controle das técnicas mais aperfeiçoadas. William Morris amava a ferramenta do artesão e detestava a máquina do capitalista. Para o trabalhador livre do futuro, o manejo duma máquina perfeitamente construída provocará uma tensão profunda, constituirá uma fonte de exaltação mental, de alegria para o espírito, de beleza intelectual.

A técnica transforma o homem em livre senhor da sua vida e do seu destino. A técnica, que atingiu o seu estado de desenvolvimento atual através dum doloroso processo de crescimento durante milhares de anos de trabalho e de luta, suprimirá a fome e a pobreza, o trabalho pesado e toda a espécie de escravatura. A técnica coloca as forças da natureza ao serviço do homem e das suas necessidades. O desenvolvimento das ciências da natureza abre ao homem novas formas e novas possibilidades de vida, de tal modo ricas e variadas que ultrapassam de longe aquilo que hoje nos é dado imaginar. Mas a técnica por si só não basta. É necessário que seja pertença duma humanidade que se entregou conscientemente, por sólidos laços de fraternidade, à construção duma comunidade de trabalho que controle a sua própria vida. Indissolúvelmente ligadas, a técnica como fundamento material e força visível, e a comunidade como fundamento ético e consciência, ditam a renovação total do trabalho.

E o próprio homem se irá modificando juntamente com o seu trabalho. Apoderar-se-á dele um novo sentimento, um sentimento de segurança. Enfim, a humanidade ver-se-á liberta dessa inquietação que tortura a existência. Nos séculos decorridos desde o estado selvagem das origens até a civilização moderna, jamais a vida foi segura. O homem não era senhor da sua subsistência. Sempre existiu, mesmo nos períodos de

maior prosperidade, um receio silencioso em relação ao futuro, escondido no subconsciente, por detrás da ilusão de um bem-estar perpétuo. Esta ansiedade habitava o mais fundo dos corações como uma opressão permanente, pesando seriamente nos espíritos e impedindo um pensamento livre. Para nós, que vivemos sob esta pressão, é impossível imaginar a modificação profunda na perspectiva, na visão do mundo, no carácter, que se operará com o desaparecimento de toda e qualquer ansiedade relacionada com a vida. As velhas ilusões e superstições, que anteriormente se destinavam a manter uma humanidade espiritualmente indefesa, acabarão por desaparecer. Agora que o homem se sente verdadeiramente seguro de ser o senhor da sua vida, serão substituídas por um conhecimento acessível a todos, pela beleza intelectual duma visão total e científica do mundo.

Mais ainda que no próprio trabalho, será na preparação do trabalho futuro, na educação e na formação das gerações seguintes, que a transformação e o novo carácter da vida se revelarão. Compreende-se claramente que tendo cada tipo de organização da sociedade o seu sistema específico de educação adaptada às suas necessidades, essa transformação fundamental no sistema de produção terá de ser imediatamente acompanhada duma transformação igualmente fundamental na educação. Na economia domestica, no mundo do caseiro e do artesão, a família, com a sua divisão natural do trabalho, constituía o elemento de base da sociedade e da produção. As crianças iam crescendo e aprendendo os métodos de trabalho, participando gradualmente nesse trabalho. Mais tarde, em regime capitalista, a família perdeu a sua base econômica, uma vez que o trabalho produtivo foi sendo progressivamente transferido para as fábricas. O trabalho transformou-se num processo social com uma base teórica mais ampla; como consequência, tornaram-se indispensáveis conhecimentos mais vastos e uma educação mais intelectual. Abriam-se as escolas que conhecemos: massas de crianças educadas em casa, em lares isolados, sem contacto orgânico com o trabalho, afluíram a essas escolas para nelas adquirirem os conhecimentos abstratos necessários à sociedade, mas mais uma vez sem existir uma ligação direta com o trabalho vivo. E, bem entendido, esta educação difere de classe social para classe social. Aos filhos da burguesia, aos futuros administradores e intelectuais, é garantida uma boa formação científica e teórica que lhes permita dirigir e governar a sociedade. Aos filhos dos camponeses e dos operários, o mínimo indispensável: a leitura, a escrita, o cálculo necessários ao seu trabalho, e também a história e a religião para mantê-los obedientes e respeitosos para com os seus senhores e dirigentes. Alguns teóricos, autores de manuais de pedagogia, ignorando as bases capitalistas deste estado caduco que julgam eterno, tentam em vão explicar e aplanar os conflitos originados nesta separação entre o trabalho produtivo e a educação, na contradição entre o isolamento familiar e o carácter social da produção.

No mundo novo da produção em regime de colaboração, estas contradições desaparecem e é restaurada a harmonia entre a vida e o trabalho numa base alargada a toda a sociedade. A juventude aprende os métodos de trabalho e aquilo que constitui a base destes participando gradualmente no processo de produção; não no isolamento da família, já que a tarefa de prover as necessidades da vida é assumida pela comunidade; a família perde, para além do seu papel de unidade de produção, o de unidade de consumo. A vida comunitária, que corresponde às tendências predominantes das próprias crianças, assume um papel bem mais importante; abandonando os seus lares restritos, as crianças passam a ter acesso ao ar livre da sociedade. A combinação híbrida casa-escola cede o lugar a comunidades de crianças, controlando uma parte importante das suas próprias vidas, sob a direcção atenta de educadores adultos. A educação, em lugar de ser um processo passivo em que se abordam conhecimentos vindos de cima, transforma-se numa atividade essencialmente pessoal, dirigida para o trabalho social e a

ele ligada. Os sentimentos sociais ainda vivos em toda a gente como herança dos tempos primitivos, mas especialmente fortes nas crianças, poderão então expandir-se sem serem reprimidos pelo egoísmo necessário a luta pela vida em regime capitalista.

As formas de educação são, portanto determinadas pela atividade da comunidade e de cada um, e os seus conteúdos dependem da natureza do sistema de produção para o qual ela fornece uma preparação. Ora, este sistema, sobretudo durante o século passado, tem assentado cada vez mais na aplicação da ciência à técnica. A ciência permitiu ao homem o domínio das forças da natureza; um tal domínio tornou possível a revolução social e determina a base da nova sociedade. Os produtores podem passar a ser senhores do seu trabalho, da produção, na condição de dominarem esta ciência. Daqui que as novas gerações devam ser ensinadas antes de tudo as ciências da natureza e as respectivas aplicações. A ciência não será mais, como era em regime capitalista, monopólio dum pequeno número de intelectuais, e deixará de haver massas sem instrução, reduzidas a atividades subalternas. A ciência na sua totalidade estará ao alcance de toda a gente. Em lugar da divisão entre trabalho unilateralmente manual e trabalho unilateralmente intelectual, cada um específico duma classe, existirá para cada um uma união harmoniosa do trabalho manual e intelectual, coisa que é igualmente indispensável para o ulterior desenvolvimento da produtividade do trabalho, já que esta depende do progresso da ciência e da técnica que formam a sua base. A criação de conhecimentos e a sua aplicação ao trabalho deixarão de ser tarefa apenas duma minoria de intelectuais, para passarem a estar a cargo das pessoas inteligentes de todo um povo, preparadas através duma educação extremamente atenta. É de esperar que a um tal ritmo de desenvolvimento da ciência e da técnica, o progresso tão louvado em regime: capitalista venha a parecer um pálido começo.

Existe, em regime capitalista, uma diferença característica entre o trabalho dos jovens e o dos adultos. À juventude compete aprender, aos adultos compete trabalhar. É evidente que enquanto os operários continuarem a esforçar-se ao serviço de outrem – com uma finalidade contrária ao seu próprio bem-estar a satisfação – para produzirem um máximo de lucro para o capital, toda a capacidade terá, logo que adquirida, que ser consumida até aos últimos limites do tempo e da força. O tempo dum operário não pode ser desperdiçado a aprender sempre coisas novas. Muito poucos têm a possibilidade ou a obrigação de se irem instruindo regularmente durante a vida. Na nova sociedade esta diferença desaparece. Por um lado, a educação durante a juventude consiste em ir participando progressivamente, duma forma proporcional à idade, no trabalho produtivo. Por outro, dado o incremento da produtividade e a ausência de exploração, os adultos terão cada vez mais tempo disponível para atividades intelectuais. Isto lhes permitirá conservarem-se ao corrente do rápido desenvolvimento dos métodos de trabalho, o que, na realidade, lhes é necessário. Só lhes é possível participar nas discussões e nas decisões se estiverem capacitados para estudar os problemas técnicos que continuamente atraem e estimulam a sua atenção. A grande expansão da sociedade através do desenvolvimento técnico e científico, da segurança e da abundância, do domínio sobre a natureza e sobre a vida, só poderá ser assegurado pelo aumento das capacidades e dos conhecimentos de todos os associados. Confere à vida um conteúdo novo, de atividade vibrante, eleva a existência transformando-a em alegria consciente, a alegria duma participação ardente no progresso espiritual e prático do novo mundo.

A estas ciências da natureza virão acrescentar-se as novas ciências da sociedade inexistentes em regime capitalista. A característica específica do novo sistema de produção é que o homem passa a dominar as forças sociais que determinam as suas idéias e os seus impulsos. Este domínio de fato terá que buscar a sua expressão num domínio teórico, no conhecimento dos fenômenos e das forças determinantes da atuação

e da vida humanas, do pensamento e da sensibilidade. Nas épocas que nos precederam, quando a origem social destas forças era desconhecida, em virtude da ignorância a respeito da sociedade, o seu poder era atribuído ao caráter sobrenatural do espírito, a um misterioso poder do pensamento, e as disciplinas correspondentes, as ditas humanidades, viram atribuir-se-lhes o rótulo de «ciências do espírito» (ciências humanas): psicologia, filosofia, ética, história, estética. Como acontece com todas as ciências, estavam inicialmente cheias de tradições e de místicas primitivas; mas contrariamente às ciências da natureza, a sua ascensão a um nível verdadeiramente científico foi impedida pelo capitalismo. Era-lhes impossível encontrar um terreno sólido uma vez que no mundo capitalista elas partiam do ser humano isolado, com o seu espírito individual, e que, nessa época de individualismo, se desconhecia que o homem é essencialmente um ser social, que todas as suas faculdades emanam da sociedade e são por ela determinadas. Mas a partir do momento em que a sociedade se revela aos olhos do homem como um organismo constituído por seres humanos ligados entre si, e em que a mente humana é considerada como o órgão principal das suas relações, tais ciências poderão se desenvolver como autênticas ciências.

E a importância prática destas ciências para a nova comunidade não é menor do que a das ciências da natureza. Elas estudam as forças que residem no homem, que determinam as suas relações com os outros homens e com o mundo, que inspiram as suas ações na vida social, e que se manifestam nos acontecimentos históricos, passados e presentes. Sob a forma de paixões poderosas e de tendências cegas, estas forças tiveram o seu papel nas grandes lutas sociais, levando por vezes o homem a atuações vigorosas, mantendo-o outras vezes numa submissão apática através de tradições igualmente cegas, e permaneceram sempre como espontâneas, incontroladas, desconhecidas. A nova ciência do homem e da sociedade, ao descobrir estas forças, torna o homem capaz de controlá-las através de um conhecimento consciente. De forças dominadoras sobre os seres humanos, tornam-se servidoras deles em função dos objetivos claramente planeados.

Instruir a geração futura na consciência destas forças sociais e espirituais e prepará-la para a orientação consciente delas, será uma das tarefas principais de educação da nova sociedade. A juventude ficará assim apta a desenvolver todos os dons de paixão e de vontade, de inteligência e de entusiasmo, e a utilizá-los numa atividade eficaz. Trata-se simultaneamente de formação de caráter e de transmissão de conhecimentos. Esta educação atenta, tanto teórica como prática, da nova geração, voltada ao mesmo tempo para as ciências sociais e para a consciência social, constituirá um elemento essencial do novo sistema de produção. Só assim se poderá assegurar um progresso sem entraves da vida social. E será também deste modo que o sistema de produção se irá desenvolvendo e assumindo formas progressivamente melhores. Assim, através do domínio teórico das ciências da natureza e da sociedade e da sua aplicação prática ao trabalho e a vida, os trabalhadores farão da Terra a morada plena de alegria duma humanidade livre.

O Sindicalismo

A tarefa primordial da classe operária é tomar em suas mãos a produção e organizá-la. Para prosseguir a luta é, contudo, necessário ver clara e distintamente o fim a atingir. Não resta senão o combate em si mesmo, isto é, a conquista do poder sobre a produção é a principal e mais difícil parte do que há a fazer. É no decurso desta luta que se criaram os Conselhos Operários.

Não podem prever-se exatamente as formas que, no futuro, tomará a luta dos trabalhadores pela sua libertação. Essas formas dependerão das condições sociais e evoluirão com o crescente poder da classe operária. É e será necessário examinar de que modo esta batalha se desenrolou até ao presente e como adaptou as suas ações às mudanças de circunstâncias. Não seremos capazes de fazer face às necessidades do momento senão através dos ensinamentos, da experiência daqueles que nos precederam e somente encarando-a de uma forma crítica.

Em qualquer sociedade assente sobre a exploração duma classe trabalhadora por uma classe dominante se trava uma luta permanente, cuja parada é a divisão do produto total do trabalho, ou, noutros termos, o grau de exploração. Assim, a Idade Média, como todos os séculos que se lhe seguiram, está cheia de combates incessantes e encarniçados entre os camponeses e os senhores da terra. Na mesma época, pode ver-se a luta da classe burguesa, em ascensão, contra a nobreza e a monarquia, pelo poder sobre a sociedade. É uma luta de classes, de natureza diferente, associada ao crescimento de um novo sistema de produção, proveniente do desenvolvimento da técnica, da indústria e do comércio. É uma guerra entre os senhores da terra e os do capital, entre o sistema feudal em declínio e o sistema capitalista em pleno vôo. Através duma série de convulsões sociais, revoluções políticas e guerras, em Inglaterra, França e, em seguida, noutros países, a classe capitalista conquistou o domínio completo da sociedade.

No regime capitalista, a classe operária deve travar contra o capital duas formas de luta. Travar um combate perpétuo para atenuar a forte pressão da exploração, para fazer aumentar os salários e acrescentar ou manter a sua parte no produto total. Por outro lado deve com o aumento da sua força, conquistar o domínio da sociedade para derrubar o capitalismo e instaurar um novo sistema de produção.

Quando, pela primeira vez, no início da revolução industrial, em Inglaterra, se introduziram máquinas de fiar e depois de tecer, os operários revoltados quebraram-nas. Não eram propriamente operários no sentido atual do termo, quer dizer, assalariados. Tratava-se de pequenos artesãos, até então independentes, reduzidos agora à fome pela concorrência das máquinas, produzindo a baixo preço, e que em vão experimentaram destruir a causa da sua miséria. Em seguida, eles ou os seus filhos, tornaram-se os trabalhadores assalariados, manobrando eles mesmos as máquinas, e a sua posição foi mudada. O mesmo se passou com exércitos de camponeses que, durante todo o século 19, período do desenvolvimento industrial, se amontoaram nas cidades, atraídos por aquilo que lhes parecia bons salários. Na época moderna, são os descendentes dos operários que povoam as fábricas e sê-lo-ão cada vez mais.

Para todos, a luta por melhores condições de trabalho é uma necessidade imediata. Sob pressão da concorrência e para aumentar os lucros, os patrões tentam baixar os salários e aumentar o mais possível os períodos de trabalho. Os trabalhadores, impotentes, ameaçados pela fome, devem submeter-se em silêncio. Depois a resistência explode de repente, sob a única forma possível: a recusa de trabalhar, a greve. Na greve, os trabalhadores descobrem pela primeira vez a sua força; na greve aparece o seu poder

de luta. Da greve nasce a associação de todos os trabalhadores numa fábrica, numa indústria, numa nação. Da greve nasce a solidariedade, o sentimento de fraternidade entre camaradas de trabalho o sentimento de união com toda a classe: é a primeira aurora do que será, um dia, o sol da nova sociedade. A ajuda mútua, aparecendo primeiro sob a forma de coletas espontâneas e benévolas, cedo toma a forma durável dum sindicato.

O desenvolvimento dum sindicalismo sólido exige certas condições. A dura existência em um mundo onde tudo é permitido aos exploradores, onde reinam as proibições e o arbítrio policial, situação herdada em grande parte do período pré-capitalista, deve ser primeiro suavizada, antes de se poderem edificar construções sólidas. Os trabalhadores tiveram de lutar a maior parte do tempo por si mesmos, para que as condições de desenvolvimento do sindicalismo fossem garantidas. Na Inglaterra, foi a campanha revolucionária do cartismo; na Alemanha, meio século mais tarde, a luta da social-democracia, que, impondo o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores, lançaram as bases do desenvolvimento dos sindicatos.

Nos nossos dias existem sólidas organizações, englobando trabalhadores de um mesmo ramo industrial, num mesmo país, mantendo ligações com outros setores da atividade e internacionalmente unidas aos sindicatos de outros países do mundo. O pagamento regular de elevadas cotizações fornece os fundos necessários para a manutenção dos grevistas quando se torna imperioso forçar os capitalistas a conceder, contra sua vontade, condições mais decentes de trabalho aos operários. Os camaradas mais capazes, por vezes vítimas do inimigo na seqüência de lutas passadas, tornam-se os permanentes, fazendo, nas negociações com os investidores capitalistas, o papel de porta-voz dos operários, independentes e conhecendo bem os problemas. Em consequência de uma greve oportunamente desencadeada e sustentada com toda a força do Sindicato, em consequência das negociações que se realizam, podem ser concluídos acordos, assegurando salários mais elevados e uniformes, horários de trabalho mais reduzidos, na medida em que a duração destes não esteja ainda fixada por lei.

Os trabalhadores já não são mais indivíduos impotentes, obrigados pela fome a vender a sua força de trabalho não importa por que preço. Estão agora protegidos pela força da sua própria solidariedade e cooperação, porque cada sindicalizado não só dá uma parte do seu salário para os seus camaradas, como está pronto a arriscar o seu próprio emprego, na defesa da organização e da comunidade sindical. Assim, estabelece-se um certo equilíbrio entre a força operária e a dos patrões. As condições de trabalho deixam de ser impostas pelos interesses todo-poderosos dos capitalistas. Os sindicatos são, pouco a pouco, reconhecidos como representantes dos interesses dos trabalhadores e, ainda que a luta continue necessária, tornam-se uma força que participa nas decisões. Não por toda a parte, nem de um só golpe, nem em todos os ramos da indústria. Os operários especializados são geralmente os primeiros a criar os seus sindicatos. A massa dos operários não especializados, que povoam as grandes fábricas e lutam contra os patrões mais poderosos, só mais tarde o consegue. Os seus sindicatos nascem, sobretudo, no decorrer dum súbita explosão de grandes lutas. Mas contra os monopólios, proprietários de empresas gigantescas, os sindicatos têm poucas chances de sucesso; esses capitalistas todo-poderosos querem ser os senhores absolutos, e a sua arrogância tolera somente o «sindicato amarelo», quer dizer, às suas ordens.

Posta esta restrição de parte e supondo que o sindicalismo esteja plenamente desenvolvido e controle toda a indústria, isso não significa que a exploração esteja abolida e o capitalismo suprimido. São somente o arbítrio do capitalismo isolado e os piores abusos de exploração que estão abolidos. E este estado de coisas corresponde também ao interesse dos outros capitalistas – protege-os contra toda a concorrência

desleal - e ao interesse do capitalismo em geral. O desenvolvimento do poder dos sindicatos permite uma normalização do capitalismo, uma certa norma de exploração é universalmente aceita e estabelecida. Uma norma para os salários, que corresponda às exigências vitais mais modestas e tal que os trabalhadores, empurrados pela fome, não sejam conduzidos à revolta, é necessária para que a produção não se faça aos solavancos. Uma norma para os horários de trabalho, não esgotando de todo a vitalidade da classe operária – ainda que as reduções de horários sejam largamente compensadas pela aceleração da cadência e pela intensidade do esforço – é necessária ao capitalismo em si mesmo; é preciso ter em reserva uma classe operária utilizável pela exploração futura. Foi a classe operária que, com as suas lutas contra a mesquinhez e estreiteza de espírito da capacidade capitalista, contribuiu para estabelecer as condições de um capitalismo normal. Sem parar, deve bater-se para preservar este precário equilíbrio. Os sindicatos são os instrumentos destas lutas, por isso preenchem uma função indispensável no capitalismo. Alguns patrões menos espertos não compreendem isto, mas os seus chefes políticos, mais avisados, sabem muito bem que os sindicatos são um elemento essencial ao capitalismo, e que, sem esta força reguladora que são os sindicatos operários, o poder capitalista não seria completo. Finalmente, se bem que produzidos pelas lutas dos operários e mantidos vivos pelos seus esforços e sacrifícios, os sindicatos tornaram-se órgãos da sociedade capitalista.

Mas com o desenvolvimento do capitalismo, as condições de exploração, pouco a pouco, tornaram-se favoráveis aos operários. O grande capital cresce, toma consciência da sua força e deseja ser sozinho o senhor. Os capitalistas aprenderam também o valor da força que dá a associação; organizam-se em sindicatos patronais. Em lugar da igualdade de forças aparece uma nova forma de superioridade do capital. As greves são contrariadas pelo «*lock-out*», que esgota os fundos aos sindicatos. O dinheiro dos trabalhadores não pode rivalizar com o dinheiro dos capitalistas. Nas negociações sobre salários ou condições de trabalho, os sindicatos estão, mais do que nunca, em posição de inferioridade, porque devem temer (ou tentar evitar) as grandes lutas que esgotem as reservas e, por isso mesmo, põem em perigo a existência bem assente da organização e dos seus funcionários permanentes. Nas negociações, os delegados têm muitas vezes que aceitar uma degradação das condições de vida para evitar a luta. A seus olhos, é inevitável e escusado será dizer, compreendem que as condições mudaram e a força da sua organização na luta baixou relativamente.

Do ponto de vista dos trabalhadores, não é absolutamente evidente que se deva aceitar, em silêncio, condições de trabalho e de vida mais duras; os trabalhadores querem lutar. Aparece então uma contradição. Os funcionários sindicais permanentes parecem possuir o bom-senso por todos. Sabem que os sindicatos estão em posição de fraqueza e que a luta terminará na derrota. Mas os trabalhadores sentem instintivamente que grandes forças permanecem escondidas sob as massas; se ao menos soubessem como pô-las em movimento e como servir-se delas! Compreendem bem que cedendo, agora e sempre, verão a sua situação piorar e que esta degradação só pode ser evitada lutando. Surgem então conflitos entre os filiados dos sindicatos e os seus permanentes. Os sindicalizados protestam contra os novos níveis de salários, sempre favoráveis aos patrões; os delegados defendem os acordos a que chegaram depois de longas e difíceis negociações e tentam fazê-los ratificar. Assim, devem por vezes servir de porta-voz dos interesses do capital contra os dos operários. E, porque são os dirigentes influentes dos sindicatos e põem todo o peso do seu poder e autoridade dum lado, bem determinado, da balança, pode dizer-se que, nas suas mãos, os sindicatos se transformam em órgãos do capital.

O crescimento do capital, o aumento do número de trabalhadores, a necessidade permanente para eles de se associarem, transformaram os sindicatos em organizações gigantes, que exigem um estado-maior, cada vez mais importante, de funcionários e dirigentes. Cria-se uma burocracia que executa o trabalho administrativo; torna-se num poder que reina sobre os sindicalizados, porque todos os elementos de poder estão nas mãos de burocratas sindicais. Estes burocratas sindicais, especialistas, preparam e organizam todas as atividades; ocupam-se das finanças e dispõem do dinheiro em todas as ocasiões; publicam a imprensa sindical, graças à qual podem difundir e impor as suas próprias idéias e pontos de vista pessoais aos restantes filiados. Instala-se uma democracia formal. Reunidos os membros dos sindicatos nas assembléias, os delegados eleitos pelos congressos devem tomar as decisões, exatamente como o povo decide da política por intermédio do parlamento e do estado. Mas as mesmas razões que fazem do parlamento e do governo os senhores do povo, encontram-se nestes parlamentos do trabalho. A burocracia dos especialistas oficiais, dominando todas as coisas, transforma-se numa espécie de governo sindical, reinando sobre os filiados açambarcados pelo seu trabalho e problemas quotidianos. Já não é a solidariedade, essa virtude proletária por excelência, mas a disciplina, a obediência às decisões que lhes é pedida. Surgem então divergências de pontos de vista e de opiniões sobre diversas questões. Crescem do mesmo modo que as diferenças de condições de vida: insegurança de emprego para os trabalhadores sempre ameaçados pelas depressões e pelo desemprego, contrastando com a segurança necessária aos permanentes para uma boa gestão dos assuntos do sindicato.

É tarefa e função do sindicalismo, ao unificar as lutas, fazer sair os trabalhadores da sua miséria e angústia e permitir-lhes conquistar e fazer reconhecer a sua condição de cidadãos e direitos a ela inerentes na sociedade capitalista. Deve defender os operários contra a exploração cada vez maior do grande capital. Mas hoje, o grande capital transforma-se cada vez mais em poder monopolista de bancos, de trustes industriais, e assim se reforça, daqui resulta que esta função primária do sindicalismo desapareceu. O seu poder tornou-se insignificante em relação ao formidável poder do capital. Os sindicatos são hoje organizações gigantes, cujo lugar é reconhecido pela sociedade. A sua posição está regulamentada pela lei; e acordos que façam têm força legal para toda a indústria. Os seus chefes aspiram fazer parte do poder que determina as condições de trabalho. Formam um aparelho, graças ao qual o capitalismo monopolista impõe as suas condições à classe operária inteira. Para o capital, doravante todo-poderoso, é mais vantajoso disfarçar a sua hegemonia sob formas democráticas e Constitucionais, que mostrá-la sob a forma direta e brutal de ditadura. As condições de trabalho que lhe parecem convir aos operários serão respeitadas mais facilmente sob a forma de acordos concluídos com os sindicatos, do que sob a forma de «diktat» imposto com arrogância. Para já, porque deixa aos operários a ilusão de serem senhores dos seus próprios interesses; depois, porque tudo o que liga os operários aos sindicatos (os organismos que eles próprios criaram, pelos quais fizeram tantos sacrifícios, travaram tantas lutas, dispensaram tanto entusiasmo), quer dizer, tudo o que torna os sindicatos queridos ao seu coração, é justamente o que torna os trabalhadores dóceis à vontade dos seus senhores. Assim, as condições que vigoram hoje fizeram que, mais que nunca, os sindicatos se transformassem em órgãos de dominação do capitalismo monopolista sobre a classe operária.

A Ação Direta

Os sindicatos perdem então a sua importância na luta dos operários contra o capital. Mas a luta, em si mesma, não pode cessar. Com o grande capital, as tendências para a crise acentuam-se e a resistência operária tem que desenvolver-se também. As crises econômicas fazem cada vez mais estragos e destroem o que poderia parecer um progresso assegurado. A exploração intensifica-se na esperança de retardar a baixa dos níveis de lucro dum capital que cresce rapidamente. Os trabalhadores terão de resistir sempre. Mas contra o poder grandemente aumentado do capital, os velhos métodos de luta tornaram-se ineficazes. Novos processos são necessários e logo aparecem. Brotam espontaneamente das greves selvagens (ilegais), na ação direta.

A ação direta é a ação dos trabalhadores, aquela que não passa pelo intermediário – os burocratas sindicais. Uma greve diz-se «selvagem» (ilegal ou não oficial) por oposição às greves desencadeadas pelos sindicatos respeitando os regulamentos e as leis. Os trabalhadores sabem que a greve legal carece de efeito; os delegados são forçados a desencadeá-la contra sua vontade e sem que a tenham previsto, talvez pensando intimamente que uma derrota seria lição salutar para os presunçosos operários e sempre tentam pôr-lhe fim o mais rapidamente possível. É por isso que a exasperação explode no meio de grupos, maiores ou menores, de operários e toma a forma de greve selvagem, desde que a opressão se torne muito forte ou as negociações se arrastem sem resultado.

O combate da classe operária contra o capital é impossível sem organização. Esta nasce espontaneamente, imediatamente; não sob a forma de um novo sindicato, é preciso dizê-lo, com direção eleita e regras escritas, sob a forma de parágrafos sucedendo-se em boa ordem. Por vezes acontece assim: os trabalhadores, atribuindo a ineficácia de luta aos defeitos pessoais dos velhos chefes, cheios de furor contra os sindicatos tradicionais, fundam um novo sindicato, à cabeça do qual põem os homens mais capazes e enérgicos. E, com efeito, ao princípio as lutas endurecem, encarniçam-se. Mas com o tempo, ao novo sindicato, se continua pequeno, falta-lhe força, qualquer que seja, de resto, o seu ativismo; se, pelo contrário cresce, a necessidade faz-lhe adquirir as mesmas características dos sindicatos tradicionais. Em consequência das experiências deste tipo, os trabalhadores acabarão por escolher outra via: manter inteiramente nas suas mãos a direção da sua própria luta.

Que se pretende dizer com: «manter inteiramente nas suas mãos a direção da sua própria luta» (ou, se preferirmos, dirigir eles próprios os seus assuntos)? Deve entender-se que toda a iniciativa e decisão emanam dos próprios trabalhadores. Mesmo existindo um comitê de greve – indispensável quase sempre, pois os trabalhadores não podem estar permanentemente reunidos – tudo será feito pelos grevistas. Permanecem ligados, repartindo entre si as tarefas, tomam as medidas que se impõem e decidem diretamente todas as ações a efetuar. A decisão e a ação, ambas coletivas, formam um todo.

A primeira tarefa a executar, a mais importante, é fazer propaganda, numa tentativa de estender a greve. A pressão sobre o capital deve intensificar-se. Em face do gigantesco poder do capital, não somente os operários, tomados individualmente, são impotentes, mas também os grupos de trabalhadores que permaneçam isolados. A única força que está à altura de lutar contra o capital é a que resulta da unificação, firme e resoluta, de toda a classe operária. Os patrões sabem-no ou sentem-no muito bem e a única coisa que os faz ceder e fazer concessões é o medo de que a greve se torne geral.

As hipóteses de sucesso são tanto maiores quanto a vontade dos grevistas seja claramente expressa e o número dos que entram em luta é mais importante.

Tal extensão produz-se porque não se trata da greve de um grupo que está atrasado, vivendo em condições piores que os outros operários tentando elevar-se até ao nível geral. Nas circunstâncias presentes e novas, o descontentamento é geral; todos os trabalhadores se sentem acabrunhados pela dominação do capital, por toda a parte se acumulam motivos para uma exploração social. Não é por terceiros, mas por si mesmos que os trabalhadores entram em luta. Se se sentissem isolados, temendo perder os seus empregos, ignorando as reações dos camaradas, na ausência total de unidade, recuariam perante a ação. Mas, desde que entram na batalha, transformam-se; o medo, o egoísmo são relegados para segundo plano e novas forças jorram – o sentimento comunitário e a própria comunidade, a solidariedade e a abnegação – que despertam a coragem e reforçam a determinação. E elas são contagiosas, o exemplo da luta subleva outros trabalhadores, que sentem nascer em si próprios as mesmas forças, a mesma confiança em si e nos outros. Assim, a greve selvagem, qual fogo numa pradaria, alcança outras empresas e engloba massas cada vez mais numerosas e importantes.

Tal resultado não pode ser obra de um pequeno número de chefes, de funcionários sindicais ou de novos porta-vozes, que se tivessem imposto por si mesmos, se bem que, sem dúvida alguma, a ousadia de alguns intrépidos camaradas possa impulsionar fortemente a ação. É necessário que seja a vontade e o trabalho de todos, o produto da iniciativa coletiva. Os trabalhadores não devem somente agir, é preciso que imaginem, reflitam e decidam por si próprios. Não podem deixar a decisão e responsabilidade a um organismo, um sindicato, que se encarregaria deles. São inteiramente responsáveis pela sua luta, sucesso ou derrota dependem deles somente. Eram homens passivos, tornam-se homens ativos, tomando com decisão o seu próprio destino nas mãos. Eram indivíduos isolados, importando-se apenas consigo mesmos, são agora um grupo unido, fortemente coeso.

As greves espontâneas apresentam ainda outro aspeto importante: a divisão dos trabalhadores em sindicatos distintos é anulada. No mundo sindical as tradições herdadas da época do pequeno capitalismo jogam um importante papel, separam os trabalhadores em corporações muitas vezes rivais, invejosas, e disputando-se sem cessar. Em alguns países, as diferenças políticas e religiosas são também barreiras que conduzem à criação de sindicatos liberais, Católicos, socialistas ou outros, bem individualizados uns dos outros. Na oficina, os membros dos diversos sindicatos encontram-se ombro a ombro. Mas, mesmo no decorrer duma greve permanecem muitas vezes isolados, evitando deixar-se contaminar demasiado por idéias unitárias, deixando o trabalho de fazer acordos, com vista à ação ou às negociações, apenas para as direções sindicais e os delegados. A partir de uma ação direta, estas diferenças de dependência perdem totalmente o seu objetivo e interesse. Porque durante uma luta espontânea a unidade é uma necessidade vital. E esta unidade existe, pois se assim não fosse não existiria a luta. Todos os que trabalham em conjunto numa fábrica, que estão na mesma situação, submetidos à mesma exploração, lutam contra o mesmo patrão e reencontram-se em conjunto na ação comum. A comunidade real é a fábrica, é o pessoal da mesma empresa, constituem uma comunidade natural que efetua um trabalho em comum, cujos membros estão ligados a um destino e partilham interesses comuns. As antigas divergências, resultando de dependências sindicais ou religiosas, apagam-se. Espectros do passado, estão quase esquecidos na realidade viva e nova que constitui a fraternidade na luta coletiva. A consciência vivificante da unidade nova reforça o entusiasmo e o sentimento de força.

Assim nas greves selvagens aparecem algumas características da forma das lutas do futuro: primeiro que tudo, a ação por si mesmo e a iniciativa pessoal, que permitem conservar nas mãos toda a atividade e decisão; em seguida a unidade, que se ri das antigas divisões e se realiza a partir do agrupamento natural que é a empresa. Estas formas surgem não de planos pré-concebidos, mas espontaneamente. Irresistivelmente, impostas pela força superior do capital, contra a qual as organizações tradicionais já não podem seriamente lutar. Mas isto não significa só por si que o vento tenha mudado, que os trabalhadores vão ganhar de certeza. Porque as greves selvagens conduzem a maior parte das vezes à derrota, continuam a ser muito limitadas. Só em alguns casos favoráveis conseguem evitar a degradação das condições de trabalho. A sua importância reside no fato de mostrarem um vivo espírito de luta, que não pode ser reprimido. Sempre essa vontade de se afirmar como homem brota de novo dos instintos profundos de auto-conservação, dos deveres para com a família e os camaradas. Assim se reencontram e desenvolvem a confiança em si mesmo e a consciência de classe. Estas greves selvagens são anunciadoras das grandes lutas do futuro, que, provocadas pelas necessidades sociais importantes, por uma repressão cada vez mais pesada e uma miséria mais profunda, as massas serão forçadas a travar.

Quando as greves selvagens rebentam em larga escala, envolvendo grandes massas, ramos inteiros da indústria, cidades ou regiões, a organização tem de tomar novas formas. É então impossível reunir numa única assembléia para deliberar todos os grevistas. Todavia, mais que nunca, a compreensão mútua é condição da ação comum. Formam-se comitês de greve que agrupam os delegados de todo o pessoal e que discutem permanentemente a situação. Claro que os comitês de greve nada têm de comum com os secretariados sindicais compostos por funcionários. Antes possuem já certas características dos conselhos operários. Nascem da luta, da necessidade de lhe dar unidade, direção e fim. Mas não agrupam líderes no sentido ordinário do termo, pois não têm poder direto algum. Os delegados, que de resto não são sempre as mesmas pessoas nas diferentes sessões, vêm para exprimir a vontade e opinião dos grupos que os escolheram. Porque esses grupos não apóiam senão uma ação em que a sua vontade se pode manifestar. Por conseqüência, os delegados não são simples mensageiros dos grupos mandatários; têm um papel preponderante na discussão, encarnam as convicções dominantes. Nas reuniões dos comitês, as opiniões são discutidas, examinadas à luz das circunstâncias; os resultados das deliberações e as resoluções são retransmitidos pelos delegados aos grupos de grevistas reunidos. É por seu intermédio que o pessoal da fábrica, ele mesmo, pode tomar parte nas deliberações e decisões. É assim que, no caso de importantes massas de grevistas, a unidade de ação está assegurada.

Bem entendido, esta unidade de ação não significa que cada grupo se curve sem pestanejar às decisões do comitê de greve. Nenhum regulamento escrito confere tal poder de decisão ao comitê. A unidade na luta não é um regulamento determinando uma utilização judiciosa de competências, mas uma resposta espontânea às exigências da situação, numa atmosfera de ação apaixonada. Os trabalhadores decidem por si mesmos, não em virtude de um direito que lhes fosse conferido por regulamentos por eles aceites, mas simplesmente porque decidem verdadeiramente dos seus atos. Pode mesmo acontecer que os argumentos apresentados por um grupo não consigam convencer os outros, mas que isso acabe por conduzir finalmente à decisão, pela força da sua ação e do seu exemplo. A autodeterminação dos trabalhadores em luta não é uma dessas exigências deduzida do estudo teórico, a partir de discussões sobre a necessidade e possibilidade da sua utilização, é simplesmente a constatação de um fato decorrendo da prática. Muitas vezes tem sucedido no decurso de grandes movimentos sociais – e sem dúvida alguma voltará a suceder – que as ações efetuadas não correspondam às decisões

tomadas. Por vezes os comitês centrais lançam um apelo à greve geral e só são seguidos aqui e além por pequenos grupos. Algures, os comitês pesam tudo minuciosamente, sem se aventurarem a tomar uma decisão, e os trabalhadores desencadeiam uma luta de massas. É possível também que os mesmos trabalhadores que estavam resolvidos a fazer greve com todo o entusiasmo, recuem no momento de agir, ou, inversamente, que uma prudente hesitação se reflita nas decisões e que de repente, por ação de forças interiores ocultas, uma greve não decidida estale irreversivelmente. Enquanto os trabalhadores nada têm de comum com os secretariados sindicais compostos por funcionários. Antes possuem já certas características dos conselhos operários. Nascem da luta, da necessidade de lhe dar unidade, direção e fim. Mas não agrupam líderes no sentido ordinário do termo, não têm poder direto algum. Os delegados, que de resto não são sempre as mesmas pessoas nas diferentes sessões, vêm para exprimir a vontade e opinião dos grupos que os escolheram. Porque esses grupos não apóiam senão uma ação em que a sua vontade se pode manifestar. Por consequência, os delegados não são simples mensageiros dos grupos mandatários; têm um papel preponderante na discussão, encarnam as convicções dominantes. Nas reuniões dos comitês, as opiniões são discutidas, examinadas à luz das circunstâncias; os resultados das deliberações e as resoluções são retransmitidos pelos delegados aos grupos de grevistas reunidos. É por seu intermédio que o pessoal da fábrica, ele mesmo, pode tomar parte nas deliberações e decisões. É assim que, no caso de importantes massas de grevistas, a unidade de ação está assegurada.

Bem entendido, esta unidade de ação não significa que cada grupo se curve sem pestanejar às decisões do comitê de greve. Nenhum regulamento escrito confere tal poder de decisão ao comitê. A unidade na luta não é um regulamento determinando uma utilização judiciosa de competências, mas uma resposta espontânea às exigências da situação, numa atmosfera de ação apaixonada. Os trabalhadores decidem por si mesmos, não em virtude de um direito que lhes fosse conferido por regulamentos por eles aceites, mas simplesmente porque decidem verdadeiramente os seus atos. Pode mesmo acontecer que os argumentos apresentados por um grupo não consigam convencer os outros, mas que isso acabe por conduzir finalmente à decisão, pela força da sua ação e do seu exemplo. A autodeterminação dos trabalhadores em luta não é uma dessas exigências deduzida do estudo teórico, a partir de discussões sobre a necessidade e possibilidade da sua utilização, é simplesmente a constatação de um fato decorrendo da prática. Muitas vezes tem sucedido no decurso de grandes movimentos sociais – e sem dúvida alguma voltará a suceder – que as ações efetuadas não correspondam às decisões tomadas. Por vezes os comitês centrais lançam um apelo à greve geral e só são seguidos aqui e além por pequenos grupos. Algures, os comitês pesam tudo minuciosamente, sem se aventurarem a tomar uma decisão, e os trabalhadores desencadeiam uma luta de massas. É possível também que os mesmos trabalhadores que estavam resolvidos a fazer greve com todo o entusiasmo, recuem no momento de agir, ou, inversamente, que uma prudente hesitação se reflita nas decisões e que de repente, por ação de forças interiores ocultas, uma greve não decidida estale irreversivelmente. Enquanto os trabalhadores, na sua maneira consciente de pensar, utilizam velhas palavras de ordem e velhas teorias que se exprimem nos seus argumentos e opiniões, dão provas, no momento da decisão de que depende a sua felicidade ou infelicidade, duma intuição profunda, duma compreensão instintiva das condições reais, que finalmente determina os seus atos. Isso não significa que essas intuições sejam sempre um guia seguro; as pessoas podem ser induzidas em erro pela impressão que têm das condições exteriores. Mas são essas intuições que conduzem à decisão. Não se podem substituir por uma orientação exterior, por anjos da guarda, por mais hábeis que fossem, que dirigiriam os

grevistas. É necessário que estes tirem da sua própria experiência de luta, dos seus sucessos como dos fracassos, dos esforços que fizeram, o ensinamento que lhes permita adquirir a capacidade necessária à defesa dos seus próprios problemas.

Assim, as duas formas de organização e de luta opõem-se. A antiga, a dos sindicatos e greves regulamentadas; a nova, a das greves espontâneas e dos conselhos operários. Isto não significa que a primeira seja um dia, simplesmente, substituída pela segunda. Formas intermédias poderão imaginar-se. Estas constituiriam tentativas de corrigir os males e fraquezas do sindicalismo, salvaguardando os seus bons princípios; por exemplo, atenuar o dirigismo de uma burocracia permanente, evitar aprofundar o fosso criado pela estreiteza de vistas e interesses «de capelinha», preservar e utilizar a experiência de lutas passadas. Isto poderia fazer-se reagrupando, depois duma greve, o núcleo dos melhores militantes num único sindicato. Em qualquer lado onde uma greve rebentasse espontaneamente, esse sindicato estaria presente com os seus organizadores, e propagandistas experientes. Assistiriam as massas inexperientes com o seu conselho, instruí-las-iam, defendê-las-iam e organizá-las-iam. Deste modo, cada luta marcaria um progresso na organização, mas no sentido do desenvolvimento da unidade de classe.

O grande sindicato americano IWW¹ é um exemplo de tal organização. Criado nos fins do último século, este sindicato, que se opunha à AFL², sindicato conservador dos operários especializados com salários elevados, corresponde às condições particulares dos EUA. Em parte resultado de duras batalhas travadas por mineiros e lenhadores, pioneiros independentes que partiram à conquista das regiões selvagens do faroeste, contra o grande capital que tinha monopolizado ou saqueado as riquezas das florestas e dos solos, era também o resultado das greves da fome efetuadas por massas de emigrantes miseráveis, originários da Europa de Leste e do Sul, amontoados e explorados nas minas de carvão, nas fábricas e cidades do Este dos Estados Unidos, desprezados e abandonados pelos sindicatos tradicionais. Os I. W. W. forneceram a esses trabalhadores chefes e agitadores experimentados, que lhes mostraram como lutar contra o terrorismo da polícia, que os defenderam perante a opinião pública e os tribunais, que lhes deram uma consciência mais ampla das sociedades do capitalismo e da luta de classes. Nessas lutas gigantescas, dezenas de milhar de novos membros aderiram aos IWW.. Hoje mais não resta que um punhado de militantes. Esse «grande sindicato único» (one big union) estava adaptado ao crescimento selvagem do capitalismo americano, na época em que este construía o seu poder, esmagando massas formadas de pioneiros individuais.

Formas similares de luta e organização poderão aparecer, aqui ou além, e espalhar-se quando, no decurso de grandes greves, os trabalhadores despertarem sem terem ainda confiança suficiente para tomarem em mãos os seus próprios assuntos. Mas isso não passará duma forma transitória. Com efeito, existe uma diferença fundamental entre as condições de luta futura na grande indústria e as da América de outrora. Ontem era a ascensão do capitalismo, amanhã será o seu declínio. Ontem, tinha de contar-se com a independência feroz de pioneiros ou o egoísmo primitivo de emigrantes à procura de meios de existência, quer dizer, com a expressão de um Individualismo pequeno-burguês que ia ser esmagado sob o jugo da exploração capitalista. Amanhã, as massas habituadas à disciplina durante toda a vida, pelas máquinas e pelo capital, estreitamente ligadas ao aparelho produtivo, técnica e mentalmente, organizarão a utilização deste aparelho em novas bases: as da colaboração. Os trabalhadores tornaram-se proletários completos, em quem toda a sobrevivência de individualismo pequeno-burguês foi

¹ IWW: Industrial Workers of the World (Operários da Indústria do Mundo).

² AFL: American Federation of Labour (Federação Americana do Trabalho).

apagada há muito tempo pelo hábito de trabalho em comum. As forças neles escondidas, que são a solidariedade e a dedicação, esperam somente por grandes lutas, para se transformarem em princípios orientadores da vida. Então, mesmo as camadas mais oprimidas da classe operária, aquelas que só com hesitação se juntam aos camaradas, quererão seguir o seu exemplo e sentirão crescer nelas as novas forças comunitárias. Compreenderão então que a luta pela liberdade não só requer a sua adesão, mas também exige que desenvolvam a sua atividade própria e a confiança em si mesmos. Ultrapassando assim as formas intermediárias de autodeterminação parcial, o progresso tomará definitivamente o caminho que leva à organização em conselhos.

A Ocupação de Fábrica

Com as novas condições impostas pelo capitalismo, uma nova forma de luta por melhores condições de trabalho apareceu: a ocupação da fábrica, geralmente chamada greve de ocupação, com suspensão do trabalho, mas permanecendo os trabalhadores no local. Não foi inventada por teóricos, surgiu espontaneamente de necessidades práticas: a teoria mais não faz que explicar depois as suas causas e conseqüências. Durante a crise mundial de 1930, o desemprego era tão generalizado e persistente que se desenvolveu uma espécie de antagonismo de classe entre o pequeno número de privilegiados que trabalhavam e a massa dos sem trabalho. Toda a greve normal contra a redução dos salários se tornara impossível, porque as fábricas, uma vez evacuadas pelos grevistas, eram imediatamente invadidas pela massa daqueles que no exterior esperavam trabalho. Assim, a recusa de trabalhar em condições piores trouxe a obrigação de se soldar ao local de trabalho, ocupando a fábrica.

Tendo surgido assim de circunstâncias particulares, a greve de ocupação revelou, contudo algumas características que lhe valeram ser considerada em seguida como expressão duma forma de luta que permitia ir bastante mais longe. Exprime a formação de uma unidade mais sólida. Na greve tradicional, a comunidade dos trabalhadores destrói-se ao deixar a fábrica. Dispersos pelas ruas ou nas suas casas, afogados no meio de outras pessoas, são indivíduos isolados. Para discutir ou tomar decisões, necessitam reunir-se em salas de reuniões, nas ruas ou praças públicas. Muitas vezes a polícia e as autoridades tentam dificultar ou mesmo proibir essas reuniões, mas os trabalhadores defendem com energia esse direito, porque no seu pensamento batem-se com os meios legais por objetivos legítimos. E por outro lado a legalidade da prática sindical é geralmente reconhecida pela opinião pública.

Mas quando essa legalidade não é reconhecida, quando o poder sempre crescente do grande capital sobre o Estado contesta o emprego de salas ou praças publicas para tais assembléias, os trabalhadores, se querem lutar, têm de afirmar os seus direitos, tomando-as. Na América, cada greve era regularmente acompanhada de tumultos contínuos com a polícia, para o emprego das ruas e salas como locais de reunião. As greves de ocupação libertaram os trabalhadores desta necessidade, porque têm agora o direito de se reunir no local adequado: a fábrica. Ao mesmo tempo, a greve torna-se verdadeiramente eficaz, porque é impossível aos furadores de greves tomarem o seu lugar.

Naturalmente isto não se consegue sem novos e duros combates. Os capitalistas, proprietários das fábricas, consideram a ocupação pelos grevistas como uma violação da sua propriedade; apoiando-se neste argumento jurídico, apelam para a polícia desalojar os trabalhadores. Com efeito, do ponto de vista estritamente jurídico, a ocupação de fábrica está em conflito com o direito formal, como toda a greve está em conflito com esse direito. De fato, os patrões fazem regularmente apelo a esse direito formal. Acusam os trabalhadores de romper o contrato de trabalho, o que lhes dá, dizem eles, o direito de substituir os grevistas por outros operários. Contudo e contra esta lógica jurídica, as greves continuaram, desenvolveram-se mesmo, porque eram uma forma de luta necessária.

O direito formal, de fato, não representa a realidade interna do capitalismo, mas tão somente as suas formas exteriores, às quais se agarram a burguesia e o espírito jurídico. O capitalismo, na verdade, não é um mundo de indivíduos assinando contratos

em plena igualdade, como nos querem fazer crer, é antes um mundo de classes em luta. Quando a força dos trabalhadores era demasiado fraca, as concepções burguesas do direito formal eram importantes, os grevistas, considerados como tendo rompido o contrato de trabalho, eram, por consequência, despedidos e substituídos por outros. Mas nos locais onde a luta sindical conquistara o direito de vida, uma nova concepção jurídica mais justa apareceu: uma greve não é uma ruptura, uma cessação, mas uma suspensão temporária do contrato, com o objetivo de regular um conflito sobre condições de trabalho. Teoricamente os juristas podem não aceitar este ponto de vista, mas a sociedade o faz praticamente.

Deste modo, a ocupação de fábrica afirmou-se como um método de luta, por toda a parte onde era necessária e os trabalhadores capazes de resistir. Os capitalistas e juristas bem podiam titubear a propósito de violação do direito de propriedade, mas os trabalhadores continuavam a pensar que não se tratava de atacar esse direito, mas somente suspender-lhe temporariamente os efeitos. A ocupação de fábrica não é uma expropriação. É somente para o capitalista, uma suspensão momentânea do direito de dispor da fábrica. Depois de resolvida a disputa, torna a ser o senhor e indiscutível proprietário.

Mas a ocupação da fábrica é ainda qualquer coisa mais. Como fulgurante flash que iluminasse o horizonte, fez surgir uma visão dum desenvolvimento futuro. Pela ocupação, os trabalhadores inconscientemente demonstram que a sua luta entrou numa nova fase. Aqui se afirma os seus sólidos laços de interesse, sob a forma duma organização no seio da fábrica e ao mesmo tempo essa unidade natural, que não pode dissolver-se em individualidades distintas. Aqui os trabalhadores tomam consciência das suas apertadas ligações com a fábrica. Para eles não é apenas um edifício pertencendo a alguém aonde vêm trabalhar para seu único proveito, sujeitos inteiramente à sua vontade até que os despeça. Para eles, pelo contrário, a fábrica é um aparelho produtivo que fazem andar, um órgão que só se torna parte viva da sociedade através do seu trabalho. Nada do que lhe diga respeito lhes é estranho, estão lá como em sua casa, bem mais que os proprietários nos termos da lei, os acionistas que nem sequer sabem onde ela fica. Na fábrica tomam consciência do conteúdo da sua vida, do seu trabalho produtivo, da sua comunidade de trabalho, dessa coletividade que transforma a fábrica num organismo vivo, num elemento do conjunto social. Através da ocupação aparece o sentimento, ainda vago, de que devem ser inteiramente os senhores da produção, que devem expulsar os intrusos: os capitalistas que só dão ordens, que fazem mau uso das riquezas da humanidade, esbanjando-as e devastando a Terra. E na difícil luta que será necessária travar para eliminá-los, às fábricas caberá um papel essencial, primeiramente como unidades de base da organização comum, mas talvez também como praças fortes, como pontes de apoio, mesmo até como objetivos estratégicos das lutas. Por oposição a estes laços naturais que unem os trabalhadores às fábricas, o reino do capital aparece como um domínio artificial, imposto do exterior, sem dúvida em plena força no momento presente, mas como que suspenso no ar, enquanto que a força dos trabalhadores, crescendo sem cessar, está firmemente enraizada na terra. Assim, nas ocupações das fábricas desenha-se esse futuro que: repousa na consciência mais clara de que as fábricas pertencem aos operários, formando um conjunto harmonioso, e que a luta será levada até ao fim nas e pelas fábricas.

As Greves Políticas

Todas as grandes greves operárias do século passado tiveram outros motivos além de salários e melhores condições de trabalho. Ao lado das chamadas greves econômicas, estalaram as greves políticas. O seu objetivo era obter ou impedir uma medida política. Não eram dirigidas contra os patrões, mas contra o governo do Estado, para levá-lo a conceder mais direitos políticos aos trabalhadores ou dissuadi-los de enveredar por uma via que lhes seria prejudicial. Assim podia mesmo acontecer que os patrões estivessem de acordo com esses objetivos e favorecessem a greve.

No capitalismo é necessário reconhecer à classe operária uma certa igualdade social e um certo número de direitos políticos. A produção industrial moderna assenta sobre técnicas complexas que advêm dum saber altamente desenvolvido; exige por isso dos trabalhadores uma colaboração pessoal atenta e o seu acordo para porem em ação as suas capacidades. Não se lhes pode pedir, como no caso dos *coolies*³, ou dos escravos, que vão até ao esgotamento das suas forças utilizando a coação física, o chicote ou a violência. A resposta seria igualmente dura: a sabotagem das máquinas. A coação deve ser interiorizada, utilizar meios de pressão moral, fazendo apelo à responsabilidade individual. Os trabalhadores não devem sentir-se escravos impotentes e irritados, devem possuir meios para se oporem aos males que se tenta infligir-lhes. Devem sentir-se livres – livres para venderem a sua força de trabalho – e que vão até ao esgotamento das suas forças porque são eles – formalmente e na aparência – que determinam a sua própria sorte na competição geral. Se se quer que a classe operária continue a existir, é necessário reconhecer-lhe, não somente a liberdade pessoal e jurídica proclamada pelo direito burguês, mas também os direitos e liberdades particulares: direito de associação, direito de reunião, direito sindical, liberdade de expressão, liberdade de imprensa. E todos esses direitos políticos devem ser protegidos pelo sufrágio universal: os trabalhadores devem poder exercer influência sobre o parlamento e sobre a fabricação das leis.

O capitalismo começou por recusar estes direitos. Foi ajudado pelo despotismo herdado do passado e pelo atraso mental dos governantes no poder. Começou por tentar transformar os trabalhadores em vítimas impotentes da exploração. Somente pouco a pouco, na seqüência de lutas ferozes contra essa opressão desumana, alguns direitos foram arrancados. Nas suas origens, o capitalismo temia a hostilidade das classes inferiores; artesãos empobrecidos pela concorrência das máquinas, operários reduzidos à fome pelos seus baixos salários. O direito de voto era reservado estritamente às classes ricas. Mais tarde quando o capitalismo estava solidamente instalado, quando os lucros foram suficientes e o domínio estava assegurado, as restrições ao direito de voto desapareceram progressivamente. Mas foi somente sob coação de uma forte pressão dos trabalhadores e muitas vezes depois de duros combates. As batalhas pela democracia são, no século 19, o essencial da política interna dos países onde o capitalismo estava instalado. E começou pela Inglaterra.

Em Inglaterra, o sufrágio universal era uma das exigências principais da carta apresentada pelos trabalhadores ingleses do «movimento cartista». Foi o primeiro e mais glorioso período de luta da classe operária inglesa. A agitação que então se

³ Colonos índios ou chineses em colónias europeias.

desenvolveu jogou um papel importante para forçar os proprietários da terra, detentores do poder, a ceder à pressão do movimento pelas reformas que, simultaneamente, lançavam os capitalistas industriais, cuja força estava em desenvolvimento. O Reform Act de 1832 reconheceu aos investidores industriais uma parte do poder político, mas os operários regressaram a casa de mãos vazias e tiveram de continuar a lutar. O movimento cartista atingiu o seu apogeu em 1839, quando foi decidido que o trabalho cessaria até que as reivindicações fossem satisfeitas. Foi o que se chamou: o mês sagrado.

Os trabalhadores ingleses foram, assim, os primeiros a brandir a ameaça duma greve política, arma nova na sua luta. Mas a greve não se realizou e, em 1842, a que foi desencadeada teve de ser interrompida sem resultado. Não tinha podido fazer vergar o poder, agora aumentado, da classe dirigente, que agrupava então os senhores das terras e os donos das fábricas. Só uma geração mais tarde, após um período de prosperidade e expansão industrial sem precedentes, a propaganda pelos direitos políticos reaparece, desta vez sob o impulso dos sindicatos agrupados na Associação Internacional dos Trabalhadores (a primeira Internacional, a de Marx e Engels). A opinião pública burguesa já estava agora preparada para estender gradualmente o direito de voto à classe operária.

Em França, desde 1848, o sufrágio universal fazia parte da constituição republicana, se bem que o governo dependesse sempre, mais ou menos, do apoio da classe operária. Na Alemanha, nos anos de 1866-1870, a fundação do Império correspondia a um desenvolvimento febril do capitalismo que subvertia a população inteira; o sufrágio universal parecia ser um meio de garantir o contato permanente com o conjunto do povo. Mas em muitos outros países, a classe dominante, e por vezes apenas uma parte privilegiada desta, agarrava-se firmemente ao seu monopólio político. Nesta situação as campanhas pelo direito de voto apresentavam-se como ponto de partida para a conquista do poder político e da liberdade. Elas arrastaram um número cada vez maior de trabalhadores a participar na atividade política e na sua organização. Por outro lado, o medo do domínio pelo proletariado aprofundou a resistência da classe dominante. Sob a sua forma jurídica e legal, o problema parecia sem esperança de solução favorável às massas: o sufrágio universal não podia ser concedido por um voto legal, no parlamento, quer dizer por deputados escolhidos pela maioria dos privilegiados, e que eram assim convidados a destruir as suas próprias bases. Daqui resultava que o fim só podia ser atingido por meios extraordinários, por uma pressão exterior e finalmente por greves políticas em massa. Um exemplo clássico é a greve pelo direito de voto que houve na Bélgica em 1893. De fato é instrutivo.

Na Bélgica, um sufrágio censitário restrito permitia a uma súpria de conservadores do partido clerical deter eternamente o poder governamental. As condições de trabalho nas minas de carvão e nas fábricas eram notoriamente as piores da Europa e levavam freqüentemente a explosões de cólera que se traduziam em greves. A extensão do direito de voto considerado como um meio de reforma social, muitas vezes proposta como tal por alguns parlamentares liberais, era sempre recusada pela maioria conservadora. Então o Partido Operário, que conduzia a agitação, que se organizava e preparava para este tipo de ação há anos, decidiu uma greve geral. Esta greve tinha por fim fazer pressão sobre o Parlamento durante a discussão de uma proposta de lei sobre um novo modo de eleição. Devia demonstrar o grande interesse que nela tinham as massas e a sua firme vontade: estas não hesitariam em abandonar o seu trabalho, para prestarem toda a sua atenção a esta questão fundamental. A greve devia também incitar todos os elementos indiferentes, quer trabalhadores, quer pequeno-burgueses, a tomar parte no que, para eles, era de interesse vital. Devia igualmente mostrar, aos dirigentes

«limitados», o poder social da classe operária, devia fazer-lhes compreender que os trabalhadores estavam fartos de estar sob tutela. Claro que a maioria parlamentar começou por resistir, recusando inclinar-se perante pressões exteriores, querendo decidir em plena consciência. Fez ostensivamente retirar o projeto de sufrágio universal da ordem do dia e pôs-se a debater outros problemas. Entretanto, a greve estendia-se cada vez mais; parou toda a produção, o mesmo aconteceu com os transportes e os serviços públicos, tão ciosos, habitualmente, do dever, foram atingidos. O funcionamento ao aparelho governamental ficou perturbado e no mundo dos negócios, onde começava a manifestar-se uma inquietação crescente, pensava-se em voz alta que era menos perigoso satisfazer as exigências dos grevistas que correr para a catástrofe. Também a determinação dos parlamentares começou a enfraquecer; sentiam que tinham de escolher entre ceder ou esmagar a greve com a intervenção do exército. Mas poder-se-ia, neste caso, ter confiança nos soldados? A sua resistência teve, pois, que se vergar, a sua alma e consciência modificar-se e, finalmente, aceitaram e votaram o projeto. Os trabalhadores, graças à sua greve política, tinham alcançado o seu fim e obtido o seu direito político fundamental.

Depois de um tal sucesso, muitos trabalhadores e os seus porta-vozes pensaram que esta nova arma, tão eficaz, poderia ser utilizada mais frequentemente para obter reformas importantes. Mas tiveram que mudar de tom. A história do movimento operário conheceu mais greves políticas seguidas de insucessos que de sucessos. Este gênero de greves procura impor a vontade dos trabalhadores a um governo da classe capitalista. É uma espécie de revolta, de revolução, que desperta o instinto de conservação da classe dominante e a leva à repressão. Estes instintos só são reprimidos quando uma parte da própria burguesia se sente incomodada pelo arcaísmo das instituições políticas e sente necessidade de reformas. As ações das massas operárias tornam-se então um instrumento de modernização do capitalismo. A greve resulta porque os trabalhadores estão unidos e cheios de entusiasmo, face a uma classe proprietária dividida. Paradoxalmente, ela pode atingir o seu fim, não porque a classe capitalista esteja fraca, mas porque o capitalismo está forte. O capitalismo saiu reforçado da greve belga, porque o sufrágio universal, que assegura, no mínimo, a igualdade política, permite-lhe enraizar-se mais profundamente na classe operária. O direito de voto é inseparável do capitalismo evoluído, porque os trabalhadores precisam de eleições, como, aliás, dos sindicatos, para assegurar a sua função na sociedade capitalista.

Mas se agora os trabalhadores crêem ser capazes de impor a sua vontade, contra os reais interesses dos capitalistas, em certos pontos mesmo menores, deparam com uma classe dominante sólida como um bloco. Sentem-no instintivamente e permanecem indecisos e divididos, porque não têm para conduzi-los projetos precisos, que anulariam todas as indecisões. Verificando que a greve não é geral, cada grupo torna-se por sua vez hesitante. Voluntários vindos de outras classes sociais oferecem-se para assegurar os serviços de urgência e as trocas; sem dúvida não são capazes de fazer andar a produção, mas a sua atitude desencoraja, mesmo que pouco, os grevistas. A proibição de reuniões, o deslocamento das forças armadas, a lei marcial, mostram a força do governo e a vontade de utilizá-la. A greve começa então a apodrecer e deve terminar, por vezes com consideráveis perdas e muitas desilusões para as organizações vencidas. Na sequência de experiências como estas, os trabalhadores puderam dar-se conta de que o capitalismo tem forças internas que lhe permitem resistir a esses assaltos mesmo massivos e organizados. Mas ao mesmo tempo sentem, com certeza, que as greves de massas, se são feitas no momento próprio, permanecem uma arma eficaz.

Esta idéia foi confirmada pela primeira revolução russa de 1905. Ela mostrou que as greves de massas podiam ter um caráter inteiramente novo. A Rússia da época ainda

só estava nos começos do capitalismo; contava-se apenas com algumas fábricas nas grandes cidades, mantidas essencialmente por capital estrangeiro e subsídios do Estado, onde camponeses esfaimados se amontoavam na esperança de se tornarem trabalhadores industriais. Os sindicatos e as greves eram proibidas. O governo era primitivo e despótico. O Partido Socialista, composto por intelectuais e operários, tinha de combater por aquilo que as revoluções burguesas da Europa haviam já obtido: a supressão do absolutismo e a introdução de direitos e leis constitucionais. Por este fato, a luta dos trabalhadores russos só podia ter um caráter espontâneo e caótico. Começou por greves selvagens, protestando contra as miseráveis condições de trabalho. Foram duramente reprimidas pelos cossacos e pela polícia. A luta tomou então um caráter político,

A Revolução Russa

A Revolução russa é um momento importante no desenvolvimento do movimento operário. Em primeiro lugar, tal como já o indicamos, porque vieram a manifestar-se novas formas de greve política durante a mesma. Em segundo lugar, e muito mais ainda, porque nesta ocasião surgiram novas formas de organização dos trabalhadores em luta, os sovietes ou Conselhos Operários. Em 1905 a sua existência, como fenômeno efêmero, passou quase despercebida e os sovietes desapareceram ao mesmo tempo em que a atividade revolucionária. Em 1917 surgiram de novo, mas com uma potência incrementada. Nesta ocasião, os trabalhadores da Europa ocidental compreenderam a importância destas novas formas organizacionais e o papel que os sovietes deviam desempenhar nas lutas de classes que se produziram neste continente depois da Primeira Guerra Mundial.

No essencial, os sovietes eram simplesmente comitês de greve, como os que se formam sempre durante as greves selvagens. Na Rússia, ao produzir-se as greves nas fábricas e alcançar mui rapidamente as cidades e províncias, os operários deviam manter-se em contato de forma permanente. Reuniam-se e discutiam nos lugares de trabalho, de modo regular, ao rematar a jornada laboral e, nos momentos de crise, incluso durante todo o dia sem interrupção. Enviavam delegados às demais fábricas e aos sovietes centrais, para intercambiar informações, discutir os problemas, tomar decisões e examinar as novas tarefas.

Mas estas últimas revestiam agora outra amplitude que nas greves ordinárias. Os trabalhadores tinham que desfazer-se da pesada opressão do czarismo; sentiam que, por meio da sua ação, a sociedade russa ia mudando nos seus fundamentos. Deviam considerar não somente os salários e as condições que reinavam nos lugares de trabalho, senão também todas as questões vinculadas à sociedade em sentido amplo. Tinha que encontrar por si mesmos o seu próprio caminho nestes domínios, e tomar decisões sobre questões políticas. Quando a greve estourou, estendendo-se a todo o país, detendo toda a indústria e o transporte e paralisando as funções do governo, os sovietes se encontraram diante de novos problemas. Tinha que regularizar a vida social, atender à segurança e à ordem, velar pelo bom funcionamento dos serviços públicos indispensáveis; em poucas palavras, desempenhar funções que ordinariamente som as dos governos. O que eles decidiam, os operários o executavam, enquanto que o governo legal e a polícia se cuidavam muito de não intervir, conscientes da sua impotência frente às massas sublevadas. Então os delegados doutros grupos sociais, dos intelectuais, dos camponeses, dos soldados, vieram rapidamente a unir-se aos sovietes centrais e a participar tanto nos debates como nas decisões. Mas toda esta potência foi como um clarão na noite, um pouco como o passo dum cometa. Quando o governo zarista logrou finalmente reunir as suas tropas e liquidar o movimento, os sovietes desapareceram.

Assim aconteceu em 1905. Em 1917, as derrotas militares e a fome que reinavam nas cidades tinham debilitado a autoridade governamental e os soldados, tal como os camponeses, participam já na ação. Além dos conselhos operários das cidades, formaram-se conselhos de soldados no exército; os oficiais que se opunham a que os sovietes formaram o poder foram fuzilados, para evitar a anarquia total. Durante seis meses, políticos e chefes militares esforçaram-se por impor novos Governos, mas em vão; em adiante, os sovietes apoiados pelos diferentes partidos socialistas, eram donos da sociedade.

Deste modo, os soviets encontravam-se ante uma nova tarefa. Órgãos da Revolução até então, deviam agora transformar-se em órgãos da reorganização social. As massas tinham o poder e, por suposto, punham-se a planificar a produção de acordo com as suas necessidades e interesses vitais. Como sempre nestes casos, os seus desejos e atos não estavam determinados em absoluto por doutrinas inculcadas, senom pela sua mentalidade de classe, pelas suas condições de vida. Quais eram estas condições? Rússia estava no período agrícola primitivo, e não conhecia mais que um começo de desenvolvimento industrial. As massas populares estavam formadas por camponeses incultos, dominados espiritualmente por um clero carregado de riquezas, e os operários industriais estavam unidos por mil laços aos seus velhos povos. Os soviets camponeses criaram-se por todas partes, foram, pois, comitês de camponeses que se governavam por si mesmos, ocupavam as grandes propriedades e as dividiam. A situação evolucionava cara uma generalização da pequena propriedade privada e manifestava-se já uma diferença entre proprietários, entre camponeses ricos e influentes e agricultores pobres e pouco escutados.

Nas cidades, em câmbio, estava excluída toda possibilidade de desenvolvimento da indústria capitalista privada, dada a falta duma burguesia de certa importância. Os trabalhadores aspiravam sem dúvida a uma certa forma de produção socialista, a única viável em tais circunstâncias. Mas o seu espírito e a sua mentalidade, modificadas só superficialmente pelos começos do capitalismo, escassamente lhes permitiam levar a cabo a tarefa do momento: organizar eles mesmos a produção. Pelo que os elementos que iam à sua cabeça, os militantes socialistas do partido bolchevique, disciplinados e endurecidos por anos de luta ao serviço da causa, viram-se transformados de chefes da Revolução em dirigentes da reconstrução. Por outro lado, para evitar que estas tendências da classe obreira não fossem barridas pela carreira cara a pequena propriedade, procedente do campo, era necessário um governo forte e centralizado, capaz de contradizer estas tendências camponesas. Devia acometer-se uma tarefa imensa: organizar a indústria e a defesa contra os ataques da contra-Revolução, cortar de raiz a resistência dos camponeses, mais ou menos favoráveis ao capitalismo, e inculcar-lhes ideais científicos modernas no lugar das crenças arcaicas; todo isto exigia que os elementos mais aptos entre os operários, os intelectuais e os antigos funcionários e oficiais que tinham aceitado colaborar com eles, se encontraram no seio do Partido Bolchevique, o novo órgão dirigente. O Partido transformou-se em Governo. Os soviets perderam progressivamente a sua qualidade de órgãos mediante os que se expressava a autodeterminação das massas, e viram-se reduzidos ao nível de simples engrenagens do aparelho governamental. Não obstante, manteve-se o nome de República dos soviets para camuflar esta evolução, e o partido dirigente manteve o nome de Partido Comunista.

O sistema de produção que se desenvolveu na Rússia é um socialismo de Estado. É uma produção organizada na que o Estado é o patrono universal, o dono do aparelho produtivo. Os trabalhadores já não som donos dos meios de produção, ao igual que no capitalismo ocidental. Recebem um salário e som explorados pelo Estado, que é o capitalista único (e de que talha!). É por isto pelo que o nome de capitalismo de Estado pode definir adequadamente este sistema. O conjunto da burocracia dos funcionários, que dirige e governa o país, é o verdadeiro proprietário das fábricas. Forma a classe possuidora. Os seus membros som, de fato, os proprietários dos meios de produção, não por separado, tendo cada um direito à sua parte, senom coletivamente, todos juntos. A eles correspondia cumprir com a função e a tarefa que foram levadas a cabo na Europa ocidental e Norteamérica pela burguesia: desenvolver a indústria e a produtividade do trabalho, assim como transformar a Rússia de país agrícola e bárbaro em país civilizado,

moderno, é dizer, possuidor duma grande indústria. A isto se dedicavam. E, rapidamente, no curso de uma guerra de classes, geralmente cruel, entre camponeses e dirigentes, grandes empresas agrícolas controladas pelo Estado vieram substituir às pequenas fazendas atrasadas.

Portanto, a Revolução não fez da Rússia, como pretende uma propaganda enganosa, um país onde os trabalhadores são os amos e reina o comunismo. Mas si tem logrado um progresso de enorme importância. Pode-se compará-lo com a grande Revolução Francesa. Destruiu o poder dum monarca absoluto e duns proprietários feudais; começou por outorgar a terra aos camponeses e converter aos donos da indústria em dirigentes do Estado. Ontem, na França as massas, os setores desprezados, converteram-se em cidadãos livres; reconheceu-se a cada um uma personalidade, incluso aos pobres ou aos que se encontravam em situação de dependência econômica, assim como a possibilidade de ascender na escala social; também na Rússia as massas saíram da sua barbárie imutável para entrar na corrente do progresso mundial, onde cada qual pode atuar como indivíduo dotado duma personalidade reconhecida. Ainda se o governo não adota a forma duma ditadura política, já não pode parar esta evolução, como lhes ocorrera a Napoleão e à ditadura militar na França. E, tal como na França, surgiram da massa de cidadãos e camponeses os capitalistas e chefes militares, livrando-se uma batalha encarniçada pela ascensão social, na que todos os meios eram bons, a energia como o talento, a intriga como o engano. Do mesmo modo, na Rússia formou-se a classe dominante. Os filhos dos operários e camponeses mais dotados intelectualmente, lançaram-se às escolas técnicas e agrônomas; chegaram a ser engenheiros ou oficiais, é dizer, chefes técnicos ou militares. Abria-se o porvir ante eles, sentiam-se desbordantes de energia. Mediante o estudo e o trabalho intensivo, a astúcia e a intriga, tentavam fazer-se um sítio na nova classe dirigente que, também aqui, reinava sobre uma massa miserável de proletários explorados. E, ao igual que uma vaga de nacionalismo apoderou-se da França revolucionária, que a conduziu a querer dar a nova liberdade a toda Europa e a abandonar-se, durante um tempo relativamente curto, a um sonho de glória eterna, também Rússia proclamou-se orgulhosamente investida da missão de libertar, mediante a Revolução mundial, a todos os povos do jugo capitalista.

A significação da Revolução russa, do ponto de vista da classe obreira, deve buscar-se numa direção totalmente diferente. Tem mostrado, com efeito, aos trabalhadores europeus e americanos, detidos nas ideais e práticas reformistas, primeiro como uma classe de operários industriais é capaz de comover e destruir o poder estatal por meio duma ação colossal de massas sem precedentes e, depois, como se transformavam os comitês de greve, no curso destas ações, em Conselhos Operários, órgãos de combate e autogestão encarregados de tarefas e funções públicas. Para estudar a influência do exemplo russo sobre as ideais e ações da classe obreira depois da Primeira Guerra Mundial, devemos retroceder no tempo.

A proclamação da guerra de 1914 trouxe consigo um derrubamento inesperado do movimento operário em toda a Europa capitalista. A submissão voluntária dos trabalhadores ao poder militar, o rápido apoio aportado, em todos os países, pelos chefes dos sindicatos e partidos socialistas aos seus governos, que fazia deles os cúmplices do massacre dos trabalhadores, a ausência de toda protesta de certa importância, tinham provocado um profundo desânimo entre todos os que anteriormente punham as suas esperanças de libertação no socialismo proletário. Mas, de modo progressivo, os operários mais conscientes começaram a compreender que o que se tinha derrubado era a ilusão duma libertação fácil mediante reformas parlamentares. Eles viam às massas mais sangradas e exploradas que nunca rebelar-se contra os sofrimentos da opressão e da carnificina humanas. Esperavam, de acordo nisto com os

revolucionários russos, que a destruição do capitalismo pela Revolução mundial seria uma consequência do caos provocado pela guerra. Rejeitavam o apelativo de socialistas, pois esta palavra tinha chegado a ser repugnante, e se denominavam comunistas. Era uma volta ao velho nome que se deram, noutra tempo, os revolucionários da classe obreira.

Então, como uma brilhante estrela no céu escuro, a Revolução russa acendeu-se e brilhou sobre a terra. E em todas as partes as massas sentiram-se enchidas de pressentimentos e começaram a inquietar-se, ao ouvir o chamado dos revolucionários em favor do remate da guerra, da irmandade dos trabalhadores de todos os países, da Revolução mundial contra o capitalismo. Ainda apegadas às suas velhas doutrinas socialistas e às suas antigas organizações, as massas, inseguras sob a maré de calúnias que derramava a imprensa, quedaram aguardando, vacilantes, para ver se o conto se convertia em realidade. Grupos menores, especialmente entre os operários jovens, reuniam-se em todas as partes para formar um movimento comunista cada vez mais amplo. Constituíram a vanguarda nos movimentos que, depois do remate da guerra, irromperam em todos os países, e de jeito mais acentuado na Europa central, derrotada e exausta.

Este comunismo era uma nova doutrina, um novo sistema de ideais, uma nova tática de luta que, com os poderosos meios de propaganda governamental, por então novos, foi propagada desde Rússia. Fazia referência à teoria de Marx da destruição do capitalismo mediante a luta de classe dos operários. Chamava a uma luta contra o capital mundial, concentrado, sobretudo em Inglaterra e os Estados Unidos, que explorava a todos os povos e a todos os continentes. Convocava não só a todos os trabalhadores industriais de Europa e Norteamérica, senom também aos povos submetidos de Ásia e África, para que se levantassem numa luta comum contra o capitalismo. Como toda guerra, esta só podia ganhar-se por meio da organização, mediante a concentração de poderes e uma boa disciplina. Nos partidos comunistas, incluídos os lutadores mais valentes e capazes, já havia os núcleos e as equipes dirigentes: estes tinham que assumir a guia, e ao seu chamado as massas deviam levantar-se e atacar aos governos capitalistas. 'Na crise política e econômica mundial não podemos esperar até que as massas, mediante um paciente ensino, se tornem comunistas. Tampouco é isto necessário; se estão convencidas de que só o comunismo é a salvação, se depositam a sua confiança no Partido Comunista, seguem as suas diretivas, o levam ao poder, o Partido, que será o novo governo, estabelecerá a nova ordem. Foi o que ocorreu na Rússia. Não era preciso mais que seguir o exemplo. Mas então, em resposta à pesada tarefa e à devoção dos dirigentes, som imperativas uma estrita obediência e disciplina das massas, destas para co partido e dos membros do partido para com os chefes. O que Marx chamara a ditadura do proletariado só pode realizar-se como a ditadura do Partido Comunista. No Partido está encarnada a classe trabalhadora, o Partido é o seu representante'.

Nesta forma de doutrina comunista era claramente visível a origem russa. Na Rússia, com a sua pequena indústria e a sua classe obreira não desenvolvida, só havia que derrotar a um despotismo asiático já mui descomposto. Na Europa e nos Estados Unidos uma classe obreira numerosa e muito desenvolvida, treinada por uma poderosa indústria, enfrenta-se com uma poderosa classe capitalista que dispõe de todos os recursos do mundo. Por tal razão, a doutrina da ditadura do partido e da obediência cega encontrou nesses países uma forte oposição. Se na Alemanha os movimentos revolucionários depois do remate da Primeira Guerra tivessem levado a uma vitória da classe obreira e esse país se unisse a Rússia, a influência desta classe, produto do desenvolvimento capitalista e industrial mais elevado, teria sobrepujado rapidamente as

características russas. A sua influência sobre os operários ingleses e norte-americanos teria sido enorme, e teria arrastado à própria Rússia cara novos caminhos. Mas na Alemanha a Revolução fracassou; as massas mantiveram-se apartadas pela ação dos seus dirigentes socialistas e sindicais, mediante relatos de atrocidades e promessas de felicidade socialista bem ordenada, enquanto eram exterminadas as suas vanguardas e assassinados os seus melhores porta-vozes pelas forças militares sob a proteção do governo socialista. Assim, os grupos opositores de comunistas alemães não puderam exercer influência alguma; foram expulsos do Partido [Comunista Alemão (KPD)]. No seu lugar, os grupos socialistas descontentes foram induzidos a unir-se à Internacional moscovita, atraídos pela nova política oportunista da mesma ao apoiar o parlamentarismo, co qual esperava conquistar o poder nos países capitalistas.

Deste modo, a «Revolução Mundial» transformou-se, de grito de guerra, em uma mera expressão verbal. Os dirigentes russos imaginavam a Revolução mundial como uma extensão e imitação a grande escala da Revolução russa. Só conheciam o capitalismo na sua forma russa antes da Revolução, isto é, sob a forma submetida à exploração estrangeira, que empobrecia aos habitantes e se levava todos os benefícios para fora do país. Não conhecia o capitalismo como o grande poder organizador que, com a sua riqueza, produzia a base dum novo mundo ainda mais rico. Como resulta claro pelos seus escritos, não conheciam o enorme poder da burguesia, frente ao qual todas as capacidades de dirigentes abnegados e dum partido disciplinado resultam insuficientes. Não conheciam as fontes de energia que subjazem ocultas na classe obreira de hoje. Daí as formas primitivas de ruidosa propaganda e terrorismo partidário, não só espiritual, senão também físico, contra os pontos de vista dissidentes. Foi um anacronismo que Rússia, que recém entrava na era industrial, saindo da sua primitiva barbárie, tomara o mando da classe obreira de Europa e os Estados Unidos, enfrentada à tarefa de transformar um capitalismo industrial mui desenvolvido numa forma ainda superior de organização.

A velha Rússia tem sido, essencialmente no que respeita à sua estrutura econômica, um país asiático. Em toda Ásia viviam milhões de camponeses que praticavam uma agricultura primitiva a pequena escala, restritos à sua aldeia, baixo senhores despóticos mui distantes com os que não tinham vinculação alguma, salvo o pago dos impostos. Na época contemporânea, estes impostos transformaram-se num tributo cada vez mais pesado em favor do capitalismo ocidental. A Revolução russa, ao repudiar as dívidas czaristas, significava a libertação dos camponeses russos desta forma de exploração que beneficiava ao capital ocidental. Com isso incitou a todos os povos reprimidos e explorados de Oriente a seguir o seu exemplo, a unir-se à luta e arrojar o jugo dos seus déspotas, instrumentos do rapaz capital mundial. E o chamado ouviu-se ao longo e ancho do mundo, na China e Pérsia, na Índia e África. Formaram-se partidos comunistas, compostos de intelectuais radicalizados, de camponeses rebelados contra os proprietários feudais da terra, de jornaleiros e artesãos, que levavam a centos de milhões de homes a mensagem de libertação. Como na Rússia, significou para todos estes povos a abertura do caminho cara o desenvolvimento industrial moderno e, às vezes, como na China, a aliança com uma burguesia industrial progressista. Desta maneira, a Internacional moscovita, mais que instituição européia chegou a ser, ainda mais, uma instituição asiática. Isto acentuou o seu caráter de movimento da classe meia e fixo reviver nos seus seguidores europeus as velhas tradições das revoluções das classes meias, com a preponderância de grandes dirigentes, de sonoras consignas, de conspirações, complots e revoltas militares.

A consolidação do capitalismo de Estado na Rússia foi a razão determinante do caráter tomado pelo Partido Comunista. Enquanto que na sua propaganda no estrangeiro

seguia a falar de comunismo e de Revolução mundial, criticava o capitalismo e chamava aos trabalhadores a unir-se a ele na sua luta pela libertação, escondia o fato de que, na Rússia, os trabalhadores não eram mais que uma classe submetida e explorada, que vivia na sua maior parte em condições laborais miseráveis, baixo uma ditadura opressiva e implacável, privada de liberdade de expressão, de prensa e de associação, muito mais duramente sujeita ainda do que às suas irmãs dos países capitalistas ocidentais. Deste modo, uma falsificação congênita impregnava a todos os níveis a política e os ensinamentos deste partido. Ainda que fosse na prática o instrumento da política exterior do governo russo, logrou monopolizar, mediante a sua fraseologia revolucionária, as tentativas de rebelião que espalhavam entre a juventude entusiasta dos países ocidentais, assolados pelas crises. Mas só para dissipar a sua força em abortados e odiosos simulacros de luta, ou numa política oportunista – umas vezes contra os partidos socialistas sinalados como traidores os social-fascistas, e outras buscando a sua aliança nos denominados frentes vermelhos ou frentes populares –, o que trouxe consigo o abandono, desgostados, dos melhores elementos. A doutrina que este partido difundia baixo o nome de marxismo não era a teoria do derrocamento dum capitalismo altamente desenvolvido por uma classe obreira igualmente desenvolvida, senom uma caricatura, produto dum mundo primitivo e bárbaro, onde a luta contra as superstições religiosas serve de alimento espiritual e a industrialização moderna é identificada co progresso. O ateísmo é a sua filosofia. O domínio do Partido, o seu objetivo. A obediência à ditadura, a regra suprema. O Partido Comunista russo não tinha a intenção de transformar aos trabalhadores em combatentes independentes, capazes de construir por si mesmos o seu mundo novo com a ajuda da sua inteligência e a sua compreensão. Queria unicamente fazer deles servidores obedientes dispostos a levá-lo ao poder.

Assim obscureceu-se a luz que tinha iluminado ao mundo; as massas que tinham saudado a sua chegada quedaram numa noite mais negra, e por desalento alijaram-se da luta ou seguiram a combater para encontrar novos e melhores caminhos. A Revolução russa dera ao começo um poderoso impulso à luta da classe obreira, pelas suas ações massivas diretas e as suas novas formas de organização com base nos Conselhos – isto se expressou no amplo surgimento do movimento comunista em todo o mundo. Mas quando, logo, a Revolução se assentou e se traduziu numa nova ordem, um novo domínio de classe, uma nova forma de governo, o capitalismo de Estado baixo a ditadura duma nova classe exploradora, o Partido Comunista assumiu necessariamente um caráter ambíguo. Assim, no curso dos eventos seguintes, converteu-se em algo mui ruinoso para a luta da classe obreira, a qual pode somente viver e crescer na claridade do pensamento lúcido, os fatos desembuçados e o trato honesto. Com seus discursos superficiais acerca da Revolução mundial, o partido obstaculizou a nova orientação de meios e fins, que tão urgente era. Promovendo e ensinando, baixo o nome de disciplina, o vício da submissão – o principal vício de que devem desprender-se os trabalhadores –, suprimindo toda pegada de pensamento crítico independente, impediu o desenvolvimento dum poder real de classe obreira. Ao usurpar o nome de comunismo para o seu sistema de exploração dos trabalhadores e a sua política de perseguição dos adversários, geralmente cruel, fixo deste nome, que até então tinha sido expressão de elevados ideais, um objeto de opróbrio, aversão e ódio ainda entre os trabalhadores. Na Alemanha, onde as crises políticas e econômicas agudizaram ao máximo os antagonismos de classe, o partido reduziu a dura luta de classes a uma escaramuça infantil de moços armados contra bandas nacionalistas similares. E, então, quando a maré do nacionalismo alcançou uma grande altura e se tornou muito forte, grande parte deles, só educados para derrotar aos adversários dos seus dirigentes, mudaram

simplesmente de lado. Assim, o Partido Comunista contribuiu enormemente, com a sua teoria e a sua prática, a preparar a vitória do fascismo.

A Revolução dos Trabalhadores

A revolução pela qual a classe operária atingirá o poder e a liberdade não é um acontecimento único, com uma duração limitada. É um processo de organização, de auto-educação, no decurso do qual os trabalhadores encontrarão pouco a pouco, ora por uma progressão regular, ora por saltos, a força para vencer a burguesia, para destruir o capitalismo e construir um novo sistema de produção coletiva. Esse processo ocupará toda uma época histórica, da qual ignoramos a duração, mas na qual estamos seguramente à beira de entrar. Se bem que não possamos prever os detalhes do seu desenrolar, podemos apesar disso discutir desde já as condições e circunstâncias em que terá lugar.

O combate em questão não pode comparar-se a uma guerra normal entre forças antagonistas do mesmo tipo. As forças dos trabalhadores parecem-se com um exército que se reagrupa durante a batalha! Elas devem crescer pela própria luta, não podem afirmar-se antes; só podem pôr de frente objetivos parciais e atingir objetivos parciais. Se examinarmos a história, vemos desenvolver uma série de ações que parecem ser outras tantas falhas de tentativas de tomada de poder: do cartismo à Comuna de Paris, passando por 1848, até às revoluções da Rússia e Alemanha de 1917-1918. Mas há aí progressos numa mesma direção; cada tentativa nova mostra um nível de consciência e de força mais elevado. A história do trabalho mostra-nos, por outro lado, que há, na luta incessante da classe operária, altos e baixos que correspondem na sua maioria às variações da prosperidade industrial. No começo do desenvolvimento industrial, cada crise trazia a miséria e movimentos de revolta; a revolução de 1848 no continente era a seqüela duma grande depressão econômica combinada com as más colheitas. A depressão industrial dos anos de 1867 originou um renovar da agitação política na Inglaterra, a grande crise dos anos de 1880, o desemprego enorme que se lhe seguiu, suscitaram ações de massas, a subida da social-democracia no continente e o «novo sindicalismo» em Inglaterra. Mas nos períodos: de prosperidade industrial, como, por exemplo, entre 1850 e 1870, 1895 e 1914, todo esse espírito de revolta desapareceu. Quando o capitalismo está florescente e estende o seu império em atividade febril, quando não há desemprego e quando as ações dos sindicatos são capazes de originar aumentos de salários, os trabalhadores não pensam em mudar o que quer que seja no sistema social. A classe capitalista, acumulando riquezas e poder, acredita-se capaz de tudo, avança sobre os trabalhadores e consegue impregná-los do seu espírito nacionalista. Formalmente, os trabalhadores podem ficar agarrados às velhas palavras de ordem revolucionárias, mas no seu subconsciente estão satisfeitos com o capitalismo, a sua visão das coisas está estreitada; é por isso que, ainda que o seu número aumente, o seu poder declina. Até que uma nova crise os apanhe desprevenidos e os acorde de novo.

Se o poder combativo adquirido anteriormente se esboroa na satisfação duma prosperidade nova, a questão põe-se em saber se a sociedade e a classe operária estarão algum dia suficientemente maduras para a revolução. Para responder a esta questão, é necessário examinar de mais perto o desenvolvimento do capitalismo.

A alternância de prosperidade e de depressão na indústria não é um simples movimento de pêndulo. Cada novo movimento foi sempre acompanhado de uma expansão. Depois de cada baixa, de cada crise, o capitalismo foi capaz de tornar a subir

a encosta estendendo o seu domínio, os seus mercados, o número de produtos e a importância da sua produção. Enquanto o capitalismo puder estender sempre mais o seu domínio sobre o mundo e aumentar as suas dimensões, pode oferecer empregos à massa da população. E enquanto puder fazer face à primeira exigência de todo o sistema de produção, proporcionar o necessário vital a todos os seus membros, será capaz de se manter, porque nenhuma inexorável necessidade obrigará os trabalhadores a acabar com ele. Se ele pudesse continuar a prosperar, estendendo-se sempre mais, a revolução seria então tanto impossível como supérflua, só restaria esperar por um desenvolvimento gradual da cultura que pudesse pôr termo às suas carências.

Mas o capitalismo não é um sistema de produção normal, e de modo nenhum um sistema estável. Os capitalistas da Europa e depois da América puderam fazer crescer a sua produção com tal regularidade e rapidez, porque estavam cercados por um vasto mundo não capitalista, possuindo apenas uma reduzida produção, e sendo, ao mesmo tempo, fonte de matérias-primas e mercado para os seus produtos. Esta separação entre um núcleo capitalista ativo e um todo à volta passivo, vivendo na sua dependência, era um estado de coisas artificial: o núcleo estendia-se (e estende-se) sem cessar. Sendo a própria essência da economia capitalista, o crescimento, a atividade, a expansão, qualquer paragem significa a queda e a crise. A razão é que os lucros se acumulam continuamente, sob a forma de novo capital que tem de ser investido para trazer novos lucros; assim a massa do capital e a massa dos produtos crescem cada vez mais depressa e os mercados são procurados cada vez mais febrilmente. Também o capitalismo é uma grande força revolucionária, que transforma por toda a parte as antigas condições e modifica o aspeto da Terra. Aos milhões, novos indivíduos, populações inteiras que durante séculos tinham vivido por si mesmas e sem mudanças notáveis, unicamente da sua produção familiar, vêem-se envolvidos pelo turbilhão do comércio mundial. O próprio capitalismo, a exploração industrial, penetra nesses países e depressa os antigos clientes se tornam concorrentes. No século 19, vindo da Inglaterra, o capitalismo instalou-se em França, na Alemanha, na América, no Japão, depois invade, no século 20, os vastos territórios da Ásia. Inicialmente, permanecendo ao nível da concorrência individual, ulteriormente organizando-se sob a forma de Estados nacionais, os capitalistas lançaram-se numa luta pelos mercados, pelas conquistas coloniais, pelo domínio do mundo. Assim vão sempre em frente, revolucionando domínios cada vez mais vastos.

Mas a Terra não passa de uma esfera cuja superfície é limitada. A descoberta das dimensões finitas do globo acompanhou a subida do capitalismo há quatro séculos; a tomada em consideração dos limites dessas dimensões mostra que o capitalismo tem um fim. A população a escravizar é limitada. Uma vez que tenha feito entrar debaixo do seu domínio as centenas de milhões de pessoas que vivem nas planícies férteis da China e da Índia, o trabalho essencial do capitalismo estará realizado. Então já não haverá grandes massas humanas para subjugar. Seguramente ficarão enormes regiões selvagens onde desenvolver as culturas, mas a sua exploração exigirá a cooperação consciente da humanidade organizada; os métodos de rapina grosseiros do capitalismo, «a violação da terra» que destrói a sua fertilidade, não poderão absolutamente ser empregues neste caso. Assim a expansão do capital encontrar-se-á ela própria posta em cheque. Não como se um obstáculo se levantasse subitamente diante dela, mas pouco a pouco, pela dificuldade de vender os seus produtos e investir o capital. Então o ritmo de desenvolvimento baixará e a produção diminuirá. O desemprego tornar-se-á uma doença insidiosa. Então a luta entre capitalistas pela dominação do mundo tornar-se-á mais encarniçada, com a perspectiva de novas guerras mundiais.

Não podemos deixar de duvidar do fato de que uma expansão ilimitada do capitalismo, oferecendo possibilidades de vida duradouras a toda a população, esteja excluída pelo caráter econômico intrínseco desse sistema. O momento virá em que todos os males das depressões, as calamidades do desemprego, os terrores da guerra, se acentuarão cada vez mais. Então a classe operária, se ainda não estiver revoltada, deve sublevar-se e combater. Então os trabalhadores deverão escolher entre sucumbir passivamente ou bater-se ativamente para alcançar a sua liberdade. Então deverão assumir a tarefa de criar um mundo melhor a partir do caos engendrado pelo capitalismo em plena decrepitude.

E eles bater-se-ão? A história humana é uma série incessante de combates; e Clausewitz, o teórico de guerra alemão, tirava da história a conclusão de que no mais íntimo de si mesmo o homem é um ser guerreiro. Mas outros, tão cépticos como ardentes revolucionários, vendo a timidez, a submissão, a indiferença das massas desesperam muitas vezes quanto ao futuro. É preciso examinar de uma maneira mais aprofundada o impacto de todas as forças psicológicas.

O impulso dominante e mais profundo no homem é, como para todos os seres vivos, o instinto de conservação. Esse instinto obriga a defender a própria vida com todas as forças. O medo e a submissão são assim o efeito desse instinto, quando, frente a senhores todo-poderosos, são as melhores hipóteses de conservação. De todas as diversas aptidões do homem, são essas as melhor adaptadas para conservar a vida, nas circunstâncias do momento, que prevalecerão e se desenvolverão. Na vida cotidiana, no regime capitalista, é impossível e mesmo perigoso para um trabalhador conservar os seus sentimentos de independência, de orgulho; quanto mais os reprimir e obedecer em silêncio, menos dificuldade encontrará para achar e conservar um emprego. A moral ensinada pelos padres da classe dominante reforça esta disposição. E só alguns espíritos independentes aceitam o desafio e estão prontos a enfrentar as dificuldades que daí resultam.

Mas em período de crise e de perigo, toda essa submissão, toda essa virtude, não tem qualquer utilidade para a preservação da vida; somente o combate pode consegui-lo e então eles cedem lugar aos opostos, a revolta e a coragem. Os mais audazes dão o exemplo e os tímidos descobrem com surpresa de que atos de heroísmo são capazes. A confiança e o ardor despertam neles; e crescem porque só do seu desenvolvimento dependem as hipóteses de vida e de felicidade. E imediatamente, por instinto e por experiência, eles sabem que só a colaboração e unidade podem dar forças às massas. Quando então compreendem que forças existem neles e nos seus camaradas, quando sentem a felicidade e o orgulho do despertar do respeito por si mesmos e do devotamento fraternal, quando vêm despontar a imagem duma sociedade nova que ajudam a construir, o entusiasmo e ardor tornam-se uma força irresistível. Então a classe operária começa a estar madura para a revolução. Então o capitalismo começa a estar maduro para o afundamento.

Assim, uma humanidade nova está prestes a nascer. Os historiadores espantam-se muitas vezes quando vêm as rápidas mudanças que intervêm no caráter das pessoas em período revolucionário. Isso parece ter algo de milagroso; mas simplesmente mostra quantos traços estão nelas escondidos, reprimidos porque não têm nenhuma utilidade. E ressurgem então, temporariamente talvez; mas, se a situação continua a exigí-lo, tornam-se as qualidades dominantes, transformando o homem, tornando-o apto para fazer frente às novas circunstâncias e às novas necessidades.

A primeira metamorfose, a mais importante, exprime-se pelo desenvolvimento do sentimento comunitário. As suas primeiras manifestações aparecem no capitalismo, como consequência do trabalho comum e da luta comum. É reforçado pela tomada de

consciência, extraída da experiência, de que o operário isolado é impotente contra o capital e que somente uma solidariedade efetiva pode garantir condições de vida suportáveis. Quando a luta se torna mais áspera e mais importante e se alarga numa luta pelo domínio sobre o trabalho e a sociedade, uma luta de que dependem a vida e o amanhã, a solidariedade deve estender-se, dar origem a uma unidade generalizada e indissolúvel. O novo sentimento comunitário, penetrando por toda a parte a classe operária, suplanta o velho egoísmo do mundo capitalista.

Isto não é inteiramente novo. Nos tempos primitivos, predominava na tribo o sentimento comunitário, o das formas simples, comunistas, do trabalho. O homem estava inteiramente ligado à tribo, separado dela não era nada; em todos os seus atos, o indivíduo não contava, comparado com a prosperidade e a honra da comunidade. O homem primitivo era unido com a tribo; estava ligado a ela por relações complexas, inextricáveis, e não era ainda uma «pessoa» reconhecida. Quando, seguidamente, os homens se separaram e se transformaram em pequenos produtores independentes, o sentimento comunitário apagou-se para dar lugar a um individualismo que fazia da própria pessoa o centro de todo o interesse e de todos os sentimentos. Durante longos séculos que marcaram a ascensão da burguesia, da produção mercantil e do capitalismo, o individualismo despertou e esse novo caráter afirmou-se cada vez mais solidamente. É uma aquisição que não pode mais ser contestada. Seguramente, isso não impede que o homem seja, no sistema capitalista, um ser social; a sociedade comanda e, em momentos críticos – por exemplo, revoluções e guerras –, o sentimento comunitário impõe-se temporariamente, como um dever excepcional. Mas em período normal, esse sentimento é reprimido e submergido pela quimera orgulhosa da independência do indivíduo.

Aquilo que se desenvolve na classe operária não é a transformação inversa, como, aliás, a modificação das condições da vida não é um regresso às formas do passado. Trata-se de uma fusão do individualismo e do sentimento comunitário numa unidade superior. É a subordinação consciente de todas as forças do indivíduo ao serviço da comunidade. Ao gerar poderosas forças produtivas, os trabalhadores, como os seus senhores todo-poderosos de hoje, desenvolvem a sua personalidade a um nível ainda desigual. Desde que toma consciência da relação que existe entre o sentimento de personalidade e a sociedade, o homem, unificando este com o sentimento social infinito que o anima, atinge uma nova percepção da vida, que se apóia na compreensão do fato de que a sociedade é a fonte do ser humano inteiro.

O sentimento comunitário é, desde sempre, a força principal, necessária para o progresso da revolução. Esse progresso encarna no desenvolvimento da solidariedade, das relações mútuas entre trabalhadores, na sua unidade. A organização e poder crescente são caracteres novos, que se forjam durante a luta; correspondem a uma transformação do ser no mais íntimo de si mesmo, a uma nova moralidade. O que os comentadores dizem da guerra ordinária – quer dizer que as forças morais aí têm um papel predominante –, é também verdadeiro para a guerra de classes. O que aí se visa é de outro modo importante. As guerras não têm sido sempre mais que uma luta entre forças rivais da mesma natureza, que, qualquer que tenha sido o vencedor, não podia modificar a estrutura da sociedade. Os conflitos de classes, pelo contrário, são combates por novos princípios e a vitória da classe ascendente conduz a sociedade a um estado superior de desenvolvimento. Se as comparamos com uma guerra no sentido ordinário, verificamos que as forças morais exigidas aqui são de natureza superior: colaboração dedicada e voluntária em lugar de obediência cega, fé num ideal em lugar de fidelidade a chefes, amor aos seus companheiros de classe, de humanidade, em lugar de amor à pátria. O seu desencadear não é uma violência armada, nem assassínio, mas a firmeza, o

endurecimento, a perseverança, a força de persuasão, a organização. O seu objetivo não é partir cabeças, mas abrir inteligências. É certo que a ação armada também jogará um papel importante na luta de classes: a violência armada dos dirigentes não pode ser derrubada por um sofrer paciente «a la Tolstoi». Ela deve ser vencida pela força, mas por uma força animada por uma profunda convicção moral.

Houve guerras que tiveram um pouco esse caráter, guerras que eram uma espécie de revolução – ou parte de uma revolução –, por ocasião das lutas pela liberdade travadas pela burguesia. Nos locais onde a burguesia em expansão lutava pelo domínio contra os poderes feudais do interior ou do estrangeiro (monarquia e propriedade da «raiz») – como na Grécia da Antiguidade, a Itália e a Flandres da Idade Média, a Holanda, a Inglaterra e a França dos séculos seguintes –, o idealismo e o entusiasmo, nascidos de sentimentos profundos das necessidades de classe, engendraram atos de grande heroísmo e abnegação. Esses episódios, tais como os que encontramos na Revolução Francesa ou na libertação da Itália pelos partidários de Garibaldi, contam-se entre as mais belas páginas da história humana. Os historiadores glorificaram-nas e os poetas cantaram-nas, como épocas de grandeza que jamais terminariam. Mas o que se seguiu a esta libertação, a verdadeira realização prática da nova sociedade, foram a dominação pelo capital, o contraste entre o luxo insolente e a miséria, a avareza e a rapacidade dos homens de negócios, a caça aos lugares de funcionário; todo esse baixo espetáculo de baixo egoísmo caiu como um balde de água fria sobre a geração seguinte. Nas revoluções burguesas, o egoísmo e a ambição de algumas personalidades fortes jogam um papel importante; regra geral, os idealistas são sacrificados e são os mais vis que alcançam a riqueza e o poder. Na burguesia, cada um deve tentar elevar-se caminhando sobre os outros. As virtudes do sentimento comunitário não foram senão uma necessidade temporária para permitir à classe burguesa alcançar o poder; desde que esse fim foi atingido, dão lugar a uma luta sem piedade de todos contra todos.

Aqui tocamos a diferença fundamental entre as revoluções burguesas do passado e a revolução operária que se aproxima. Para os trabalhadores, o forte sentimento comunitário que nasce da sua luta pelo poder e pela liberdade é simultaneamente a base de uma sociedade nova. As virtudes da solidariedade e do devotamento, os impulsos para a ação coletiva numa sólida unidade engendrados pela luta social, são os próprios fundamentos do novo sistema econômico que assenta sobre o trabalho em comum; serão exaltadas e perpetuadas pela sua própria prática. A luta forma a nova humanidade, aquela requerida pelo novo sistema de trabalho. O grande individualismo do homem depara, doravante, com uma melhor via para se afirmar como a sede insaciável de poder pessoal sobre os outros. Aplicando toda a sua força para a libertação da classe, desenvolver-se-á mais completamente e nobremente que para atingir fins pessoais.

O sentimento comunitário e de organização não chegam para vencer o capitalismo. Porque ele mantém a classe operária na submissão, o domínio espiritual da burguesia tem o mesmo poder que a força física. A ignorância é um entrave à liberdade. As velhas idéias e tradições pesam enormemente nos espíritos, mesmo quando já foram tocados por idéias novas. É que agora os objetivos são vistos por outro ângulo mais estreito, as palavras de ordem bem sonantes são aceites sem crítica, as ilusões de sucesso fácil, as meias-medidas e as falsas promessas desviam do bom caminho. Mede-se assim toda a importância das forças intelectuais para os trabalhadores. O saber e a perspicácia são fatores essenciais para a ascensão da classe operária.

A Revolução operária não será o efeito de uma força física brutal, será sim uma vitória do espírito. Será certamente obra do poder resultante da massa dos operários, mas este poder será, sobretudo, espiritual. Os trabalhadores não ganharão por possuírem sólidos punhos – os punhos são facilmente dirigidos, por vezes voltados contra os seus

possuidores por espíritos astuciosos; também não ganharão por serem a maioria – as maiorias ignorantes e desorganizadas foram regularmente mantidas em sujeição e na impotência por minorias organizadas e instruídas. A maioria só vencerá se forças, morais e intelectuais, poderosas lhe permitirem ultrapassar e dominar os seus senhores. Ao longo da história, as revoluções não foram avante porque novas forças espirituais se levantaram nas massas. Contudo as revoluções são períodos construtivos de evolução da humanidade. E mais ainda que todas as que se desenrolaram no passado, a revolução que fará dos trabalhadores os senhores do mundo exigirá as mais levadas qualidades morais e intelectuais.

Os trabalhadores poderão fazer frente a esta necessidade? Como poderão adquirir o saber necessário? Seguramente não será nas escolas, onde as crianças são impregnadas de idéias falsas sobre a sociedade, essas idéias que as classes dominantes desejam ver-lhes adotar. Certamente também não será nos jornais, pertencendo e sendo editados por capitalistas ou por grupos em luta pelo poder. Com certeza não será escutando os sermões lançados do alto dos púlpitos, de onde sempre foi pregada a submissão e onde só raramente ascendem indivíduos como John Ball (1). Certamente não será escutando a rádio, porque se, outrora, as discussões públicas eram um meio poderoso dos cidadãos se iniciarem nos assuntos públicos, hoje pelo contrário só saiam da rádio discursos de sentido único, procurando esclerosar os auditores passivos e que, pelo seu barulho incessante e inoportuno, não permitem uma reflexão ponderada. Certamente também não será indo ao cinema, que ao contrário do teatro que foi, no início, um meio de educação e mesmo de combate da burguesia –, faz somente apelo à impressão visual, mas nunca à reflexão ou à inteligência. Todos são instrumentos poderosos que a classe dominante utiliza para manter a classe operária numa escravatura espiritual. Todos são empregues para esse fim, por vezes com uma astúcia instintiva e uma intenção deliberada. E as massas trabalhadoras submetem-se à sua influência sem se aperceberem de nada. Deixam abusar de si com palavras enganadoras e aparências. Mesmo aqueles que compreendem um pouco o que são as classes e as lutas, abandonam os seus assuntos aos dirigentes e aos políticos e aplaudem-nos quando utilizam os velhos temas que lhe são queridos. As massas passam os seus tempos livres à procura de prazeres pueris, ignorando os grandes problemas da sociedade e de que dependem a sua existência e a dos seus filhos. Não será um problema insolúvel esse do desencadear e do sucesso da revolução operária, quando a sagacidade dos dirigentes e a indiferença dos dirigidos impedem todo e qualquer desenvolvimento das condições espirituais necessárias!

Mas as forças do capitalismo trabalham nas profundezas da sociedade, empurrando as velhas condições, impelindo as pessoas para a frente mesmo contra sua vontade. Os seus efeitos perturbadores são, tanto quanto possível, reprimidos, para salvaguardar os velhos hábitos de vida; acumulados no subconsciente, esses efeitos não fazem mais que intensificar as tensões internas. Até que finalmente, durante a crise, no paroxismo da necessidade, eles quebram tudo e libertam-se na ação, na revolta. A ação não é o resultado duma intenção deliberada; surge irresistivelmente, como um ato espontâneo. Em tais ações espontâneas, o homem descobre aquilo de que é capaz e isso não deixa de surpreendê-lo. E porque a ação é sempre coletiva, revela a cada um que as forças confusamente sentidas em si mesmo existem nos outros. A confiança e a coragem despertam com a descoberta desta grande força de classe que é a vontade comum; apoderam-se de massas cada vez mais importantes, sacodem-nas e arrastam-nas.

A ação estala espontaneamente, imposta pelo próprio capitalismo aos trabalhadores, que não a desejam. Ela não é o resultado, mas o ponto de partida do seu desenvolvimento espiritual. Uma vez começada a luta, os trabalhadores devem

continuar a atacar e defender-se; devem utilizar no máximo as suas forças. A indiferença desaparece, ela era apenas uma forma de resistência a necessidades que se sentiam incapazes de dominar. Um período de esforços intelectuais intensos aparece. Ao opor-se às forças imensas do capitalismo, os trabalhadores compreendem que não podem esperar vencer a não ser pelo preço de esforços cada vez maiores e utilizando todas as suas reservas de energia. O que aparecia apenas sob a forma de vagos indícios no decorrer das lutas ordinárias, desabrocha agora largamente. Toda a força que dormia no seio das massas desperta e põe-se em movimento. É o trabalho criador da revolução. A necessidade de uma sólida unidade está agora bem presente nas suas consciências; a necessidade do saber faz-se agora sentir a todo o momento. Toda a parcela de ignorância, toda a ilusão sobre o caráter e as forças do inimigo, qualquer fraqueza na resistência à sua astúcia, a incapacidade para refutar os seus argumentos e as suas calúnias, pagam-se com a derrota e o revés. Um desejo ardente surge dos impulsos profundos do ser, obrigando os trabalhadores a fazer funcionar o seu cérebro. As novas esperanças, as novas visões do amanhã animam o espírito, transformam-no numa força ativa e viva, que não se poupa a trabalhos na procura de verdade, na aquisição de conhecimentos.

Onde os trabalhadores encontrarão o saber de que têm necessidade?

As fontes são numerosas: toda uma literatura científica, de livros e brochuras, explicando os fatos fundamentais e as teorias da sociedade e do trabalho, existe já e outras se seguirão. Mas essas obras apresentam a maior diversidade de opiniões sobre o que deve ser feito; e os próprios trabalhadores devem escolher e distinguir o que é verdadeiro e justo. Devem utilizar o seu próprio cérebro, refletir duma maneira profunda, discutir seriamente. Porque terão sem cessar que fazer frente a novos problemas, problemas a que os velhos livros não dão qualquer solução. Neles só encontrarão um conhecimento geral da sociedade e do capital; apresentam os princípios e teorias tirados das experiências precedentes. O nosso próprio trabalho é procurar a sua aplicação a situações que se renovam sem cessar.

Esta compreensão necessária não pode brotar da instrução de uma massa ignorante por sábios professores, do entupimento de cérebros de alunos passivos. Só pode ser adquirida pela auto-educação, por essa atividade intensa que anima os cérebros de um vivo desejo de compreender o mundo. A tarefa da classe operária seria bem fácil, se apenas consistisse em receber a verdade estabelecida por aqueles que a conhecem. Mas a verdade de que os operários têm necessidade não existe em parte alguma do mundo, a não ser neles próprios. Ela tem de ser desenvolvida neles e por eles próprios. O que está escrito neste livro não tem a pretensão de ser uma verdade definitiva para ser aprendida de cor. Não é mais que um sistema de idéias, elaborado a partir de uma experiência da sociedade e do movimento operário e das reflexões críticas que ela inspira e editado para levar outras pessoas a refletir e a discutir os problemas do trabalho e a sua organização. Há centenas de pensadores capazes de apresentar novos pontos de vista; há milhares de trabalhadores inteligentes que, uma vez que tenham examinado estes problemas, serão capazes de tirar do seu próprio conhecimento uma melhor concepção, mais detalhada da organização da sua luta e do seu trabalho. O que ali fica dito pode ser a faísca que acenderá a chama nos seus espíritos.

Existem grupos e partidos que se pretendem detentores exclusivos da verdade. Tentam conquistar os trabalhadores para as suas idéias pela propaganda e excluir e aniquilar todas as outras opiniões. Pela coação moral e, quando não têm outros meios, também pela coação física, tentam impor as suas idéias às massas. Deve ser bem claro para todos que o ensino unilateral dum sistema doutrinário só pode servir – e de fato serve – para fabricar seguidores obedientes. Por isso mantém a velha dominação ou

prepara uma nova. A auto-emancipação das massas trabalhadoras subentende a autonomia de pensamento, a aprendizagem por si mesmo. Exige que as massas determinem por si mesmas o que é verdadeiro ou falso, pela atividade do seu próprio intelecto. Fazer trabalhar o cérebro é muito mais difícil e muito mais fatigante que fazer trabalhar os seus músculos. Mas é preciso fazê-lo, porque é o cérebro que comanda os músculos, e, se o não fizermos, serão outros cérebros que os comandarão.

É por isso que a liberdade sem limites de discussão, de expressão e de opinião é o único ar verdadeiramente respirável, no decorrer das lutas operárias. Há mais de um século, Shelley, o maior poeta inglês do século 19, «o amigo dos pobres abandonados por todos», reivindicava, contra um governo despótico, o direito, para cada um, de exprimir livremente a sua opinião. «Cada homem tem direito a uma liberdade de discussão ilimitada... Não tem somente o direito de exprimir as suas idéias, mas também o dever de fazê-lo... e nenhum ato legislativo pode abolir esse direito». Shelley proclamava a filosofia que afirma os direitos naturais do homem. Para nós, é porque é necessária para a libertação da classe operária que a liberdade de expressão e de imprensa deve ser afirmada. Restringir a liberdade de discussão e impedir os trabalhadores de atingir o conhecimento que lhes é necessário. Todo o despotismo de outrora, todas as ditaduras de hoje começam por perseguir a imprensa ou mesmo suprimir a sua liberdade; qualquer restrição imposta a esta liberdade é o primeiro passo para conduzir os operários à dominação pelos novos senhores, quaisquer que sejam. Contudo, não é necessário que as massas sejam protegidas contra as mentiras, as deformações e a propaganda enganadora dos seus inimigos? No domínio da educação, só mantendo o indivíduo cuidadosamente afastado de influências nefastas se poderá nele desenvolver a faculdade de lhes resistir e de vencê-las. A classe operária não poderá nunca fazer a aprendizagem da sua liberdade, submetendo-se a uma tutela espiritual. Quando os inimigos se apresentam disfarçados em amigos, e quando, examinando a diversidade de opiniões, cada partido tem tendência a considerar os outros todos como perigos para a classe, quem deve determinar o verdadeiro e o falso? Os trabalhadores, seguramente; devem encontrar o seu caminho nesse domínio, como em todos os outros. Mas os trabalhadores poderão condenar como nocivas opiniões que, amanhã, se revelarão as bases dum novo progresso. Contudo, só permanecendo aberta a todas as idéias que a vinda de um novo mundo engendra no espírito dos homens, pondo-as à prova e escolhendo as que lhe convêm, exercitando o seu raciocínio e faculdades mentais, pondo as suas próprias conclusões em prática, é que a classe operária conseguirá atingir a superioridade intelectual requerida para dominar o poder do capitalismo e constituir uma nova sociedade.

Cada revolução da história foi uma época de febril atividade espiritual. Às centenas, aos milhares, apareceram jornais e brochuras políticas testemunhando a intensa auto-educação das massas. Na revolução proletária que virá não será diferente. E ilusório pensar que, uma vez saídas da submissão, as massas terão uma visão lúcida e uniforme e que seguirão o seu caminho sem hesitações, numa unanimidade de opiniões. A história nos ensina que, em tais ocasiões, surge no espírito humano uma profusão de idéias novas, as mais diversas expressões de um mundo novo, entrada hesitante da humanidade num terreno novo que oferece imensas possibilidades, o desabrochar da vida mental. É que só através da confrontação de todas essas idéias se cristalizarão os princípios diretores essenciais das novas tarefas. Os primeiros grandes sucessos, resultados de ações espontâneas e unidas, destruindo as velhas cadeias, não farão mais que abrir todas as grandes portas da prisão; os trabalhadores, pelos seus próprios esforços, deverão descobrir então novas orientações para irem mais longe na via do progresso.

Isto é o mesmo que dizer que esta época estará cheia do barulho das lutas partidárias. Os que têm as mesmas idéias formarão grupos para discuti-las entre si e propagar, para esclarecer os seus camaradas. Tais grupos, com as mesmas opiniões, poderão ser chamados partidos, se bem que o seu caráter seja totalmente diferente do desses partidos políticos que o antigo mundo conheceu. Sob o regime parlamentar, os partidos políticos são os órgãos representantes de interesses de classe diferentes ou opostos. No movimento da classe operária apresentavam-se como organizações, tomando a direção da classe, agindo como seus porta-vozes e seus representantes, e aspirando a guiá-la e dominá-la. A nova função dos partidos estará antes limitada à luta espiritual. A classe operária não tem necessidade deles para a sua ação prática; terá criado os seus novos órgãos para a ação, os conselhos. Na organização da fábrica, a organização em conselhos, será a totalidade dos operários que agirá e que deverá decidir o que haverá a fazer. Nas assembléias e nos conselhos, as diferentes opiniões serão expostas e defendidas e da controvérsia deverá sair a decisão e ação unânime.

A unidade de objetivo só poderá ser atingida pela discussão de pontos de vista divergentes. A função dos partidos, e é uma função importante, será fazer tomar forma à opinião, organizá-la por trocas, discussões, proceder de maneira que as idéias nascentes tomem formas concisas, que se clarifiquem, que os argumentos sejam exprimidos numa forma compreensível e pela sua propaganda, fazê-los conhecer por toda a gente. Só desta maneira os trabalhadores, nas suas assembléias e conselhos, poderão julgar da verdade dessas idéias e argumentos, dos seus méritos, da sua aplicabilidade em cada caso particular; poderão então tomar as suas decisões com pleno conhecimento de causa. É assim que as forças espirituais, criadas pelas idéias novas, que germinarão como ervas selvagens em todas as cabeças, serão organizadas, postas em forma, transformadas em instrumentos utilizáveis pela classe. Eis a grande tarefa que deve desempenhar a luta entre partidos no decorrer do combate dos trabalhadores pela sua libertação, tarefa muito mais nobre que aquela na qual os velhos partidos gastavam todos os seus esforços: apoderar-se do poder por si próprios.

Passar da supremacia de uma classe para a da outra, eis um elemento essencial de qualquer revolução, tanto nas do passado como na da classe operária. Esta transição não depende da sorte, de acontecimentos acidentais. Se os acidentes. Os altos e baixos dependem de condições e situações diversas, que são impossíveis de prever, constata-se igualmente, desde que se examinem as coisas dum ponto de vista mais alargado, que existe uma marcha para diante bem definida e que pode ser estudada com antecedência. Trata-se do crescimento do poder social da classe ascendente e do enfraquecimento do poder social da classe em declínio. Essas rápidas variações de poder, visíveis apesar de tudo, são a característica fundamental das revoluções sociais. É preciso que estudemos também mais de perto os elementos, os fatores constituintes do poder das classes que se opõem.

O poder da classe capitalista consiste, em primeiro lugar, na posse do capital. Ela é a dona de todas as fábricas, das máquinas, das minas, de todo o aparelho produtivo da sociedade. A humanidade depende por isso desta classe para trabalhar e viver. Com o seu dinheiro e poder que este lhe confere, pode não somente comprar os servidores para seu uso pessoal, mas, quando é ameaçada, pagar a um número ilimitado de homens, jovens e robustos, para defender o seu domínio, organizando-os em grupos bem armados e assegurando-lhes uma posição social. Pode também, fornecendo-lhes lugares de honra e bons salários, comprar artistas, escritores e intelectuais, não só para divertir e servir os senhores do momento, mas também para cantar os seus louvores, para celebrar a sua autoridade e, pela astúcia e também pelo saber, defender o seu domínio de toda a crítica.

Mas o poder espiritual da classe capitalista tem raízes mais profundas que a possibilidade de comprar inteligências. A burguesia, donde é oriunda a camada superior da classe capitalista, foi sempre uma classe iluminada e confiante em si própria, graças à sua larga visão que se estende à escala do mundo. Para ela, a existência, o trabalho, o sistema de produção deveriam assentar sobre a cultura e o saber. Os seus princípios – reconhecimento da propriedade privada, responsabilidade pessoal, exaltação do esforço e da energia individual impregnam toda a sociedade. Os trabalhadores transportam para si mesmos essas idéias; elas vêm-lhes dos meios pequeno-burgueses arruinados donde provêm, e todos os meios físicos e espirituais possíveis são postos em ação para preservar e reforçar a influência destas idéias pequeno-burguesas sobre as massas. Assim, o domínio da classe capitalista está firmemente enraizado no pensamento e mesmo nos sentimentos da maioria escravizada.

O fator mais importante; o poderio da burguesia continua a ser a sua organização política: o poder do Estado. Somente uma sólida organização pode permitir a uma minoria governar a maioria. A unicidade e a continuidade dos fins e a vontade do governo central, a disciplina da burocracia de funcionários, que enerva a sociedade inteira como o sistema nervoso se ramifica em todo o corpo e que é animada e dirigida por um mesmo estado e espírito, a possibilidade de dispor de uma força armada sempre que é necessário, tais são os meios que permitem a esta minoria assegurar o domínio incontestável sobre a população. A solidez da fortaleza exalta ao máximo as forças físicas da guarnição e cria um poder indomável que reina sobre uma região inteira; o mesmo acontece com o poder do Estado: consolida as forças físicas e espirituais da classe dominante e cria uma fortaleza inatacável. O respeito que os cidadãos têm pelas autoridades, respeito que provém do sentimento de que a existência de autoridades é uma necessidade e a influência de tradições e da educação, assegura normalmente a marcha sem atropelos do aparelho. Se o descontentamento levasse a população à revolta, que poderia fazer desarmada e sem organização, contra as forças armadas, bem organizadas e disciplinadas, do governo? Com o desenvolvimento do capitalismo, o poderio duma burguesia numericamente importante encontra-se concentrado nas mãos de um número cada vez mais pequeno de grandes capitalistas; o Estado concentra-se também, aumenta o seu poder e, estendendo cada vez mais as suas funções, acrescenta; sempre a sua influência sobre a sociedade.

Que pode a classe operária opor a essas formidáveis forças?

Cada vez mais a classe operária constitui a parte maior da sociedade (sobretudo nos países ditos avançados); está concentrada em empresas industriais gigantes. Todas as máquinas, todo o aparelho produtivo da sociedade está nas suas mãos, não juridicamente sem dúvida, mas literalmente, na prática. É verdade que os capitalistas são os senhores e os proprietários, mas nada podem fazer além de comandar. Se a classe operária não fizer caso das suas ordens, não podem fazer trabalhar as máquinas. Os trabalhadores, esses podem. Os operários são os senhores diretos e reais das máquinas; quer seja obedecendo a ordens ou decidindo por si próprios, podem fazê-las funcionar ou pará-las. São eles que desempenham a função econômica mais importante: toda a sociedade assenta sobre o seu trabalho.

Esta força de origem econômica fica adormecida tanto tempo quanto os trabalhadores forem subjugados pelas idéias burguesas. É a consciência de classe que faz uma força efetiva. Pela prática de vida e do trabalho, os trabalhadores descobrem que formam uma classe muito particular, explorada pelo Capitalismo, que eles devem combater para se libertarem eles próprios da exploração. A sua luta obriga-os a compreender a estrutura do sistema econômico, a conhecer o que é a sociedade. Apesar de todas as propagandas contrárias, este novo conhecimento tirará das suas cabeças as

idéias burguesas tradicionais, porque se enraíza na verdade, na realidade vivida quotidianamente, enquanto que as velhas idéias exprimem as realidades passadas de um mundo acabado.

É pela organização que as forças econômicas e espirituais se transformarão em poder ativo. A organização liga todas as vontades diferentes numa unidade de fim e reúne as forças isoladas em poderosa unidade de ação. As suas formas exteriores podem modificar-se e diversificar-se segundo as circunstâncias, mas ela tira a sua essência, o seu novo caráter moral, da solidariedade do firme sentimento comunitário, do devotamento do espírito de sacrifício, da autodisciplina. A organização é o princípio vital da classe operária, a condição da sua emancipação. Uma minoria governando graças a uma forte organização, não poderá ser vencida e não o será certamente, a não ser pela organização da maioria.

Assim se erguem, frente a frente, os elementos constitutivos do poderio das classes antagonistas. Os elementos do poder da burguesia aí estão, imensos e temíveis, porque são forças que existem e dominam, enquanto que os do poder da classe operária, à partida insignificantes, devem desenvolver-se com o impulso duma vida nova. A classe operária cresce em número e em importância econômica, pela mesma razão que o capitalismo se desenvolve; mas outros fatores de poder, tais como a clarividência e a organização, dependem dos esforços dos próprios trabalhadores. São esses fatores que determinam a eficácia na luta e por consequência eles são os resultados dessa mesma luta; todo o revés obriga, com efeito, as células cinzentas e os cérebros a procurar remédio, todo o sucesso enche os corações duma confiança plena de ardor. O despertar da consciência de classe, um conhecimento mais profundo da sociedade e do seu desenvolvimento, acarretam a libertação da escravatura espiritual, o fim da passividade, a abertura às forças intelectuais, a ascensão das massas a uma verdadeira humanidade. A união para um combate comum é já, fundamentalmente, uma libertação social; os trabalhadores, escravizados pelo capital, reencontram a sua liberdade de ação. Da submissão acordam para a independência, coletivamente, por essa união organizada que desafia o poder dos seus senhores. Progredir, para a classe operária, é fazer avançar os fatores do seu poder. O que pode ser ganho como melhoria das condições de trabalho e de vida depende da força que os trabalhadores adquiriram; se esta força declina, mesmo relativamente – seja em relação à do capitalismo, seja em consequência de uma clarividência e de esforços insuficientes ou de mudanças sociais inevitáveis –, as condições de trabalho dos operários sofrerão. Só há um critério para julgar qualquer forma de ação, tática, método de luta ou forma de organização: aumentam ou não o poder dos trabalhadores? Na situação presente, sem dúvida, mas também, e é o essencial, com vista ao futuro para atingir o fim supremo, a destruição do capitalismo. Ontem o sindicalismo deu forma aos sentimentos de solidariedade e de unidade e reforçou a força combativa dos operários, agrupando-os numa organização eficaz; mas mais tarde, quando reprimiu todo o espírito de luta e fez passar a obediência aos chefes à frente do instinto de solidariedade de classe, o desenvolvimento do poder da classe operária foi entravado. Ontem também, o trabalho dos partidos socialistas contribuiu fortemente para despertar, nas massas, o interesse pela política e sua compreensão; mas quando mais tarde esses partidos se puseram a tentar restringir as atividades das massas ao parlamentarismo e começaram a pregar-lhes ilusões de democracia política, tornaram-se uma fonte de fraqueza.

A classe operária deve fazer surgir sua força no curso das ações futuras, superando essas dificuldades passageiras. Deve esperar-se, sem dúvida, por um período de crises e combates; poderão ocorrer alternâncias de calma, de recaída, de consolidação do capitalismo. É então que tradições e ilusões poderão agir momentaneamente como

fatores de enfraquecimento. Mas é também então que se poderá aproveitar esses períodos de descanso para uma preparação e, graças a uma propaganda perseverante, para fazer penetrar mais nos trabalhadores as novas idéias de autodeterminação e de organização em conselhos. Neste momento, e, aliás, desde agora, a tarefa de cada operário que tomar consciência das possibilidades de libertação da sua classe, será a de expandir as suas idéias entre os camaradas, tentar sacudir a indiferença e abrir os seus olhos. Esta propaganda desempenha um papel essencial para o futuro. A realização prática de uma idéia é impossível, enquanto não tiver penetrado amplamente os espíritos das massas. A luta é uma fonte inesgotável de poder para a classe em desenvolvimento. Não se pode prever agora que formas revestirá o combate dos trabalhadores pela sua libertação. Conforme as épocas e os lugares, poderá tomar a forma de guerra civil encarnizada, forma que as revoluções de outrora, onde era necessário forçar a decisão, conheceram freqüentemente. Poder-se-ia pensar que os trabalhadores não teriam, em tal caso, qualquer possibilidade, porque os governos e os capitalistas podem recrutar exércitos em numero ilimitado, graças ao seu dinheiro e autoridade. De fato, a força da classe operária não pode exercer-se plenamente nestes confrontos sangrentos, os massacres e a matança. O seu verdadeiro terreno é o domínio do trabalho, do trabalho produtivo e, para mais, esta força reside na superioridade de espírito e de caráter dos membros da classe. E, na própria luta armada, a superioridade capitalista não é incontestável. A produção de armas está nas mãos dos trabalhadores; a ação das tropas mercenárias depende do seu trabalho. Se estas tropas forem em número limitado e se toda a classe operária, unida e sem temor, se erguer contra elas, elas serão reduzidas à impotência e submersas pelo número. Se, pelo contrário, estas tropas forem numerosas, compreenderão necessariamente trabalhadores acessíveis ao apelo de solidariedade de classe.

A classe operária deve encontrar e desenvolver as formas de luta adaptadas às suas necessidades. Lutar pressupõe que ela siga a via que escolheu livremente, guiada pelos seus interesses de classe, independente dos seus antigos mestres, portanto oposta a eles. As suas faculdades criadoras afirmam-se na luta através da descoberta das vias e dos meios. Outrora, as formas de luta da classe operária tinham surgido espontaneamente da sua prática e da sua imaginação; greve, voto, manifestação de rua, meeting de massa, panfletos, greve política, eis alguns exemplos. O mesmo acontecerá no futuro. As ações, quaisquer que sejam as formas assumidas, terão sempre as mesmas características, o mesmo fim, o mesmo efeito: acrescentar os elementos próprios do poder da classe, enfraquecer e destruir as forças do inimigo. A julgar pela experiência, são as greves políticas das massas que têm as mais fortes conseqüências; no futuro poderiam ser ainda mais eficazes. No decurso destas greves, nascidas de crises agudas no seio de fortes tensões, os arrebatamentos são demasiado impetuosos, as perspectivas demasiado vastas, para que sindicatos ou partidos, comitês ou estados-maiores de dirigentes oficiais possam assumir o seu comando. Trazem a marca das ações diretas de massas. Os trabalhadores não entram em greve individualmente, mas por fábrica, enquanto pessoal que decide coletivamente a ação. Formam-se imediatamente comitês de greve, que agrupam os delegados de todas as empresas e apresentam já características dos conselhos operários. Devem realizar a unidade na ação e, tanto quanto possível, a unidade nas idéias e nos métodos, assegurando a interação contínua entre os impulsos da luta, no seio das assembléias de fábrica, e as discussões no seio dos conselhos. Assim, os trabalhadores criam os seus próprios órgãos, opondo-se aos órgãos da classe dominante.

Tal greve política é uma espécie de revolta, ainda que sob forma legal, dirigida contra o governo. Tenta, ao paralisar a produção e as trocas, exercer uma pressão tal que

o governo seja obrigado a ceder às reivindicações dos trabalhadores. Por seu lado, o governo, recorrendo às medidas políticas de interdição das reuniões, de suspensão da liberdade de imprensa, de mobilização das forças armadas – isto é, transformando a sua autoridade legal numa força arbitrária, mas bem real – tenta quebrar a determinação dos grevistas. Nisso é ajudado pela própria classe dominante que, graças ao seu monopólio da imprensa, faz a opinião pública e tenta, através de uma propaganda intensa à base de calúnias, isolar e desencorajar os grevistas. A classe dominante consegue também recrutar voluntários, não somente para manter um mínimo de atividade nas trocas e nos serviços públicos, mas também para formar bandos armados que aterrorizam os trabalhadores e procuram levar a greve para o terreno da guerra civil, forma que melhor convém à burguesia. A greve não pode durar indefinidamente e uma das partes, a que possui mais fraca coesão interna, tem de ceder.

As ações de massas e as greves universais são a luta de duas classes, de duas organizações que, apoiando-se cada uma na sua própria coesão, procuram que a outra dobre e, finalmente, quebre. Isto não pode fazer-se no decurso de uma única ação; é preciso uma sucessão de lutas, toda uma época de revolução social. Porque cada uma das classes antagônicas dispõe de recursos profundos, que constituem a base do seu poder e que lhes permite refazer-se depois de um revés. Os trabalhadores podem ser desencorajados e vencidos num dado momento, as suas organizações podem ser destruídas, os seus direitos abolidos, mas as forças sempre em movimento do capitalismo, as suas próprias forças internas e a sua vontade de viver, erguê-los-ão uma vez mais. O capitalismo, por sua vez, também não pode ser destruído de um só golpe; mesmo se a sua fortaleza, o Estado e o seu poder, forem sacudidos e demolidos, a classe capitalista dispõe ainda de todo o peso das suas forças físicas e espirituais. A história é pródiga de exemplos de governos totalmente desamparados, mesmo abatidos pela guerra e pela revolução, que foram repostos no lugar pelo poder econômico da burguesia, seu dinheiro, suas capacidades intelectuais, sua paciente habilidade, sua consciência de classe que se encarna num ardente sentimento nacional. Mas, finalmente, a classe operária que constitui a maioria do povo, aquela cujo trabalho está na base de toda a sociedade, aquela que tem a disposição direta do aparelho de produção, essa classe deve arrebatá-lo. E esta vitória deve tomar a forma duma dissolução e dum desabamento do poder do Estado, a mais potente organização da classe capitalista, sob a ação de uma sólida organização da classe majoritária.

Aí onde a ação dos trabalhadores for tão poderosa que os próprios órgãos do governo sejam paralisados, os conselhos deverão desempenhar as funções políticas. Os trabalhadores deverão assegurar a ordem e a segurança pública, ocupar-se da continuidade da vida social, os conselhos são os órgãos apropriados para essa tarefa. O que é decidido nos conselhos é posto em prática pelos trabalhadores. É por isso que os conselhos se tornarão os órgãos da revolução social. Com os progressos da revolução, as suas tarefas terão cada vez maior amplitude. Enquanto durar a luta das classes pela supremacia, tentando cada uma, graças à solidez da sua organização, quebrar a da outra, a sociedade deve continuar a viver. Mesmo que nos momentos críticos de alta tensão ela possa viver das reservas de gêneros, a produção não pode estar parada por um tempo muito longo. É por esta razão que os trabalhadores, se as suas forças internas de organização falham, são estrangidos pela fome a ficar de novo sob o antigo jugo. É a razão pela qual, se forem suficientemente fortes para desafiar, rechaçar e abater o poder do Estado, se conseguirem sobrepor-se à violência, se se tornarem senhores das fábricas, devem imediatamente ocupar-se da produção. Serem senhores das fábricas traz imediatamente a necessidade de organizar a produção. A organização posta a funcionar para a luta, os conselhos, será igualmente a organização da reconstrução.

Diz-se dos Judeus da Antiguidade que construiriam os muros de Jerusalém, que lutaram com a espada numa mão e a pá na outra. Aqui a espada e a pá serão uma só. Construir a organização da produção é pôr em marcha a arma mais poderosa, pode mesmo dizer-se a única arma verdadeira, para destruir o capitalismo. Por toda a parte onde os trabalhadores abriram o seu caminho nas fábricas e se apoderaram das máquinas, devem imediatamente começar a organizar o trabalho. Aí onde a direção capitalista tenha desaparecido, tenha perdido toda a audiência e poder, os trabalhadores reconstruirão a produção sobre novas bases. Pela sua ação prática, estabelecerão o novo direito, a nova lei. Não poderão esperar que a luta tenha completamente terminado por toda a parte, em todos os domínios; a nova ordem deverá nascer de baixo, partir das fábricas, trabalho e luta misturados.

Simultaneamente, os órgãos do capitalismo e do governo definharão até se tornarem coisas completamente supérfluas e estranhas à nova ordem. Poderão ainda fazer mal, mas terão perdido essa autoridade de que se revestem as instituições úteis e necessárias. Então os papéis serão invertidos. É uma evidência que se imporá cada vez mais a todos. A classe operária e os seus órgãos, os conselhos, formam o poder que determina a ordem, porque a vida e prosperidade da população inteira dependem do seu trabalho e da sua organização. As medidas e os regulamentos decididos nos conselhos, executados e seguidos pelas massas trabalhadoras, serão respeitados e reconhecidos como emanando de uma autoridade legítima. Ao contrário, os velhos organismos governamentais enfraquecerão, para se tornarem forças exteriores que tentarão simplesmente impedir a estabilização da ordem nova. Os bandos armados da burguesia, mesmo que ainda se mantenham poderosos, tomarão cada vez mais o caráter de perturbadores ilegais, de destruidores nocivos, no mundo de trabalho em plena ascensão. Causadores de agitação, acabarão por ser submetidos e dissolvidos.

Eis tanto quanto nos é possível prevê-lo neste momento, a maneira como o poder do Estado desaparecerá, com o desaparecimento do próprio capitalismo. Outrora predominavam idéias diferentes sobre a futura revolução social. Pensava-se que a classe operária devia primeiramente conquistar o poder político, alcançando através de eleições a maioria no parlamento, eventualmente com a ajuda de lutas armadas ou de greves políticas. O novo governo que daí resultaria, composto de porta-vozes, de chefes e políticos, teria, por decreto, estabelecido um novo direito, expropriado a classe capitalista e organizado a produção. Os próprios trabalhadores apenas teriam tido que fazer metade do trabalho, a parte menos essencial; o trabalho real, a reconstrução da sociedade, a organização do trabalho, teria sido realizada pelos políticos e burocratas socialistas. Esta concepção é a imagem da fraqueza da classe operária dessa época; pobre, miserável, sem poder econômico, era-lhe necessário ser conduzida à terra prometida da abundância por outros, por chefes capazes, por um governo cheio de boas intenções. E, bem entendido, assim continuaria na sujeição, porque a liberdade não se dá, conquista-se. Esta ilusão fácil foi dissipada pelo crescimento do poder do capitalismo. Hoje, os trabalhadores devem compreender que só desenvolvendo ao mais alto grau o seu próprio poder, poderão esperar conquistar a sua liberdade, devem compreender que a dominação política, o domínio da sociedade tem de estar fundamentados no poder econômico, no domínio do trabalho.

A conquista do poder político pelos trabalhadores, a abolição do capitalismo, o estabelecimento do novo Direito, a apropriação das empresas, a reconstrução da sociedade, a construção dum novo sistema de produção, não são elementos sucessivos e distintos. São simultâneos, coexistem no desenrolar de um processo de transformação social. São de fato aspetos diferentes, batizados com nomes diferentes, dum mesmo

processo, duma grande revolução social: a organização do trabalho pela humanidade trabalhadora.